

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Contributos de Mulheres Sem-Abrigo para a Construção de
Respostas Habitacionais/Serviços de Apoio**

Rute Barros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Filipa Lourenço Menezes, Investigadora do CIES-IUL,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Co-orientadora:
Professora Doutora Maria do Rosário Serafim, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2010

Agradecimentos:

À AMI – Centro Porta Amiga das Olaias, Associação Humanidades e Centro de Apoio aos Sem-Abrigo (C.A.S.A), pela ajuda dada na obtenção da amostra deste estudo e pela possibilidade de realizar as entrevistas nos seus espaços.

À Dra. Ana Martins, Directora do Departamento de Acção Social da AMI, e Dra. Teresa Caeiro, Coordenadora da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem Abrigo, pela disponibilidade para partilharem comigo os seus conhecimentos sobre a problemática dos Sem-Abrigo.

À Professora Christine Walsh, professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Calgary, por ter autorizado a réplica do seu estudo e pela disponibilidade para debater comigo os resultados encontrados em Portugal.

À minha orientadora Doutora Filipa Menezes, pela disponibilidade, dedicação e apoio.

À Professora Rosário Serafim, por me ter incentivado e motivado a fazer a dissertação.

À minha mãe, Sofia, Luís, Isabel e Abel pelos seus pequenos grandes gestos.

E, por fim, um agradecimento muito especial à *Mariana, Marta, Mónica, Matilde e Mafalda*¹ por terem aceitado participar neste estudo, que a sua voz seja ouvida e que todos os seus sonhos se cumpram. É a elas, e a todas as mulheres que como elas, algures em todos os pontos do globo terrestre, passam por situações de Sem-Abrigo, que eu dedico este estudo.

“Quando era nova, a minha mãe dizia-me “Quando casares e tiveres uma casa, tem que ter muitas janelas”, porque passava muito tempo a olhar pelas janelas, a ver os miúdos a brincar”...

Mariana

Que por cada porta que se fechou,
Na vida destas mulheres,
Duas janelas se abram...

¹ Pseudónimos

RESUMO

O presente estudo investiga as representações simbólicas acerca de *casa* de 5 mulheres Sem-Abrigo da cidade de Lisboa e, ao mesmo tempo, identifica as suas preferências em termos habitacionais e serviços de apoio. Trata-se de uma amostra pequena, mas que incluiu uma relativa diversidade de situações, nomeadamente, toxicodependência, violência doméstica, problemas de saúde mental, gravidez na adolescência, terem filhos/não terem filhos. A pesquisa empírica baseia-se primordialmente em entrevistas semi-estruturadas, complementadas pela aplicação do *photovoice* e escrita criativa, no sentido de promover uma participação proactiva e *empowerment* das participantes. Levando em linha de conta as suas trajetórias habitacionais e, partindo da sua experiência como utentes de algumas respostas de alojamento, o estudo identifica elementos relevantes para o desenvolvimento da concepção dos serviços de apoio e, conseqüentemente, para a reconstrução de estratégias de reinserção social que permitam a passagem para uma vida autónoma. Estas directrizes são contextualizadas em dois países distintos – Canadá e Portugal – analisando-se, numa perspectiva internacional, as dimensões afectivas e físicas do espaço habitacional, enquanto resposta de apoio. O estudo chega à conclusão de que, para estas mulheres, ter uma *casa* significa terem autonomia, independência, sendo fundamental para construírem as suas relações sociais e para sentirem estabilidade nas suas vidas.

Palavras-chave: Sem-Abrigo, Mulheres, Casa, Lar, Photovoice, Escrita Criativa

ABSTRACT

This study investigates the symbolic representations of home for 5 homeless women in the city of Lisbon and at the same time, identifies their preferences in terms of housing and support services. This is a small sample, but it includes a variety of situations, including drug abuse, domestic violence, mental health problems, teenage pregnancy, having / not having children. The empirical research is based primarily on semi-structured interviews, supplemented by the application of Photovoice and creative writing to promote a proactive participation and empowerment of participants. Taking into account the housing trajectories and, based on their experience as users of some responses of accommodation, the study identifies factors relevant to the development of design support services and hence for the reconstruction of social rehabilitation strategies that allow a transition to independent living. These guidelines are contextualized in two different countries – Canada and Portugal – analyzing, on an international perspective, the emotional and physical dimensions of living space, as a response of support. The study concludes that for these women, having a home means to have autonomy, independence, and is fundamental to build their social relationships and to feel stability in their lives.

Keywords: Homeless, Women, Home, Housing Photovoice, Creative Writing

ÍNDICE

Introdução	1
PARTE I	
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
CAPÍTULO I	
CONCEITOS NUCLEARES, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇOS DIRIGIDOS AOS SEM-ABRIGO NO CONTEXTO EUROPEU E EM PORTUGAL	3
1.1. Conceito de Pessoa Sem-Abrigo	3
1.2. Conceito de Home/Casa	5
1.3. Políticas Sociais Dirigidas aos Sem-Abrigo no Contexto Europeu e em Portugal	6
1.4. Projecto Casas Primeiro (Housing First)	10
1.5. Caracterização das Respostas Existentes para Mulheres Sem-Abrigo, no Contexto Europeu e em Portugal, Lisboa.....	12
CAPÍTULO II	
MULHERES SEM-ABRIGO	16
2.1. Mulheres Sem-Abrigo na Europa	16
2.2. A Invisibilidade da Situação das Mulheres Sem-Abrigo	17
2.3. Seguindo uma Revisão de Literatura Sobre Estudos Recentes Feitos na Cidade de Lisboa: Quem São as Mulheres Sem-Abrigo de Lisboa?	19
2.4. Caminhos que Levam uma Mulher a uma Situação de Sem-Abrigo	21
2.5. Factores de Risco para uma Mulher Poder Vir a Estar numa Situação de Sem-Abrigo	22
2.6. Mulheres Saindo da Situação de Sem-Abrigo	24
2.7. Percepções de Mulheres Sem-Abrigo em Relação a Respostas Habitacionais/Serviços de Apoio	24
2.7.1. Serviços de Apoio Diversificados	24
2.7.2. Respostas Habitacionais com Serviços Integrados	25
2.7.3. Toxicodependência	27
2.7.4. Mulheres Vítimas de Violência Doméstica	27
CAPÍTULO III	
SERVIÇO SOCIAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO SEM-ABRIGO	29
3.1. Investigação/Acção	29
3.2. Prevenção	29
3.3. Intervenção	30
3.3.1. Modelo de Intervenção e Acompanhamento da ENIPSA	31
3.3.2. Exemplos de Boas Práticas	34

PARTE II	
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	39
CAPÍTULO IV	
METODOLOGIA	39
4. 1. Problemática e Objecto de Estudo	39
4.2. Promoção de uma Perspectiva Comparada: Apresentação do Estudo Original	39
4.3. Processo da Constituição e Caracterização da Amostra	40
4.4. Técnicas de Pesquisa Empírica	42
4.4.1. Entrevista	42
4.4.2. Exercício de Escrita Criativa	43
4.4.3. Photovoice	44
4.4.4. Aplicação Articulada das Técnicas de Pesquisa	45
PARTE III	
RESULTADOS DO ESTUDO “CONTRIBUTOS DE MULHERES SEM-ABRIGO PARA A CONSTRUÇÃO DE RESPOSTAS HABITACIONAIS/SERVIÇOS DE APOIO”	47
CAPÍTULO V	
RESULTADOS	47
5.1. Histórias de Vida das Entrevistadas	47
5.2. Percursos de Vida e Trajectórias Habitacionais	51
5.3. Exercício de Escrita Criativa	53
5.4. Photovoice	55
5.5. Dando voz: Concepção de Serviços de Alojamento Dirigidos a Mulheres Sem-Abrigo	60
5.6. Uma Perspectiva Comparada acerca das Percepções de Home/Casa	66
PARTE IV	
CONCLUSÕES: CONCEPCÕES DE CASA APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO DE RESPOSTAS HABITACIONAIS NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL	69
CAPÍTULO VI	
RESULTADOS FINAIS E DISCUSSÃO	69
6.1. Linhas de Investigação Futuras	69
6.2. Resultados Finais	70
6.3. Discussão	73
FONTES	75

BIBLIOGRAFIA	77
---------------------------	-----------

ANEXOS

A – ETHOS – Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional	I
B – Funções de uma <i>casa</i>	II
C – Percursos de Vida das Entrevistadas:	III
Mariana	III
Marta	IV
Mónica	V
Matilde	VI
Mafalda	VII
D – Excertos das Entrevistas	VIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 Resumo de alguns estudos feitos sobre a População Sem-Abrigo da cidade de Lisboa	19
Quadro 2.2 Recensão de Factores com Impacto sobre a Situação de Mulheres Sem-Abrigo	21
Quadro 4.1. Caracterização Sócio-demográfica da Amostra	41
Quadro 4.2 Caracterização da Situação Habitacional Actual	42
Quadro 4.3 Aplicação das Diferentes Técnicas	45
Quadro 5.1 Caracterização da Ocupação Actual e Experiências Profissionais	51
Quadro 5. 2 Percursos Habitacionais (do mais antigo para o mais recente)	51
Quadro 5.3. Caracterização da Situação Habitacional dos Filhos	53
Quadro 5.4 Exercício Escrita Criativa Mariana	53
Quadro 5.5 Exercício Escrita Criativa Marta	54
Quadro 5.6 Exercício Escrita Criativa Mafalda	54

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Model of Positive and Negative Influences on Homelessness	22
Figura 3.1 Modelo de Intervenção e Acompanhamento da ENIPSA	32
Figura 5.1 Exercício Photovoice Mariana	55
Figura 5.2 Exercício Photovoice Mariana	55
Figura 5.3 Exercício Photovoice Mariana	55
Figura 5.4 Exercício Photovoice Mariana	55
Figura 5.5 Exercício Photovoice Mariana	56
Figura 5.6 Exercício Photovoice Mariana	56
Figura 5.7 Exercício Photovoice Mariana	56
Figura 5.8 Exercício Photovoice Mariana	57
Figura 5.9 Exercício Photovoice Mariana	57
Figura 5.10 Exercício Photovoice Mariana	57
Figura 5.11 Exercício Photovoice Mariana	57
Figura 5.12 Exercício Photovoice Mariana	58
Figura 5.13 Exercício Photovoice Mafalda	59
Figura 5.14 Exercício Photovoice Mafalda	59
Figura 5.15 Exercício Photovoice Mafalda	59
Figura 5.16 Preferências Habitacionais: Síntese Conclusiva Sistematizada	67

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial

AMI - Assistência Médica Internacional

APAV- Associação de Apoio à Vítima

C.A.S.A - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo

CAT - Centro de Acolhimento Temporário

CML - Câmara Municipal de Lisboa

ENIPSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo

ETHOS - Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão habitacional

FEANTSA - Federação Europeia de Organizações que Trabalham com Pessoas Sem-Abrigo

HUMANUS - Associação Humanidades

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ONG - Organização Não Governamental

PEH - Plano Estratégico de Habitação

PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Introdução

A presente investigação, que tem como título “Contributos de Mulheres Sem-Abrigo para a Construção de Respostas Habitacionais/Serviços de Apoio”, pretendeu replicar, de forma aproximada, o estudo “Characteristics of Home: Perspectives of Women Who Are Homeless” (Walsh, C.A., Rutherford, G.E., & Kuzmak, N., 2009), realizado no Canadá. A aplicação do trabalho original ao contexto português passa fundamentalmente por dar seguimento à premissa de que, quanto mais e melhor se conhecerem as representações simbólicas acerca de *casa* de mulheres em situação de Sem-Abrigo, mais e melhor se poderá, de igual modo, contribuir para o desenvolvimento de respostas habitacionais mais adequadas e, a partir das mesmas, reconstruir estratégias de reinserção social que permitam uma passagem para uma vida autónoma.

Como os caminhos que levam uma mulher a vir a estar numa situação de Sem-Abrigo são múltiplos, utilizando uma abordagem de estudos de caso procurou-se analisar alguns dos perfis relacionados com esses caminhos. Com isto não se procurou averiguar a representatividade dos respectivos perfis no universo real das mulheres Sem-Abrigo, mas antes contribuir para explorar as trajectórias e percursos de casos individualizados que nas instituições contactadas se destacam.

A amostra foi constituída por 5 mulheres, com idades entre os 17 e os 41 anos, todas tinham em comum o facto de, no momento da recolha de dados, viverem em Lisboa e estarem numa situação de Sem-Abrigo. É considerado para este efeito a definição de Sem-Abrigo num sentido lato, abarcando casos denominados “Sem Casa” e “Habitação Inadequada” (ETHOS, FEANTSA:2005). Trata-se de uma amostra pequena, mas que incluiu, como referido anteriormente, uma relativa diversidade de situações, nomeadamente, toxicod dependência, violência doméstica, problemas de saúde mental e gravidez na adolescência, terem filhos/não terem filhos. A amostra foi conseguida através de contactos feitos num dos Centros Porta Amiga da Assistência Médica Internacional (AMI), no Centro de Apoio à Mulher (CAM) da Associação Humanidades (HUMANUS) e no Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (C.A.S.A). O Presente estudo procurou:

1. Conhecer as histórias de vida destas mulheres Sem-Abrigo tendo em conta dimensões que se cruzam, como sejam a família, a inserção escolar, o emprego, rupturas e mudanças habitacionais, traçando desta forma as suas trajectórias habitacionais
2. Partindo da sua experiência como utentes de algumas respostas de alojamento, conhecer alguns aspectos que poderiam ser alvo de reformulações, quer no sentido do design quer no sentido do apoio social
3. Investigar as representações simbólicas de *casa* destas mulheres Sem-Abrigo
4. Identificar as suas preferências em termos habitacionais e serviços de apoio

A pesquisa empírica baseou-se primordialmente em entrevistas semi-estruturadas, no entanto, foram ainda usadas técnicas de recolha de dados complementares, nomeadamente o Photovoice e a escrita criativa, no sentido de promover uma participação proactiva e a promoção do empowerment

das participantes. Nesse sentido, esta investigação procurou incorporar sugestões dadas pelas próprias participantes, promovendo a sua participação no design das respostas habitacionais e dos serviços de apoio. Este estudo está organizado em quatro partes distintas:

Na parte I fez-se o enquadramento teórico desta investigação, fazendo uma revisão de literatura. Este enquadramento teórico foi importante na medida em que permitiu, numa fase posterior, interpretar os resultados da pesquisa empírica. Como a presente investigação enquadra-se num mestrado em Serviço Social, tentámos que a revisão de literatura focasse aspectos que estão directamente relacionados com a prática do Serviço Social junto das pessoas em situação de Sem-Abrigo, nomeadamente ao nível do conhecimento das políticas sociais que existem em Portugal dirigidas a este grupo da população e as respostas que existem, para este grupo de pessoas, na cidade de Lisboa.

Na parte II pretendemos apresentar a problemática e objecto de estudo, fazer uma apresentação do estudo canadiano que serviu de fonte à presente investigação, mostrar de que forma foi constituída e como se caracteriza a amostra, e apresentar as associações que colaboraram nessa tarefa. Por fim, explicamos as técnicas de pesquisa utilizadas, a forma como foram aplicadas no presente estudo, e as categorias, baseadas no estudo original, que foram usadas na análise de conteúdo, e que incidem sobre três grandes dimensões: Os atributos físicos de uma *casa*, o contexto externo de uma *casa* e os atributos afectivos que estão relacionados com a *casa*.

Na parte III apresentamos os resultados do presente estudo, revelando as histórias de vida das entrevistadas e os seus percursos habitacionais. Foi apresentado um resultado global sobre as preferências habitacionais destas mulheres que levou em linha de conta os resultados da análise de conteúdo dos dados recolhidos através da aplicação das diferentes técnicas, usando uma síntese conclusiva sistematizada baseada no mesmo esquema que o estudo original, conduzido no Canadá. Para além das habitações que as entrevistadas projectaram como ideais, as mulheres que participaram neste estudo, partindo da sua experiência como utentes de algumas respostas de alojamento, referiram algumas situações que deveriam ser alvo de reformulações. Estes resultados são expressos nesta parte do estudo e podem fornecer indicações claras sobre o impacto que determinadas características dos centros de acolhimento, alojamento apoiado, casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e outras respostas, quer no sentido do design quer no sentido do apoio social, podem ter nas suas vidas e na vida das suas famílias. Por fim, compararam-se os resultados obtidos em Lisboa, Portugal, com os resultados obtidos em Calgary, Canadá, procurando o feedback da autora do estudo original.

A parte IV teve como objectivo apresentar um resultado global do estudo e apresentar algumas ideias de possíveis linhas futuras de investigação.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I. CONCEITOS NUCLEARES, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇOS DIRIGIDOS AOS SEM-ABRIGO NO CONTEXTO EUROPEU E EM PORTUGAL

Neste capítulo pretendemos compreender o que se entende por Pessoa Sem-Abrigo, definir o conceito de Pessoa Sem-Abrigo que vai ser usado neste estudo, compreender qual o significado da palavra *home* e procurar uma tradução desse conceito para o português. Também procurámos conhecer, no contexto Europeu e a nível nacional, quais são as medidas que estão a ser tomadas no sentido de prevenir e resolver o problema das pessoas Sem-Abrigo, incluindo serviços de apoio.

1.1. Conceito de Pessoa Sem-Abrigo

“Um Sem-Abrigo é uma pessoa que, além de não possuir um local para habitar, perdeu progressivamente os laços com a família, os amigos e a sociedade em geral. Podemos dizer que é um excluído social e, quase sempre, um pobre.”¹

Costa e Baptista (2001:53) consideram que a situação das mulheres Sem-Abrigo é uma área que tem sido negligenciada nas pesquisas feitas em Portugal. A razão porque isto acontece, segundo estes investigadores, é porque em parte em Portugal o fenómeno dos Sem-Abrigo é percebido como sendo um fenómeno masculino. Isto deve-se ao facto de muitas pessoas associarem a situação de Sem-Abrigo unicamente à situação Sem Tecto. Esta constatação leva-nos à seguinte pergunta: o que significa então uma pessoa estar numa situação de Sem-Abrigo?

A definição do conceito de Pessoa Sem-Abrigo é uma questão complexa, dado tratar-se de uma população heterogénea, na qual estão presentes múltiplas problemáticas. Feita a revisão de literatura, verificamos que muitas vezes as pessoas Sem-Abrigo são caracterizadas em termos das causas que os levaram a essa situação, outras vezes em termos da duração em que se encontram nessa situação ou dos seus percursos habitacionais. Noutros contextos as pessoas Sem-Abrigo são caracterizadas a partir da sua situação habitacional.

A Federação Europeia de Organizações que Trabalham com Pessoas Sem-Abrigo (FEANTSA) adoptou uma definição para os Sem-Abrigo, denominada por ETHOS (Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão habitacional). Esta é uma definição abrangente na qual são integradas as diferentes realidades dos Sem-Abrigo, por toda a Europa. A definição é construída em torno do conceito de uma *casa*², sendo que a FEANTSA considera que existem três elementos que constituem uma *casa*, os quais, faltando, esboçam a situação de Sem-Abrigo: Ter uma *casa* pode ser entendido como ter uma habitação adequada na qual a pessoa e a sua família podem exercer uma posse exclusiva (elemento

¹ Bento e Barreto (2002:205)

² Spinnewijn (2005: 22)

físico); poder manter a privacidade, conseguir relacionar-se (elemento social) e ter um estatuto legal para ocupação (elemento legal). Neste sentido, existem nesta definição, 4 categorias de análise conceptuais: Sem Tecto, Sem Casa, Habitação Inadequada e Habitação Insegura.³ Todas estas categorias de análise podem ser tomadas para indicar a falta de uma casa, portanto a ETHOS classifica as pessoas Sem-Abrigo de acordo com a forma como vivem, ou a sua situação relativamente a uma *casa*. Ou seja,

Definição ETHOS

Na categoria Sem Tecto estão incluídas todas as pessoas que estão a viver em espaço público, alojadas em abrigos de emergência nocturnos e/ou forçados a passar várias horas por dia num espaço público.

Na categoria Sem Casa, estão todas as pessoas que estão a viver em casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, que estão a viver em centros de acolhimento para imigrantes e refugiados/requerentes asilo, pessoas sujeitas a desinstitucionalização e pessoas que estão a viver em alojamento apoiado.

Na categoria Habitação Insegura estão todas as pessoas que estão sem contrato de arrendamento ou aquisição, pessoas sujeitas a ameaça de despejo e pessoas que estão a viver sob ameaça de violência por parte do/a companheiro/a ou família. Por fim, na categoria Habitação Inadequada estão todas as pessoas que estão a viver em estruturas temporárias não comuns, a viver em habitações sem condições e a viver em situações de sobrelotação habitacional extrema.

Fonte: ENIPSA (2009:48)

Decidimos que o conceito de Pessoa Sem-Abrigo que vai ser usado neste estudo tem por base as categorias de análise operacionais, referidas anteriormente, da tipologia proposta pela FEANTSA. Optou-se por esta definição porque cobre várias categorias num contínuo de situações habitacionais diversas que nos interessa explorar, particularmente por incluir, para além de situações Sem Casa e Sem Tecto, Habitação Inadequada e Habitação Insegura, que respondem, em parte, à questão da “invisibilidade” das mulheres Sem-Abrigo, que veremos mais adiante. A nível nacional, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA), baseada na definição ETHOS, em cima referida, considerou:

Definição Nacional de Pessoa Sem-Abrigo

Considera-se Pessoa Sem-Abrigo, aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- Sem Tecto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário
- Sem Casa – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito (Equipamento que acolha pessoas que, não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde à resposta social da nomenclatura da Segurança Social, designada por “Centro de Alojamento Temporário: “*resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.*” Não se incluem

³ Cf. Anexo A

neste tipo de alojamento, os equipamentos que constituem respostas específicas para determinadas problemáticas, tais como Infância e juventude; Pessoas Idosas; Pessoas Adultas com Deficiência; Pessoas Adultas em situação de Dependência; Família e Comunidade em Geral; Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA; Pessoas Toxicodependentes; Pessoas Vítimas de Violência Doméstica).

Fonte: ENIPSA (2009:7,51)

Neste sentido, o conceito de pessoa Sem-Abrigo que vai ser usado neste estudo é mais abrangente do que o conceito que é usado a nível nacional. Neste estudo, as entrevistadas incluem-se em situações Sem Casa, em sintonia com a ENIPSA, mas também há casos de Habitação Inadequada. Todavia, apesar de enquadráveis de acordo com a situação habitacional actual numa definição mais lata, experienciaram situações Sem Tecto, entre outras, no seu passado (sentido restrito). Assim, tal não implica que as mulheres que fizeram parte da amostra deste estudo não sejam ou não tenham sido também, como veremos mais à frente, durante alguma fase da sua vida, segundo o conceito nacional, pessoas Sem-Abrigo.

1.2 Conceito de Home/Casa

“I do not have a home” may equally mean that “I have no house in which to live” or “the house in which I live does not feel like a home”.⁴

Como foi referido na introdução, este estudo baseia-se na pesquisa “Characteristics of Home: Perspectives of Women Who Are Homeless”, pelo que se mostrou de particular importância, desde o início, tentar compreender o conceito *home*, no sentido de tentar encontrar uma possível “tradução” que pudesse ser utilizada em Portugal. Para as mulheres que participaram no estudo original, *home* significa, além das características físicas e da localização da habitação, conforto, segurança, alegria, calma, tranquilidade, sentimentos de conexão e pertença, “a sanctuary that functions as a foundation allowing for fulfilling potential” (Walsh et al, 2009:57). Este estudo mostrou que estas mulheres viram o conceito de *home* como uma combinação de atributos físicos, afectivos e contexto externo, que se estendeu para além da óbvia necessidade de uma habitação física adequada.

Segundo Bento e Barreto (2002:24) *houseless* e *homeless* são conceitos diferentes, o primeiro refere a falta de uma residência física, ao passo que *homeless* é a pessoa que, além da falta de residência, tem algum grau de isolamento social ou de desafiliação, ou seja, a noção de *homeless* é uma equação de duas partes, em que uma representa a ausência de residência física e a outra a ausência de recursos e laços comunitários que lhe permitam reverter a situação.

A casa está ligada a noções como abrigo, conforto, descanso, dormida, calor afecto, segurança, família, amor e sociabilidade sendo as suas funções múltiplas: protecção de elementos e de roubos, lugar para descanso e recuperação, espaço pessoal e íntimo, lugar próprio onde cada pessoa manifesta o seu gosto

⁴ Dovey (1985) citado por Wardhaugh (1999:95)

próprio e personalidade; lugar familiar e de educação dos filhos; lugar de referência, de trabalho ou de recreação; símbolo de pertença a uma comunidade e de estatuto social, valor económico (Rossi, 1990) e (Lopez et al, 1995).⁵

Nesse sentido, a tradução que se usou neste estudo para *home* foi *casa*, sendo que se decidiu investigar este conceito, optando por desdobrá-lo em dois “subconceitos”: *habitação* e *lar*. *Habitação* mais relacionada com a dimensão física da *casa*, e *lar* mais relacionada com a dimensão afectiva da *casa*.

Convém no entanto referir que, para algumas pessoas, *casa* não significa necessariamente protecção e segurança, “home is not only a place we can escape to, but it can also be a place we want to escape from” (Moore, 1984).⁶ Nesse sentido a visão idealizada de *home* como sendo um lugar que transmite protecção e segurança, pode não reflectir a realidade experimentada por algumas pessoas, “For many women home is a violent experience, which for some, must also remain hidden if they are to remain housed, so the homelessness of women may be less a problem of housing, and more a solution to it” (Thomas and Dittmar, 1995:496). Segundo Wardhaugh (1999:94) “home” can mean private abode or public institution, it can be a place or refuge or a prison”. Esta autora define as mulheres que são vítimas de violência dentro da sua própria casa, quer sejam agredidas pelos pais, pelos maridos, companheiros, como “homeless at home”. Em contrapartida existem outras pessoas que por vezes, embora estejam numa situação de Sem-Abrigo, não se consideram como tal e referem como *casa* o seu quarto numa pensão e as relações sociais que têm, como sendo as relações que mantém com outras pessoas que também estão numa situação Sem-Abrigo (Ravenhill, 2008:11). Estas situações mostram a “complexidade” que também existe neste conceito de *home*, entre o conceito ideal e o real, experienciado por diferentes pessoas em diferentes circunstâncias em diferentes fases da vida.⁷

1.3 Políticas Sociais Dirigidas aos Sem-Abrigo no Contexto Europeu e em Portugal

Research indicates the growing significance of the new homeless, consisting of families, women, and children. Homelessness also needs to be seen as something dynamic that may involve movement into and out of housing and other supports over time. Older policies that address only limited kinds of homelessness and which do not recognize the dynamics involved are likely to be less effective. “Good practice” policy incorporates these changing understandings of homelessness by addressing the housing, psychological and social needs of the homeless, as well as integrating across programs and increasing independence through capacity building.⁸

São vários os diplomas nacionais e internacionais que reconhecem o direito a uma habitação, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) (Artº25, nº1), o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) (Artigos 2º,3º,11º) e a

⁵ Citado por Bento e Barreto (2002:63)

⁶ Citado por Thomas and Dittmar (1995:496)

⁷ Para ver as funções de uma *casa* consultar Anexo B

⁸ Greenhalg and Minnery (2007:641)

Constituição Portuguesa (1976) (artigo 65º, nº1): “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Tomando em consideração o **Contexto Europeu:**

The promotion of gender equality in strategies to address homelessness is crucial, as women's and men's experiences and needs are often divergent, which requires personalized approaches and solutions to their problems. In the context of the Social Inclusion Process, such an approach is promoted in the context of active inclusion policies. This policy advocates a mix of three strands: minimum income provision; access to the labour market and access to services, as the best way to tackle extreme forms of poverty, including homelessness.⁹

No ano 2000,¹⁰ no Conselho Europeu de Lisboa, a luta contra a pobreza e exclusão social foi considerada, pelos Estados-Membros da União Europeia, como um dos elementos centrais na modernização de uma política social europeia. Neste sentido, os chefes de Estado e os Governos decidiram criar formas de erradicar a pobreza e definiram objectivos que foram adoptados pelo Conselho Europeu de Nice, no mês de Dezembro do mesmo ano. Na sequência deste Conselho passaram a ser definidos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI) que tem como objectivo coordenar as políticas existentes, envolvendo diversos agentes e actores da sociedade civil. Nos últimos anos, os relatórios conjuntos da Comissão Europeia sobre os PNAI'S têm vindo a identificar o fenómeno Sem-Abrigo e as políticas dirigidas e este problema, como uma das prioridades em quase todos os países. Em 2005, o Conselho do Emprego, da Política Social, da Saúde e dos Assuntos dos Consumidores (EPSCO) considerou o fenómeno das pessoas Sem-Abrigo uma prioridade, sendo igualmente uma prioridade no capítulo "inclusão activa" da estratégia de protecção e integração social. Em Abril de 2008 o Parlamento Europeu aprovou uma declaração escrita, assinada por 405 eurodeputados, solicitando ao Conselho que adopte um "compromisso de alcance comunitário" para resolver o fenómeno das pessoas Sem-Abrigo na rua até 2015.

Em **Portugal**, a tomada de consciência da necessidade de uma melhor articulação entre os vários serviços dirigidos à população Sem-Abrigo e, ao mesmo tempo, a necessidade de implementar uma estratégia que abrangesse não apenas respostas de emergência, mas que também focasse aspectos relacionados com a prevenção, reintegração social e a fase posterior de apoio aos processos de autonomização (Baptista, 2005:26; Estudo dos Sem-Abrigo, 2005), esteve na base da criação, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social em conjunto com outras entidades públicas e privadas, da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 (ENIPSA), com o objectivo, precisamente, de intervir nestas três áreas: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento.

⁹ Chityil (2010:4)

¹⁰ As informações que constam neste parágrafo foram retiradas do Site do Parlamento Europeu (Agosto 2010) e ENIPSA (2009:5)

A ENIPSA corresponde a um conjunto de orientações gerais e compromissos das diferentes entidades, cuja operacionalização deve ser implementada a nível local, no âmbito das redes sociais locais (dos Conselhos Locais de Acção Social), com base em planos específicos e adequados às necessidades locais identificadas.¹¹ Em seguida são apresentados, em linhas muito gerais, os objectivos da ENIPSA, divididos em dois grandes eixos: Eixo 1 – Conhecimento do fenómeno, informação, sensibilização e educação e Eixo 2 – Qualificação da Intervenção.

Objectivos da ENIPSA

Eixo 1 – Conhecimento do fenómeno, informação, sensibilização e educação

- 1 Promover a utilização de um conceito único de “pessoa Sem-Abrigo”, a nível nacional
- 2 Garantir a monitorização do fenómeno, com vista à adequação das respostas às necessidades reais, através de um Sistema de Informação e Monitorização
- 3 Assegurar que os Diagnósticos e os Planos de Desenvolvimento Social das redes sociais incluem indicadores relativos ao fenómeno Sem-Abrigo
- 4 Garantir a actualização permanente do conhecimento e a luta contra a discriminação
- 5 Garantir acessibilidade e disponibilização de informação permanentemente actualizada sobre o tema e os recursos existentes

Eixo 2 – Qualificação da Intervenção

- 1 Promover a qualidade técnica da intervenção
- 2 Garantir eficácia e eficiência na intervenção
- 3 Garantir a qualidade das respostas, dos serviços prestados e a logística operacional dos equipamentos fixos ou móveis que prestam apoio às pessoas Sem-Abrigo
- 4 Assegurar a existência de respostas que garantam que ninguém é desinstitucionalizado sem que tenham sido accionadas todas as medidas necessárias para lhe garantir um lugar adequado para viver, bem como os apoios necessários, sempre que se justifique (ex: saídas de “lares de Infância e Juventude”, equipamentos de alojamento de carácter temporário, hospitais, estabelecimentos prisionais e comunidades terapêuticas)
- 5 Assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas
- 6 Assegurar o apoio técnico à saída de um alojamento temporário durante o tempo necessário
- 7 Assegurar a existência de condições que garantam a promoção de autonomia, através da mobilização e contratualização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico e as necessidades:
 - 7.A Habitação: Criar condições de alojamento disponibilizando habitações de propriedade pública e privada para arrendamento directo ou mediado
 - 7.B Emprego: Disponibilizar soluções de formação profissional e de emprego adequadas
 - 7.C Protecção Social: Assegurar o acesso a todas as medidas de protecção adequadas (ex: RSI)
 - 7.D Saúde: Assegurar a acessibilidade aos cuidados de saúde

Fonte: ENIPSA (2009:17-27)

O primeiro eixo configura um conjunto de medidas que visam o conhecimento permanente do fenómeno a vários níveis, permitindo a troca de informação a nível local, a Planificação a nível

¹¹ ENIPSA (2009:6)

regional e as decisões de política a nível central. O segundo eixo inclui as medidas que visam garantir a qualidade, eficácia e eficiência da intervenção.

Na perspectiva do direito à habitação e, de acordo com a ENIPSA (2009:41), o objectivo é seguir uma abordagem de autonomização e caminho para habitação condigna, promovendo e incentivando o desenvolvimento de respostas para famílias em risco, apresentação de projectos “Housing First” e apresentação de candidaturas PROHABITA. Também faz parte da ENIPSA criar mais condições de alojamento, disponibilizando habitações de propriedade pública e privada para arrendamento directo ou mediado e criar, também como respostas possíveis de alojamento:¹²

1. **Alojamentos Específico** – Enquadram-se nesta designação todas as respostas de alojamento específicas para determinado problema, identificado como dominante;
2. **Alojamento Não Específico** – Sempre que não seja possível o encaminhamento directo para uma resposta especializada após o diagnóstico poderá ser necessário recorrer a uma resposta que privilegie, para além da satisfação das necessidades básicas, acompanhamento mais próximo, que permita a elaboração do plano individual de inserção, de duração variável e adequada à situação. Este alojamento Temporário poderá ser de 3 tipos, de acordo com os objectivos e características das situações: **Centros de Emergência, Apartamentos Partilhados ou Centros de Alojamento de média duração**

A ENIPSA continua a ser desenvolvida no Capítulo III, analisando-se o modelo de Intervenção e acompanhamento.

Recentemente, em Portugal, o PNAI 2008/2010, o Plano Estratégico de Habitação-2008/2013 (PEH) e o Plano Nacional de Saúde 2004/2010, também abordam a questão das pessoas em situação de Sem-Abrigo. Como um dos exemplos de medidas políticas a implementar, descritas no PNAI 2008/2010 e que têm as pessoas Sem-Abrigo como uma das populações-alvo, existe a criação de “empresas de inserção” (pessoas colectivas sem fins lucrativos). Estas empresas têm por objectivo a (re) inserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de particular desfavorecimento face ao mercado de trabalho.¹³ No PEH 2008/2013 existe uma chamada de atenção para incluir as pessoas sem-abrigo nas preocupações sociais e no acesso ao alojamento adequado às suas necessidades. Como exemplos de duas medidas temos: o desenvolvimento de modalidades de apoio ao arrendamento privado, sendo que um dos objectivos desta medida é precisamente reduzir o risco de situações de sem-abrigo. Outra das medidas é o Programa Porta 65 – Coabitação Apoiada, iniciativa que prevê o apoio a instituições com fins “assistenciais e de solidariedade social” destinado ao alojamento colectivo para grupos populacionais com necessidades habitacionais específicas ou temporárias, incluindo pessoas Sem-Abrigo.¹⁴ O Plano Nacional de Saúde 2004/2010 tem como um dos objectivos melhorar os cuidados prestados aos doentes em situação de exclusão social, através de

¹² ENIPSA (2009:54)

¹³ PNAI 2008/2010 (2008:130)

¹⁴ PEH 2008/2013 (Estratégia e Modelo de Intervenção) (2008:35,58,89)

um conjunto amplo e diversificado de serviços, capaz de responder às múltiplas necessidades dos doentes excluídos, nomeadamente dos Sem-Abrigo.¹⁵

1.4 Cidade de Lisboa Projecto Casas Primeiro (Housing First)

Recentemente, em Maio de 2009, foi assinado em Lisboa, o protocolo “Casas Primeiro”. Este protocolo envolve a Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS), o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a Pathways to Housing, o Instituto da Segurança Social e a Prof. Marybeth Shinn. Este projecto é baseado no modelo Housing First desenvolvido pela associação Pathways to Housing, que já foi usado em mais de 40 cidades dos Estados Unidos, no Canadá, Japão, Holanda e Espanha.¹⁶

A associação Pathways to Housing foi fundada em 1992, em Nova York, pelo psicólogo Sam Tsemberis. Nesse ano, Tsemberis estava a trabalhar num projecto cujo objectivo era convencer pessoas Sem-Abrigo, que estavam a viver na rua há muito tempo, a ingressarem num hospital psiquiátrico ou receberem algum tipo de tratamento. Ouvindo as preferências, em termos de habitação, que estas pessoas Sem-Abrigo lhe transmitiam, Tsemberis resolveu fundar a associação Pathways to Housing. Esta associação reverteu a lógica habitual, no que diz respeito ao tratamento das pessoas Sem-Abrigo com doença mental, oferecendo acesso imediato a apartamentos independentes, espalhados pela cidade de Nova York, juntamente com um suporte de apoio que inclui equipas técnicas, multidisciplinares, preparadas para ajudá-los a resolver os seus problemas de saúde mental e outros, independentemente de esta pessoa já estar a receber tratamento ou não. Além dos serviços básicos e de habitação, a Pathways for Housing também oferecia aulas de cozinha, arte, fotografia, informática. Para uma pessoa poder entrar neste programa, exigia-se apenas que concordasse em ser visitada regularmente por um gestor de caso e contribuísse com 30% do seu rendimento para o pagamento da renda. Este modelo passou a ser chamado de Housing First (Padgett e Henwood, 2008: 2).

Estudos posteriores revelam que os participantes do programa Housing First da Pathways for Housing foram capazes de obter e manter uma habitação independente, sem comprometer os sintomas psiquiátricos ou abuso de substâncias (Tsemberis et al, 2004:651). Também foi demonstrado que a aplicação destes programas diminui o número de pessoas Sem-Abrigo, e a hospitalização de pessoas Sem-Abrigo com doenças mentais. Pessoas que participaram no programa Housing First da Pathways

¹⁵ Plano Nacional de Saúde 2004/2010 (2004:89). Bento e Barreto (2002:115), em relação aos serviços de saúde, refere a clivagem que existe entre estes serviços e os serviços sociais, sendo que esta é outra barreira que se ergue para as pessoas Sem-Abrigo. Estas pessoas caem frequentemente num pingue-pongue institucional, provocando nelas uma espécie de “anorexia institucional”. Sobre este problema de acesso aos serviços de saúde por parte de pessoas em situação de Sem-Abrigo cf. (Santos, 2005:34), Relatório de saúde da FEANTSA (2006) e Costa e Baptista (2001:62)

¹⁶ Sites AEIPS e Pathways to Housing (Agosto 2010)

for Housing apresentaram taxas de estabilidade habitacional superiores às pessoas que participaram em programas standard (por exemplo abrigos, hospitais psiquiátricos), sendo que o custo destes programas é mais elevado do que os custos do programa Housing First Pathways for Housing (Gulkur, L et al, 2003:171).

Social work practitioners, policy makers, and educators can benefit from these findings as some of the strongest support for “evidence-based practice” in housing and services for persons who homeless with mental illness. As the largest single group of mental health practitioners and a significant part of the substance abuse treatment workforce, social workers play a critical role in implementing best practices for this vulnerable population. (Padjett et al, 2006:81)

Este projecto¹⁷ dirigido, numa primeira fase, para 50 pessoas Sem-Abrigo com doença mental que se encontram a viver na rua ou em abrigos na cidade de Lisboa, visa facilitar o acesso e a manutenção de uma habitação própria, através de uma linha de apoio ao arrendamento e de uma equipa de suporte especializado. Enquadrando-se, como foi referido anteriormente, nos objectivos da ENIPSA, bem como no Plano Cidade para a Pessoa Sem-Abrigo de Lisboa, conta com o apoio do Instituto da Segurança Social e irá articular-se com outras organizações que intervêm nesta área e outras instituições de apoio. Um dos aspectos mais inovadores deste projecto, como foi referido anteriormente, consiste na prioridade dada ao acesso à habitação na reintegração dos Sem-Abrigo, considerando que a casa constitui o ponto de partida e não o ponto de chegada da intervenção. A Abordagem Housing First apoia cada pessoa a:

- Identificar as suas preferências em termos habitacionais e de suporte;
- Seleccionar e a obter uma casa condigna e acessível economicamente;
- Viver autonomamente com qualidade na sua comunidade, com apoio de um conjunto de suportes individualizados, flexíveis e não intrusivos, proporcionados no contexto habitacional e na comunidade

Os serviços de suporte devem estar disponíveis 24 horas por dia, 365 dias por ano, mas devem ser flexíveis, individualizados, voluntários e orientados de acordo com as necessidades e preferências individuais. Estes serviços são geralmente proporcionados na casa das pessoas e noutros contextos naturais da comunidade, no sentido de prestarem apoio na gestão e manutenção das Casas e para que cada pessoa cumpra as suas obrigações como inquilino. O suporte não se deve focalizar exclusivamente nas questões habitacionais, mas promover as ligações das pessoas com os recursos e suportes comunitários, o emprego, os projectos escolares e o fortalecimento das redes de suporte social, no sentido de prevenir o seu isolamento na comunidade. Até Agosto de 2010, o projecto “Casas Primeiro”, vai alojar em apartamentos 50 pessoas que vivem nas ruas de Lisboa. Durante a primeira fase deste projecto, que terminou no mês de Janeiro, transitaram para apartamentos 20 pessoas (15 homens e 5 mulheres).¹⁸ A cidade onde foi aplicado o estudo original¹⁹, Calgary, foi a segunda cidade

¹⁷ Sites AEIPS e PathwaystoHousing (Agosto 2010)

¹⁸ Notícia publicada no JN (01/02/2010)

¹⁹ Walsh et al (2009)

canadiana a implementar este programa Housing First da Pathways for Housing, durante o ano de 2007, também numa fase inicial com 50 pessoas²⁰.

1.5 Caracterização das Respostas Existentes para Mulheres Sem-Abrigo, no Contexto Europeu e em Portugal, Lisboa

Levando em consideração o contexto Europeu, segundo o relatório “Women and Homelessness in Europe” (2001):

Caracterização dos Serviços Dirigidos a Mulheres Sem-Abrigo no Contexto Europeu

The genesis of service development in Europe suggests a bifurcation of service provision in which women-oriented services are under-provided and generalist services lack gender sensitivity. Women-oriented services have typically emerged chronologically, first to meet the needs of young vulnerable single mothers and then to meet the needs of women fleeing domestic violence. This leaves a gap in service provision for other groups of women (young single women and older women) or throws them back on reliance on generalist services which have a strong male orientation. However, there is some evidence that women’s services are beginning to diversify with women’s shelter’s, for example, beginning to open up to meet the needs of groups of women other than those fleeing domestic violence. On the other hand, there is other evidence to suggest that the continued enforcement of strict rules of access continue to exclude some groups of women (for example, those involved in drug abuse) from specialist services such as women’s refugees. Both situations suggest the lack of an holistic approach to the needs of women who may be vulnerable in the housing market.

Fonte: Edgar and Doherty (2001:235)

Reportando a **Portugal**, a situação é semelhante:

Caracterização dos Serviços Dirigidos a Mulheres Sem-Abrigo em Portugal

Concretamente para mulheres em situação de Sem-Abrigo, existem em Portugal dois tipos de respostas: serviços generalistas para pessoas Sem-Abrigo e serviços especializados para mulheres. Segundo estes autores, nos utentes dos serviços generalistas para pessoas Sem-Abrigo as mulheres representam uma minoria. No entanto, em alguns deles a percentagem de mulheres que usam esses serviços atinge os 30%. Os serviços especializados para mulheres têm dado prioridade a questões como violência doméstica, prostituição, a situação de jovens mães com os seus filhos e mulheres ex-reclusas.

Fonte: Traduzido de Costa e Baptista (2001:55)

A nível geral, o estudo “*Caracterização das respostas sociais e serviços dirigidos aos Sem-Abrigo*”, realizado durante 2005, chegou às seguintes conclusões:²¹

²⁰ Notícia publicada no Calgary Herald (19/10/2007)

Caracterização das Respostas Sociais e Serviços Dirigidos aos Sem-Abrigo em Portugal

73,7 % Das respostas sociais e serviços dirigidos aos Sem-Abrigo é feito por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), assumindo as Autarquias e as Organizações Não Governamentais (ONG) o peso individual de 7,9%, seguem-se as Fundações com o peso de 5,3%, e por fim as Misericórdias e as Cooperativas, assumindo cada uma delas o peso individual de 2,6%.

O tipo de apoio e serviços prestados são maioritariamente de apoio psicossocial, vestuário, refeições, higiene, seguindo-se, de forma menos significativa, as informações, alojamento temporário, inserção profissional, programas ocupacionais, apoio médico, formação profissional, programa de metadona e, por último, habitação assistida. □

Dos principais problemas dos Sem-Abrigo para os quais existem menos respostas disponíveis ressaltam as áreas da doença mental, desemprego, toxicod dependência, alcoolismo, doenças infecciosas, debilidade física, situações de contumácia e falta de habitação.

A principal fonte de financiamento das respostas sociais e serviços dirigidos aos Sem-Abrigo é a segurança social (66,7%), sendo a periodicidade de atribuição de verbas sobretudo mensal, seguem-se receitas próprias com periodicidade mensal (13,3%), projectos específicos (6,7%) e apoios anuais das autarquias (3,3%).

Fonte: Estudo dos Sem-Abrigo (2005:128,131,136,137)

Em relação aos recursos económicos das pessoas que estão numa situação de Sem-Abrigo, o recurso mais frequente é a mendicidade, seguindo-se os apoios/subsídios institucionais e os apoios de amigos e de familiares, o RSI abrange 10% da população Sem-Abrigo. (Martins, 2004:54) Esta baixa percentagem de beneficiários do RSI, também foi mencionada no estudo dos Sem-Abrigo (2005:61), que refere não existir nenhuma explicação oficial para esta sub-representação, no entanto requerer o RSI implica um conjunto de trâmites burocráticos que por si só marginalizam uma série de pessoas que não tenham possibilidade de recorrer à ajuda de terceiros para formalizar os seus pedidos. O PNAI 2008/2010 (2008:50) e a ENIPSA (2009:33), nomeadamente através do gestor de caso²², têm como um dos objectivos colmatar esta lacuna junto das pessoas Sem-Abrigo.

Concretamente, na cidade de **Lisboa**, a constituição do Grupo de Trabalho para a Área dos Sem-Abrigo foi aprovada, em Julho de 2007, na 3ª Sessão Plenária do Conselho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS -Lx). Foi definido como objectivo estratégico: "*elaboração de um Plano de Cidade para os Sem-Abrigo*" e como objectivo específico: "*promover uma maior articulação entre todos os parceiros que intervêm na área dos Sem-Abrigo*". Como consequência surgiu, em 2009, o documento "Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo".²³ De acordo com este documento, existem na

²¹ Estudo dos Sem-Abrigo (2005:121)

²² Veremos em detalhe, no capítulo III, o que é o gestor de caso

²³ Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo (2009)

cidade de Lisboa respostas para a população Sem-Abrigo designadas como de *suporte* e outras designadas como *vocacionada*. As primeiras com uma finalidade de intervenção que não se esgota na população Sem-Abrigo, e que se estende ao vasto conjunto da população em situação de exclusão social: pessoas/famílias economicamente desfavorecidas, mães solteiras, ex-reclusos, pessoas infectadas pelo VIH/SIDA e/ou famílias, pessoas toxicodependentes, imigrantes, com doença mental etc. No grupo de respostas designadas como vocacionadas estão as respostas que privilegiam a pessoa Sem-Abrigo como objecto de intervenção. Dentro destas respostas, segundo o Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo, existiam na cidade de Lisboa, em 2009, 9 Centros de Acolhimento Temporário (CAT), num total de 494 camas: 3 CAT's vocacionados para homens, 5 de acesso misto, e 1 vocacionado para mulheres e crianças. De acordo com este plano, importa reorganizar as estruturas de alojamento existentes pois a quantidade não tem sido garantia de um serviço humanizado e de qualidade. É necessário reestruturar o que existe e simultaneamente criar novas respostas de alojamento transitório, de modo a aumentar a capacidade de resposta e proporcionar uma rede de alojamento com padrões de qualidade em estruturas de menor dimensão (centros de alojamento temporário) nas diversas modalidades propostas no âmbito da ENIPSA.

Para além das respostas de alojamento, segundo o Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo, existem na caracterização das respostas vocacionadas para as pessoas Sem-Abrigo: duas comunidades de inserção, sem alojamento; 13 entidades que prestam serviços ao nível de equipas de rua. Estas equipas multidisciplinares estabelecem uma abordagem às pessoas Sem-Abrigo, visando a sinalização de situações, identificação das necessidades, resposta às necessidades básicas, motivação para a inserção e encaminhamento para diagnóstico e identificação; um refeitório/cantina social; três ateliês ocupacionais e uma linha de Atendimento/Acompanhamento Social da SCML que atende pessoas em situação de risco social grave ou de emergência na Cidade de Lisboa (Serviço de Emergência Social, linha 144).

De acordo com este plano, deverão ser criadas mais respostas, em equipamentos, destinados ao fornecimento de refeições, integrando outros serviços, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas. As respostas de apoio à inserção social e profissional, com e sem alojamento, também são ainda em número pouco significativo. É necessário implementar respostas para pessoas que necessitam de apoio no processo de integração social, de forma continuada e mais prolongada no tempo (ex: comunidades de inserção). Os ateliês ocupacionais são uma actividade ainda pouco significativa, organizada em modelos de funcionamento “estruturados” ou “flexíveis”. Estas actividades revelam-se de interesse para a reabilitação das capacidades de trabalho, socialização e autonomia dos indivíduos, pelo que importa fomentar a sua criação, num contexto organizado, limitado e acoplado a refeitórios e centros de alojamento temporário. Ainda de acordo com o Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo, a promoção de condições de autonomia não se esgota nas propostas anteriormente referenciadas. Será necessário mobilizar todos os sectores da sociedade,

nomeadamente no âmbito da educação, emprego e formação profissional, habitação, saúde, segurança, justiça e protecção social, e será fundamental que todos os stakeholders conheçam e reconheçam os seus parceiros de intervenção, as suas competências e âmbito de actuação.

Segundo o estudo “*Quartos, pensões e hospedarias, a realidade do alojamento apoiado em Lisboa e no Porto*”, realizado durante 2005, existem também em Lisboa algumas pessoas que se encontram alojadas em pensões e quartos particulares pagos pelos serviços sociais, apoio sem o qual estas pessoas se encontrariam numa situação Sem-Tecto.²⁴ Apesar das pessoas envolvidas neste estudo apresentarem perfis e percursos muito distintos, o impacto decorrente da possibilidade de disporem de um alojamento revelou-se de extrema importância. Todavia, segundo este mesmo estudo, as condições habitacionais da maioria dos locais visitados e, sobretudo, a aparente ausência de um apoio integrado que permita completar esta temporária e precária estabilidade residencial constitui uma dimensão a desenvolver sob pena de poder comprometer a trabalho de reinserção social. (Estudo dos Sem-Abrigo, 2005:23)

De acordo com o National Report on Youth Homelessness and Youth at Risk of Homelessness in Portugal (2009) importa também aumentar o número de respostas para jovens em situação de Sem-Abrigo.²⁵

Neste capítulo definimos o conceito de pessoa Sem-Abrigo que vai ser usado neste estudo (ETHOS), traduzimos o conceito *home (casa)*, e verificamos que o fenómeno de exclusão social – homelessness – está cada vez mais presente no contexto Europeu e nacional, nomeadamente através da ENIPSA 2009-2015. No contexto europeu, incluindo Portugal, ainda não existem muitas respostas dirigidas especificamente para mulheres em situação de Sem-Abrigo, no entanto existe uma preocupação cada vez maior com esta questão. Segundo o Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo, existiam em 2009, para mulheres na cidade de Lisboa, como respostas de alojamento vocacionadas para pessoas Sem-Abrigo, cinco centros de acolhimento temporário de acesso misto (mulheres e homens) e um centro de acolhimento temporário só para mulheres e crianças. Existem também algumas respostas em quartos e pensões (alojamento apoiado) e, recentemente, o novo projecto “Casas Primeiro”. Segundo Costa e Baptista (2001) existem também como respostas a mulheres em situação de Sem-Abrigo, associações que acolhem jovens mães, mulheres em situação de prostituição, mulheres vítimas de violência doméstica e mulheres ex-reclusas.

²⁴ Estudos dos Sem-Abrigo (2005:156)

²⁵ Casanova e Menezes (2009)

II. MULHERES SEM-ABRIGO

Neste capítulo pretendemos conhecer quem são as mulheres Sem-Abrigo que vivem na Europa e, concretamente, em Lisboa. Também procuramos conhecer quais são os factores e riscos que podem levar uma mulher a vir a estar numa situação de Sem-Abrigo, e quais são os mecanismos que podem contribuir para que elas consigam sair desta situação. Por estar dentro do âmbito desta pesquisa, no final do capítulo também procuramos fazer uma revisão de literatura sobre estudos que tenham abordado a questão da percepção das *próprias* mulheres que estão numa situação de Sem-Abrigo, sobre as respostas habitacionais e serviços de apoio que utilizam, procurando abranger várias situações, toxicod dependência, mulheres vítimas de violência doméstica, mulheres com filhos e sem filhos.

2.1 Mulheres Sem-Abrigo na Europa

Segundo Edgard e Doherty (2001:3) o estudo de mulheres em situação de Sem-Abrigo na Europa é pertinente por várias razões. Primeiro porque há um consenso geral que o número de mulheres Sem-Abrigo em quase todos os países da União Europeia (UE), senão mesmo em todos, está a aumentar.¹ Segundo, é hoje amplamente reconhecido em toda a EU que a habitação social e protecção social que existem para mulheres Sem-Abrigo são muitas vezes insuficientes, comparadas com a dimensão real do problema, e inapropriadas, comparadas com as necessidades sentidas e expressas pelas mulheres. Em terceiro, apesar da situação de Sem-Abrigo poder afectar tanto os homens como as mulheres, há um crescente reconhecimento, quer por parte de técnicos que trabalham nesta área, quer por parte de decisores políticos e de investigadores, que estas situações são vividas de forma diferente por uns e por outros, ou seja, a dimensão do género é importante quando se analisa o problema dos Sem-Abrigo. Ainda de acordo com Edgard e Doherty (2001:5) embora seja importante reconhecer a similaridade nas tendências e, a comunhão de experiências entre as mulheres Sem-Abrigo, em toda a Europa, também é relevante reconhecer a heterogeneidade das mulheres Sem-Abrigo e não perder de vista a diversidade de situações e experiências individuais. Essa heterogeneidade reflecte-se, por exemplo, nos diferentes percursos que vários grupos de mulheres fazem,² quer no sentido de entrar numa situação de Sem-Abrigo, quer no sentido de sair de uma situação de Sem-Abrigo, e conseqüentemente na formulação de políticas específicas.

É também essencial identificar as diferenças que existem entre uma mulher estar numa situação Sem-Abrigo num determinado país ou noutro. A este respeito alguns investigadores identificaram uma distinção entre países “women-friendly” e países “women-hostile”. Países nórdicos são tipicamente

¹ O mesmo se passando nos Estados Unidos (Styron et al., 2000), Austrália (Casey, 2002) e no Canadá, como referido no estudo original que serve de base à presente investigação, Walsh et al (2009).

² “Young, old, single, lone parents, immigrants and so on.” (Edgard and Doherty, 2001:5). “Effective social policy requires sensitivity to women’s individual life circumstances- young women deserting or being evicted from the parental house, women suffering from domestic abuse, lone parents, divorcees, older woman and widows.”(Doherty, 2001:18).

identificados com os primeiros, enquanto os países do sul da Europa, que têm pouca ou nenhuma oferta formal para as mulheres Sem-Abrigo, são identificados com os segundos (Edgard and Doherty, 2001:5).

Querer saber quantas pessoas existem em situação de Sem-Abrigo é uma tarefa complicada, primeiro porque, como vimos anteriormente, não há uma definição única de “Sem-Abrigo”, por outro lado, a população Sem-Abrigo é por natureza móvel e só parcialmente visível ou acessível, tornando qualquer contagem impossível. As pessoas Sem-Abrigo são mais facilmente quantificáveis quando entram em contacto com os serviços, pelo que os números de Sem-Abrigo apontados num determinado país tendem a depender do nível de provisão de serviços para esta população. Por estas e outras razões, os números apontados são baseados frequentemente em estatísticas (Bento e Barreto, 2002:30,56). No entanto, apesar das dificuldades referidas anteriormente, o relatório “Women and homelessness in Europe” (2001), permitiu compilar um conjunto de informação que apontam, a nível europeu, para os seguintes dados sobre as mulheres Sem-Abrigo nos vários Estados-Membros:

Caracterização das Mulheres Sem-Abrigo, no contexto Europeu

- A forma típica de uma mulher se encontrar numa situação de Sem-Abrigo é a chamada “hidden” homelessness, ou seja, a situação de Sem-Abrigo em que se encontram não é tão visível, o que torna ainda mais difícil a contabilização de mulheres nesta situação.
- Apesar de os homens serem a maioria das pessoas que estão em situações Sem-Tecto, 20 % do total destas pessoas serão mulheres.
- Um terço do total de pessoas em situação de Sem-Abrigo será mulheres.
- Registos de serviços que prestam apoio a pessoas Sem-Abrigo, indicam que nos últimos anos, na maioria dos países, a proporção de mulheres que recorrem a estes serviços tem aumentado.
- Há uma mudança observável na composição da população Sem-Abrigo feminina, nomeadamente no aumento de mulheres mais jovens, mulheres de grupos étnicos minoritários e mulheres com passado de imigração.³
- Existem uma multiplicidade de causas para uma mulher estar numa situação de Sem-Abrigo.

Fonte: Traduzido e adaptado de Edgar e Doherty (2001:234)

2.2 A Invisibilidade da Situação das Mulheres Sem-Abrigo

Várias razões têm sido apontadas para a “invisibilidade” das mulheres em situação de Sem-Abrigo, o estigma é uma delas. Este estigma é associado a vários factores, como “the loss of status as a mother, carer or homemaker or to the popular mythology of perception of homeless women as “fallen” women

³ “The increase in the use of homelessness services by women in recent years has thus mainly been among young single women (under 24 years of age) and among women of immigrant and ethnic origin. However, it is also frequently reported that there remains a “residual” population of older homeless women who are frequently characterised as having mental health problems” (Edgard e Doherty, 2001:234)

and prostitutes” (Sahlin and Thorn, 2000:18).⁴ Segundo Walsh et al (2009:299), as mulheres sentem o estigma de viverem em centros de acolhimento para pessoas Sem-Abrigo e, por isso, evitam estas situações. Por outro lado, as mulheres evitam recorrer a serviços de apoio a pessoas Sem-Abrigo, onde tende a existir uma predominância masculina, por receio de ficarem expostas a situações de violência e abusos (Enders-Enders-Dragsassers, 2010:12; Walsh et al, 2009:299; Casey, 2002:87). Este receio também está presente nas mulheres que se encontram a viver na rua. Segundo Casey (2002:83), por razões de segurança, as mulheres quando dormem na rua, tendem a fazê-lo sozinhas e em locais onde dificilmente seriam encontradas, como por exemplo carros, casas desocupadas dos subúrbios. Este aspecto da “invisibilidade” das mulheres em situação de Sem-Abrigo explica-se igualmente, em parte, pelo facto de existirem serviços especializados e totalmente direccionados para o apoio a vítimas de violência doméstica e a mães solteiras (não sendo estes consensualmente considerados serviços de apoio a Sem-Abrigo). As mulheres que tentam fugir a situações de violência doméstica, bem como as mães solteiras jovens e vulneráveis, evitam assim ficar registadas como sendo Sem-Abrigo, pois recebem apoio e alojamento de associações especializadas, mesmo que, em alguns países e zonas, este tipo de serviços escasseie (Edgard e Doherty, 2001:234). Por outro lado, as mulheres têm mais recursos para lidar com situações de alojamento problemáticas, recursos este que envolvem o apoio das redes sociais alargadas (Pels, 2000:16).⁵ Estas questões são colocadas por Marpsat (1999:918) da seguinte forma: ⁶

Se poucas mulheres dormem nas ruas ou em centros para Sem-Abrigo, não é sempre porque a sua situação não é um problema. Na tradição de assistência social, as mulheres jovens e as mulheres solteiras com filhos têm tratamento preferencial por parte da comunidade, além de que podem contar mais com a solidariedade dos seus familiares e amigos mais próximos. O tratamento preferencial de que são alvo pode impedi-las de se encontrarem sem tecto ou de recuperar mais rapidamente daquela situação. No entanto, elas estão expostas a várias dificuldades: se não têm um emprego, a saída de um dos cônjuges, ou a sua própria fuga de casa, podem deixá-las com recursos limitados. Na ausência de uma rede de solidariedade entre familiares e amigos, elas podem hesitar em sair de suas casas e permanecem muito tempo em situações de violência ou de conflito. Uma mudança de política habitacional de acolhimento, que ampliasse o número de centros para as mulheres que têm Casa, mas que se deparasse com situações familiares difíceis, levaria provavelmente a um aumento no número de mulheres classificadas como sem tecto, mas talvez também a uma diminuição de algumas das dificuldades encontradas por mulheres com uma habitação existente.

Uma outra questão colocada por Marpsat (1999) tem a ver com a pobreza. A incidência do risco de pobreza tende a variar de acordo com algumas variáveis de caracterização sociodemográfica, tal como sexo, idade, escolaridade ou tipo de agregado doméstico. Neste momento na Europa, as mulheres, os mais velhos e a população até aos 17 anos, os menos escolarizados e as famílias monoparentais são os

⁴ Citado por Edgard e Doherty (2001:234)

⁵ Citado por Edgard e Doherty (2001:234) (Tradução)

⁶ Traduzido de Marpsat (1999:918)

grupos mais afectados.⁷ Sendo assim, se o risco de pobreza é maior nas mulheres do que nos homens e se a pobreza é um factor de risco para uma pessoa vir a estar numa situação de Sem Tecto, porque é que há menos mulheres Sem Tecto do que homens Sem Tecto?

A resposta, segundo Marpsat (1999), tem a ver com o mencionado anteriormente, segundo o qual, na tradição de assistência social, as mulheres jovens e as mulheres solteiras com filhos tem tratamento preferencial por parte da comunidade, além de que podem contar mais com a solidariedade dos seus familiares e amigos mais próximos. Esta abordagem baseia-se numa noção de vulnerabilidade que torna as mulheres um grupo prioritário em termos de acesso ao apoio. Todavia, a questão fundamental é se esse apoio promove a sua autonomização, ou, pelo contrário, perpetua a sua condição de fragilidade e dependência do apoio dos que lhes são próximos. Marpsat (1999) refere esta questão como “uma vantagem com limites”, ou seja, como estas mulheres são vulneráveis a urgência para as tirar da rua é maior, mas por outro lado, as respostas que usufruem são também mais de apoio e menos de autonomização, tendo mais dificuldades de inserção profissional - aqui os filhos tanto podem ser um "obstáculo" ao emprego, como uma "vantagem" em acesso prioritário a habitação social. No entanto, vários estudos mostram que um número substancial de famílias Sem-Abrigo e pais ou mães em situação de Sem-Abrigo são frequentemente separados dos seus filhos menores (Cowal et al, 2002:712). Ainda em relação aos filhos, “ La présence d'enfants peu être un frein au départ dans le cas des femmes victimes de violence conjugales, qui ne se résolvent pas à se retrouver dans la rue avec leurs enfants et supportent donc longtemps une situation très difficile” (Marpsat, 1999:907).

2.3 Seguindo uma Revisão de Literatura sobre Estudos Recentes Feitos na Cidade de Lisboa: Quem são as Mulheres Sem-Abrigo de Lisboa?

Tal como acontece ao nível europeu, em Portugal a informação existente sobre mulheres que estão em situação de Sem-Abrigo, também é escassa. No entanto, também como acontece ao nível europeu, o número de mulheres em situação de Sem-Abrigo está a aumentar (Martins, 2007). O quadro seguinte resume alguns dos estudos mais recentes feitos na cidade de Lisboa sobre a população Sem-Abrigo, focando a vertente das mulheres nessa situação.

Quadro 2.1 Resumo de alguns estudos feitos sobre a População Sem-Abrigo da cidade de Lisboa

Mulheres Sem-Abrigo, na rua e em hospital psiquiátrico (Bento e Barreto, 2002:232)
Neste estudo, as mulheres Sem-Abrigo constituem um grupo minoritário, embora estejam mais presentes no hospital psiquiátrico (24%) do que na rua (14%). Em comparação com os homens, as mulheres tendem a ter menos escolaridade, mais filhos e menor abuso ou dependência de álcool, embora com maior frequência de perturbações psiquiátricas, na amostra de rua.

⁷ Site do Observatório das Desigualdades (Agosto 2010)

Estudo sobre a população de Rua da cidade de Lisboa (CML 2004)
O objectivo deste estudo foi dimensionar e caracterizar o universo da População de Rua da cidade de Lisboa, onde foram alvo de análise 53 freguesias da cidade de Lisboa, a contagem foi feita durante a noite do dia 30 de Novembro de 2004 (das 20h as 01h00), foram contabilizadas no total 407 pessoas, sendo que 79 eram mulheres.
“Quartos, pensões e hospedarias, a realidade do alojamento apoiado em Lisboa e no Porto” (Estudo dos Sem-Abrigo, ISS, 2005)
Este estudo revelou uma presença bastante significativa de mulheres entre a população apoiada, pelo que o equilíbrio entre os sexos acabou por ser substancialmente maior do que aquele que normalmente caracteriza as populações que “tradicionalmente” se consideram Sem-Abrigo em Portugal. Verificou-se também uma presença menos significativa de mulheres no escalão mais jovem. Este maior peso de mulheres no escalão mais velho coincide com resultados de estudos anteriores sobre caracterização da população Sem-Abrigo, confirmando a presença de longos percursos de empregos precários mas onde situações de extrema exclusão habitacional vão sendo sucessivamente “evitados” pelo recurso a estratégias várias, nomeadamente a prática da prostituição ou a permanência em casas particulares durante anos prestando serviços domésticos. O envelhecimento, ao dificultar ou mesmo impossibilitar a continuidade das actividades/tarefas até aí desempenhadas, em contextos de total ausência de suportes familiares e de recursos económicos que lhes permitam sobreviver autonomamente lança muitas destas mulheres para situações extremas de exclusão social.
“As Sem-Abrigo de Lisboa” (Martins, 2007)
Este estudo fez uma caracterização da população Sem-Abrigo da cidade de Lisboa que, entre 1 de Janeiro de 2003 e 31 de Dezembro de 2006, recorreu aos centros porta amiga da AMI. Desta população Sem-Abrigo, 20% eram mulheres, maioritariamente jovens, solteiras, desempregadas, possuindo baixa escolaridade, falta de formação profissional, empregos precários, que fazem com que não tenham descontos para a segurança social ou com que estes não sejam contínuos no tempo. A maior parte destas mulheres são mães, dormem na casa de amigos ou amigas e/ou na rua. Algumas partilham de forma instável, e com grande alternância, as suas vidas com diferentes parceiros, quase sempre sem a presença dos filhos (que estão entregues a familiares ou instituições). A maior parte destas mulheres (36,2%) vive da mendicância. Na vida destas mulheres a família ou o estado não tiveram um papel protector ou gerador de autonomia a vários níveis (social, económico, psicológico).

Resumindo, os estudos referidos incluem situações que vão desde a “população de rua”, a utilizadores de serviços porta amiga da AMI ou mulheres que vivem em alojamento apoiado. Verifica-se que o conceito que é usado nos diferentes estudos, influi na expressividade numérica do universo e consequentemente na visibilidade dos respectivos casos incluídos. Outro exemplo a considerar é, como vimos anteriormente, a inclusão de jovens mães que estão a viver com os seus filhos em instituições ou mulheres vítimas de violência doméstica. Se estas fossem incluídas nas referidas

contagens, as estatísticas provavelmente aumentariam de forma significativa. A Associação de Apoio à Vítima (APAV) assinalou 5857 mulheres vítimas de violência doméstica no ano de 2009.⁸

2.4 Caminhos que Levam uma Mulher a uma Situação de Sem-Abrigo

Analisando o ponto anterior, as percepções das mulheres Sem-Abrigo que vivem em Lisboa, Portugal, acerca de alguns dos factores que contribuem para estarem numa situação de Sem-Abrigo podem ser sintetizados em torno de: problemas de saúde mental, toxicodependência, prostituição, empregos precários, falta de suportes familiares, falta de recursos económicos, desemprego, baixa escolaridade, falta de formação profissional. Corroborando a transversalidade de alguns destes factores, nomeadamente no Canadá, onde foi realizado o estudo original, apresentamos de seguida algumas causas, apresentadas em outros estudos sobre mulheres Sem-Abrigo:

Quadro 2.2 Recensão de Factores com Impacto sobre a Situação de Mulheres Sem-Abrigo

Pobreza, abusos, dependências, problemas de saúde mental e experiências traumáticas, sendo que estes factores ainda foram agravados, posteriormente, pela própria situação de estar Sem-Abrigo (Walsh et al., 2009:305).
Poverty, neglect, abuse, troubled interpersonal relationships, and mental health concerns (Styron et al., 2000:143)
Despejo, conflitos interpessoais, ou alguém que já não podia (ex. falecimento ou doença) ou não queria mais ajudar (Tessler et al, 2001). A rede social (família, amigos) ser constituída por pessoas que também não tem acesso a habitação (Toohey et al, 2004).
Saídas de instituições de saúde mental, problemas de alcoolismo e toxicodependência, violência dentro da própria família, abusos sexuais, desemprego, problemas de saúde, perda de um dos pais por falecimento, separação ou abandono e falta de habitação de baixo custo (Hill, 1991).
“Health reasons, disability, addiction, stress and severe depression were considered by the women in the sample as important causes of homelessness too” (Enders- Dragasser, 2010:13).
Violência doméstica (Krishnan and Hilbert, 1998), Prostituição (Batty et al, 2010), Divórcio (Ravenhill, 2008).
“Le plus jeunes, homes ou femmes, cherchent à résoudre un problème de logement dû à un conflit familial. Pour les jeunes femmes, celui-ci peut résulter d’une grossesse non acceptée par les parents” (Marpsat, 1999:903).
“Structural deficits such as poverty, inadequate housing, inadequate vocational training, unemployment; Deficits in social resources – few or no supportive relationships with friends, family members and the respective neighbourhood; Deficits in personal resources – health and mental health problems, low resistance against problems and stress, unfit strategies to cope with crisis “ (Novak and Schoibl, 2001:131).

Na introdução ao livro “Women and homelessness in Europe”, Edgar and Doherty (2001:5) deixam a seguinte mensagem “If there is a single message to be identified in this book it is, we suggest

⁸ Site da APAV (Agosto 2010)

(notwithstanding variations between countries), that increases in the exposure of women to homelessness are at base related to the “feminilization of poverty”; a condition which erodes the capacity of many female-headed households to establish and maintain independent homes”.

2.5 Factores de Risco Para que Uma Mulher Possa Vir a Estar numa Situação de Sem-Abrigo

Apesar de as “primary causes of single women’s homelessness relate to economic disadvantage caused by low income and inadequate affordable housing. (...) some women are more vulnerable to poverty and homelessness than others” (Casey, 2002:79). Neste sentido:

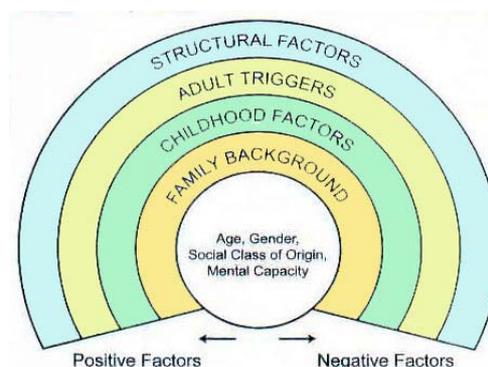
The prevention-oriented focus changed the way homelessness was analysed. Attention moved from the causes of homelessness to factors that predisposed people to being vulnerable to or triggered their homelessness. Causes become an obsolete term that could not explain the complexity of and interaction between people’s personal circumstances, their biographies and wider structural factors. Commentators discussed homelessness in terms of homeless careers, routes into homelessness, people at risk of homelessness and the process of becoming homeless. Risk factors were identified, and subsequently trigger, welfare and protecting factors. (Ravenhill, 2008:72)

Dito de outra forma, a prevenção passou a ser vista noutra perspectiva. Na mesma linha de pensamento:

É pertinente uma análise de vários tipos de risco – riscos biográficos (pobreza, estrutura familiar, condição social dos pais, educação, saúde, emprego); riscos sociais (desemprego, evolução mercado de habitação, envelhecimento da população e aumento da dependência) – que, em função das redes de segurança, ou capital social disponível (incluindo o sistema de apoio social), se tornam susceptíveis de levar a situações de exclusão social (Menezes 2009: 265).

Ainda segundo Ravenhill (2008:72), os factores de risco reportam a várias esferas: “There was a tug of war between triggers and counterbalancing protecting factors”. O Diagrama seguinte tenta mostrar esta situação, mostrando a interacção das diferentes esferas que influenciam, de forma positiva ou negativa, o risco de uma pessoa poder vir a estar numa situação de Sem-Abrigo.

Figura 2.1 Model of positive and negative influences on homelessness



Fonte: Ravenhill (2008:72)

The onion-like rings represent the main influencing factors on individual's lives. These can be both positive and negative. Each ring could also be subdivided into segments (like an orange); each segment would represent either a trigger or protecting factor. Each ring is interrelated with the other rings. Each influencing factor (e.g. family background) is related to structural, community and individual factors. Some issues are repeated in more than one ring, for example substance abuse may feature in family background, childhood factors and adult triggers with the substances being taken by the parents, child or adult. In the centre are the fixed characteristics that an individual cannot change, such as their gender, age, their social class of origin and mental capacity (e.g. learning difficulties). (Ravenhill, 2008:72)

Certos factores de risco podem, por vezes, ser indicadores de uma possível situação de Sem-Abrigo no futuro: “poverty and violence since childhood; parental alcohol or drug problems; insufficient family resources; educational disadvantaging in school; disadvantage in employment; serious offences; lack of external support, often since childhood” (Enders-Dragasser, 2010:13). Estes factores de risco estão relacionados, de certa forma, com os *percursos habitacionais* de mulheres que estão numa situação de Sem-Abrigo:

There are at least two different kinds of female “careers” into homelessness. Some women have never been able to build up an autonomous secure existence due to a combination of factors such a persistent poverty (often starting in childhood) and individual deficits, such as lack of education, this type of trajectory is likely to be characterised by a gradual progression towards homelessness, housing insecurity and difficulties in maintain housing. The second type of trajectory is more sudden and commonly occurs as a result of rupture in individual biography (for example, separation or divorce). (Novak and Schoibl, 2001:130)

De facto, existem mulheres que estão, desde a infância, em situações de Sem-Abrigo: “They had all had a lifetime of moving from institutions to temporary accommodation and moving in and out of contact with support services” (Casey, 2002:81), “The homeless women in this study were housed predominantly by social services, either in a children's home as minors, or later as adults in bed and breakfast accommodation. Other than that, they stayed with friends, relatives and sexual partners, slept rough or in hostels. Independent housing had not been a reality for these women”. (Tomas and Dittmar, 1995:501). Estes aspectos demonstram a importância de uma boa intervenção, que muitas vezes não acontece com estas crianças, desde o momento do nascimento até à vida adulta.⁹

⁹ “Como justificar, por exemplo, a presença de crianças em centros de acolhimento ou albergues (como alguns referem) desde a mais tenra infância até à maioridade, sem que aconteçam oportunidades de criar novos laços afectivos de natureza familiar, quando os de origem se encontram totalmente ausentes?” (Estudo dos Sem-Abrigo, 2005:61)

2.6 Mulheres Saindo da Situação de Sem-Abrigo

Existem determinados obstáculos que impedem as mulheres de sair de uma situação de Sem-Abrigo, mas ao mesmo tempo, no sentido oposto, existem “incentivos” que permitem essa saída:

Obstáculos	“Incentivos”
<p>Segundo as participantes do estudo original, realizado no Canadá, vários obstáculos impedem as mulheres de sair de uma situação de sem-abrigo. O obstáculo mais frequentemente referido foi a falta de habitação a preços acessíveis, o facto de ter de enfrentar o estigma dos senhorios, o baixo valor do salário mínimo, o isolamento social e a falta de acesso a recursos para os serviços em geral, especialmente no que respeita ao tratamento de dependências (Traduzido de Walsh et al (2009:305)).</p> <p>No home, no work- no work, no home (Ravenhill,2008:213)</p>	<p>Força interior para começar a procurar apoio; acesso a alojamentos e habitação, a curto e longo prazo, a preços acessíveis; acesso aos serviços de apoio à habitação, que incluam um apoio individual da parte dos técnicos e encaminhamento para outros serviços; rendimento adequado para que seja possível suportar os custos de uma habitação; a um nível estrutural é relevante que haja da parte dos decisores políticos e sociedade em geral uma maior consciência política e cívica sobre o problema dos Sem-Abrigo; aconselhamento pessoal, particularmente em relação a traumas passados, incluindo violência sexual e serviços que abranjam o problema da violência doméstica; serviços de qualidade nas áreas da saúde mental e tratamento da toxicodpendência; apoio da família, incluindo assistência com alojamento temporário e apoio pessoal; acesso a actividades de lazer, tais como atletismo e arte; oportunidades de educação, emprego e formação profissional (Traduzido de Casey (2002: 88)).</p>

2.7 Percepções de Mulheres Sem-Abrigo em Relação a Respostas Habitacionais/Serviços de Apoio

2.7.1 Serviços de Apoio Diversificados

Costa e Baptista (2001: 59, 63),¹⁰ analisando um estudo realizado na Santa Casa da Misericórdia, Lisboa, com o título “Dar voz aos utentes” (Casanova et al, 1998), onde também participaram homens e mulheres em situação de Sem-Abrigo, verificaram, apesar de a amostra ser pequena¹¹, que as mulheres Sem-Abrigo pareceram expressar de forma mais concreta as suas necessidades, não revelando, ao contrário dos homens, um sentido de urgência, mas preocupando-se mais com a obtenção de um apoio integrado, que incluía respostas a várias áreas (alojamento, equipamentos para crianças - creches, escolas - apoio económico, emprego). Segundo estes autores, a pretensa vulnerabilidade feminina, assim como o estigma de dependência que é associado à mulher, não

¹⁰ Traduzido de Costa e Baptista (2001: 59, 63)

¹¹ 16 Mulheres e 37 homens

coincide com as necessidades que as mulheres Sem-Abrigo apresentam face à obtenção de respostas para os seus problemas que, ainda assim, lhe garantam uma certa margem de decisão pessoal, dentro de um determinado espectro de soluções. Aparentemente, a necessidade de autonomia orienta as opções destas mulheres. De acordo com estes autores, os prestadores de serviços deverão dar grande relevância às opiniões e perspectivas das mulheres Sem-Abrigo quando tentarem definir as "necessidades específicas" das mesmas, em vez de se limitarem aos estereótipos das imagens de mulheres Sem-Abrigo construídas pela sociedade.

2.7.2 Respostas Habitacionais com Serviços Integrados

Considerando o estudo original, Walsh et al (2009), as participantes deste estudo sugerem que existe uma disparidade entre a prestação de serviços a homens e mulheres, tendo surgido, de forma consistente, referências à necessidade de tratamento de dependências, assim como de aquisição de competências de gestão da raiva e resiliência, para além de salientarem a necessidade de mais oportunidades de formação em geral, de forma a torná-las mais capazes de, rápida e eficazmente, saírem da situação de Sem-Abrigo em que se encontram. Estas mulheres descreveram também os factores essenciais de "condições normais de vida" em abrigos provisórios, que incluem alguns requisitos físicos para a garantia da privacidade (foi unânime a opção de reduzir o número de camas por quarto nos abrigos, na medida em que o espaço de dormitório partilhado lhes retirava qualquer sensação de privacidade ou espaço pessoal). No entanto, curiosamente, algumas mulheres referiram que não era realmente necessário que os abrigos fossem de facto confortáveis pois reconheciam o carácter provisório das instalações (Walsh et al, 2009:311). Segundo o mesmo estudo, um relacionamento positivo e cooperante com o ambiente exterior ao abrigo favorece o bem-estar psico-social das mulheres, sendo ainda importante para atenuar os efeitos nefastos dos estereótipos associados às pessoas Sem-Abrigo (Walsh et al, 2009:310). Outros requisitos dos abrigos consistem numa série de instalações adequadas a crianças e ao seu bem-estar, centros recreativos, salas de aprendizagem e actividades, lavandaria, instalações adaptadas para portadores de deficiência e salas destinadas a práticas religiosas (Walsh et al, 2009:312).

Considerando ainda as respostas de habitação temporária, é relevante salientar o impacto da natureza do lar de origem sobre as perspectivas de habitação futuras. Neste sentido, Hill (1991) verificou, num estudo realizado nos Estados Unidos, no "Sisters of Mercy Shelter" que :

1. Mulheres que vinham de lares mais estáveis e protectores sentiam falta da sua liberdade pessoal, restringida por viverem em comunidade, e desejavam ter uma casa própria
2. Mulheres que vieram de lares caracterizados por violência, abusos ou negligência tinham mais tendência a sentirem-se mais confortáveis com as regras que existiam na comunidade, a sentirem-se mais dependentes do abrigo e a verem este abrigo como uma possível futura residência
3. Mulheres que estavam numa situação de Sem-Abrigo pela primeira vez na sua vida e que tinham

estado num ambiente estável até esta altura, tendiam a desejar uma casa simples, com as necessidades básicas e um toque pessoal

4. Mulheres que vieram de ambientes instáveis, mas que também viveram períodos de estabilidade e alegria, são mais propensas a fantasiar sobre casas que contenham elementos das residências onde anteriormente foram felizes
5. Mulheres cujo passado foi muito pesado, tem fantasias sobre casas que lhes transmitam segurança, protecção do mundo exterior, ou que lhes permitam escapar do seu conturbado passado

No entanto, as mulheres que viviam neste abrigo tinham muito claro na sua mente que este era um sítio transitório, uma das razões apontadas para a permanência para além do tempo limite foi a falta de oferta de habitação de baixo custo.

Outro factor, já referido anteriormente, que também condiciona as percepções acerca das respostas habitacionais é o facto de as mulheres terem filhos. As mulheres que perderam os seus filhos por morte, adopção, para famílias de acolhimento, sofreram a sua perda de uma forma muito intensa, estas mães expressaram que não precisam apenas de apoio habitacional, mas também de qualificação profissional e reintegração (Enders-Dräger, 2010:13). Portanto, a conciliação das exigências da família e do emprego é de grande importância para elas. Nesse mesmo sentido, as mulheres que participaram no estudo original, no Canadá, expressaram a necessidade dos centros de acolhimento para pessoas sem-abrigo levarem em consideração, não só a mulher que está nessa situação, mas toda a sua família, para que os laços não sejam assim quebrados (Walsh et al, 2009:309). A mesma situação foi referida no estudo, analisado anteriormente por Costa e Baptista (2001:59), no qual as mulheres entrevistadas referiram “a opportunity for a new start with their children”. Bang et al (2000:121) alertam para a necessidade de creches “First, day care may be constructed in order to improve socialisation, life quality and welfare of children vulnerable to neglect or abuse. Second, day care may be constructed to bridge the needs of mothers in combining childrearing with paid employment. Third, day care may be considered as an institution of relief in order to improve the welfare and functioning of the family”.¹²

Segundo Casey (2002:86), com base no feedback das mulheres entrevistadas,¹³ o “modelo” de habitação e apoio mais do agrado das participantes seria um serviço integrado, dirigido unicamente para mulheres, que facultasse simultaneamente serviços de alojamento e serviços de apoio. As mulheres teriam acesso a apoio e aconselhamento em questões relacionadas com o abuso de drogas, álcool e saúde mental. Houve uma referência com grande ênfase a programas orientados para a procura de emprego e formação, apoio à educação e/ou outras actividades associadas a diferentes estilos de vida. No que se refere ao alojamento provisório, as mulheres revelaram preferir instituições que facultassem serviços “apenas para mulheres”, sendo que o apartamento com um quarto foi o tipo de alojamento de eleição.

¹² Citado por Doherty (2001:19)

¹³ 11 Mulheres solteiras, sem filhos, em situação de Sem-Abrigo, entre os 25 e os 45 anos

2.7.3 Toxicodependência

Num estudo realizado na cidade de Lisboa, que pretendeu avaliar uma população de homens e mulheres, toxicodependentes Sem-Abrigo a residir provisoriamente num Centro de Acolhimento, e integrada em Programa de Manutenção com Metadona (Godinho et al, 2007),¹⁴ os autores referiram a dificuldade de reintegrar estas pessoas na sociedade, quer em termos familiares, quer em termos profissionais, conduzindo a uma “situação de cronicidade” destas pessoas na instituição. Do estudo efectuado concluiu-se que será necessário procurar outras respostas sociais adequadas a esta população específica.

2.7.4 Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

Muitas mulheres, muitas vezes acompanhadas pelos seus filhos, abandonam as suas casas como consequência de violência doméstica. Quando estas situações surgem, estas mulheres por vezes procuraram ajuda em abrigos específicos para mulheres vítimas de violência doméstica ou em centros de acolhimento para pessoas Sem-Abrigo. Krishnan and Hilbert (1998) procuraram investigar quais são, segundo as percepções destas mulheres, as semelhanças e diferenças entre estas duas possíveis respostas e chegaram à seguinte conclusão:

Faced with domestic violence and homelessness and plagued by limited personal resources and inadequate informal support systems, these women often turn to formal support systems such as domestic violence and homeless shelters for help. Therefore these shelters need to broaden their own ideologies and services to reflect the importance and interdependence of these twin problems. It is simply not enough to teach women about the cycle of violence in a domestic violence shelter and ignore the emotional, psychological, and financial realities of losing their homes. Nor is it sufficient for homeless shelters to just provide housing and not acknowledge the issues of loss, grief, disappointment, and despair of leaving intimate relationships. Through integrated training and scheduling of staff, through the use of less intrusive referral and intake procedures, and through a broader understanding of the roles of male partners and family norms and value systems in domestic violence, these shelters can become more effective in addressing the issues at hand. These and other proactive solutions can help domestic violence and homeless shelters provide services that complement one another, are comprehensive, and are integrated to address the emerging issue of homelessness among battered women. (Krishnan and Hilbert, 1998:316)

Neste capítulo apercebemo-nos que o número de mulheres em situação de Sem-Abrigo no contexto Europeu, incluindo Portugal, Austrália, Canadá, Estados Unidos, tem vindo a aumentar. No entanto a forma típica de uma mulher se encontrar numa situação de Sem-Abrigo é a chamada “hidden” homelessness. Existem múltiplos factores que podem levar uma mulher a vir a estar nessa situação, como sejam a pobreza, falta de habitação, problemas familiares, sociais, económicos, de desemprego,

¹⁴ A amostra deste estudo foi constituída por 155 indivíduos, sendo que 16 eram mulheres

violência doméstica, conflitos familiares, toxicodependência, problemas de saúde mental etc., para além de que existe uma fronteira muito ténue entre os problemas que são causa ou consequência desta forma extrema de exclusão social. Também sobressaiu a importância de analisar o problema de uma mulher estar ao longo do tempo numa situação Sem-Abrigo, levando em linha de conta a sua história de vida e, conseqüentemente, percursos habitacionais, atendendo aos riscos que podem existir (por exemplo fraca escolaridade, falta de apoio desde a infância, dificuldades cognitivas, entre outros). Este percurso influencia o tipo de intervenção que terá que ser feito, posteriormente, para conseguir ajudar uma mulher a sair desta situação, o que evidencia a importância da prevenção.

Feita a revisão de literatura sobressaiu a vontade expressa por várias mulheres de existirem mais centros de acolhimentos para pessoas em situação de Sem-Abrigo dirigidos unicamente a mulheres e a existência de serviços que integrem várias respostas (emprego, habitação, apoio psicológico, formação profissional, creches, etc.), no sentido de estas mulheres conseguirem a tão desejada autonomia. Também foi referida a falta de oferta de habitação de baixo custo como um dos obstáculos à saída de uma situação de Sem-Abrigo.

III. SERVIÇO SOCIAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO SEM-ABRIGO

Os profissionais de Serviço Social constituem a categoria profissional preponderante nas equipas técnicas que lidam com os Sem-Abrigo quer nas respostas específicas, quer nas pontuais.¹ Assim, e como esta investigação se enquadra num mestrado em Serviço Social, importa relevar os constrangimentos que as mulheres enfrentam quando estão numa situação de Sem-Abrigo, sendo analisado o papel do profissional de Serviço Social neste contexto. No final também fizemos uma revisão de literatura sobre boas práticas que estão a ser desenvolvidas junto de pessoas Sem-Abrigo, nomeadamente mulheres Sem-Abrigo no contexto europeu.

3.1 Investigação/Acção

Apesar do enfoque dado neste capítulo ao papel do profissional do Serviço Social, no sentido da prevenção e da intervenção junto de pessoas em situação de Sem-Abrigo, o seu papel não se limita a estes pontos. Os profissionais de Serviço Social colaboram na definição e avaliação das políticas sociais, com base nos conhecimentos obtidos através de estudos que efectuem junto de determinada população, para melhor adequação entre as medidas de política social e os direitos reconhecidos aos cidadãos;² na criação de instrumentos de intervenção profissional que possibilitem uma maior assertividade e eficácia na aplicação das respostas sociais (Ferreira, 2009:357); na divulgação de boas práticas (Padgett et al, 2006:81); no combate ao estigma que existe em relação às pessoas Sem-Abrigo (Walsh et al 2009: 310; Bento e Barreto, 2002:59), e no intercâmbio de conhecimentos entre profissionais de Serviço Social dos vários Estados-membros (Menezes, 2009:120), ou seja, na actualização dos seus conhecimentos.

3.2 Prevenção

As pessoas raramente estão numa situação limite, Sem Tecto, por escolha. Estas pessoas passam meses, às vezes mesmo anos, evitando essa situação, o mesmo acontecendo com jovens (Ravenhill, 2008:224). Eis o que refere Menezes (2009:167), que fez uma investigação junto de pessoas Sem-Abrigo nas cidades de Paris, Lisboa e Londres:

Independentemente da cidade em análise, dormir nas ruas significa: não haver solidariedade, estar permanentemente alerta, insegurança, assaltos, agressões, violações, isolamento, sentir-se em constante observação, ter de transportar para toda a parte os bens pessoais, stress etc. Este estado de alerta constante e a falta de sono pode levar a depressões e outros problemas psicológicos.

Ainda segundo Ravenhill (2008:224) existe geralmente um intervalo de 1 a 2 anos entre uma situação de “risco” e a situação de estar Sem Tecto e é nesse intervalo de tempo que importa intervir, evitando a situação mais extrema. De acordo com este autor, além de familiares e amigos, existem

¹ Estudo dos Sem-Abrigo (2005:139)

² Site da Associação dos Profissionais de Serviço Social (Agosto 2010)

ainda vários profissionais que durante este período de tempo podem ter contacto com o indivíduo em risco e sinalizar estas situações. No caso dos profissionais de Serviço Social, estes devem estar atentos aos seguintes factores de risco, prevenindo que essa pessoa venha a estar numa situação de Sem Tecto:

Factores de Risco

1. Pessoas que fugiram de casa, saíram de casa cedo, alteração repentina de comportamentos.
 2. Conflitos familiares, violência doméstica, fim de relacionamentos.
 3. Maus-tratos a crianças, algum tempo passado em instituições, abandono de instituições, auto-mutilação, isolamento social.
 4. Depressão, início de doença mental, aumento do consumo de substâncias.
 5. Mudança frequente de casa/escola, falta de capacidade de adaptação.
 6. Um longo período em alojamento precário, acumulação de dívidas.
 7. Experiências de acontecimentos traumáticos, acumulação de sinais
-

Fonte: Traduzido e adaptado de Ravenhill (2008:235)

De acordo com Menezes (2009:167):

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que quanto mais tempo um indivíduo passa numa situação de rua, mais difícil será também de sair. Em Lisboa, os termos comuns utilizados para ilustrar esta noção são o passar de uma situação de “estar Sem-Abrigo” para “ser Sem-Abrigo”. Em Paris, é mencionado que, em termos aproximativos, por cada dia na rua serão necessários quatro dias para sair (depois de dez dias serão quarenta). Quando uma pessoa entra no sistema de apoio perde também a sua identidade e a capacidade de tomar decisões. Por se viver nas ruas, perdem-se as competências pessoais e a capacidade para desenvolver tarefas básicas essenciais como, entre muitas, fazer compras de produtos, gerir dinheiro e uma habitação.

Estes factos reforçam a importância da prevenção, uma investigação realizada por assistentes sociais da FAWOS mostra que existem muitas possibilidades de ajudar pessoas ameaçadas de despejo (em risco de virem a estar numa situação de Sem-Abrigo) se o contacto com essas pessoas for feito em tempo útil (Kitzman, 2008:20). A um nível de intervenção ainda mais precoce, no sentido da prevenção, como vimos anteriormente:

With the identification of risk, trigger and welfare factors and the counterbalancing protective factors, homeless policy entered a new era. There was recognition that interventions designed to prevent homelessness was far more than structures, housing, employment or issues of poverty. It was also about tackling situations before they become a huge problem, such as identifying young people at risk of homelessness before the age of 14, teaching in schools on leaving home, housing and what to do in a crisis like homelessness, family mediation and tackling runaways (Ravenhill, 2008:73).

3.3 Intervenção

Segundo o estudo “Caracterização das respostas sociais e serviços dirigidos aos Sem-Abrigo” (2005: 153) existem dois grandes obstáculos à concretização das prioridades de intervenção: um no

funcionamento das instituições (ausência de recursos financeiros e recursos humanos) e outro na intervenção com as pessoas que estão numa situação de Sem-Abrigo (ausências de parcerias e escassez de recursos), e que são questões de especial preocupação, no contexto da actual grave crise económica que não só Portugal, mas também os restantes países da União Europeia atravessam, e para as quais é preciso, cada vez mais, encontrar soluções eficazes.

Frequentemente, a intervenção junto de pessoas Sem-Abrigo implica uma intervenção em várias áreas: alojamento, emprego/formação, saúde³, prestações sociais/subsídios, imigração, informação, família.

Difícilmente um serviço ou instituição poderá suprir todas estas necessidades, pelo que os Sem-Abrigo têm de recorrer frequentemente a múltiplos serviços. A dispersão dos serviços, a sua especialização e burocratização, bem como a sua sectorização geográfica, são algumas das barreiras que se erguem ao seu acesso, contribuindo para o facto de muitos Sem-Abrigo deixarem de recorrer aos serviços. Sensibilizar e envolver os serviços é uma parte fundamental do trabalho dos técnicos. É igualmente necessário aproximar os Sem-Abrigo dos serviços, oferecendo-se o técnico como ponte e figura mediadora. Não basta aqui acompanhá-los à entrada dos serviços, é preciso estar presente nas fases posteriores do processo, numa perspectiva de gestor de caso. (Bento e Barreto, 2002:109)

Recentemente, e para evitar o anteriormente exposto, a metodologia de intervenção proposta pela ENIPSA já configura a figura do gestor de caso que assume especial importância no processo de acompanhamento das situações e respectivos planos individuais de inserção.

3.3.1 Modelo de Intervenção e Acompanhamento da ENIPSA

O modelo de Intervenção e Acompanhamento a utilizar na implementação da Estratégia, decorre da indispensabilidade de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção junto dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade.⁴ Este modelo aplica-se a todos os casos que sejam encontrados em situação de Sem-Abrigo, que requeiram intervenção especializada, e durante todo o tempo necessário até que seja encontrada e estabilizada uma solução, correspondendo a dois momentos: Intervenção na Emergência e Acompanhamento após a emergência.

A emergência corresponde ao período que decorre entre a sinalização de uma situação Sem-Abrigo e a sua identificação ao Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo com vista ao acompanhamento e atribuição de técnico de referência (gestor de caso). Após a atribuição a um gestor de caso, o contacto deste com a situação deverá ser imediato, e efectuadas todas as diligências necessárias ao acompanhamento da mesma.⁵ Este acompanhamento implica o envolvimento nas diferentes áreas da vida da pessoa em Situação de Sem-Abrigo, nomeadamente nas áreas referidas

³ “Specific support needs result from violence, disabilities, addiction, trauma and problems concerning their reproductive health.” (Enders-Dragasser, 2010:13)

⁴ ENIPSA (2009:28)

⁵ ENIPSA (2009:29,32)

anteriormente, como sejam o alojamento, emprego, saúde, acção social e outras respostas que sejam necessários. Os diagramas seguintes ilustram as situações que acabamos de descrever:

Figura. 3.1 Modelo de Intervenção e Acompanhamento da ENIPSA

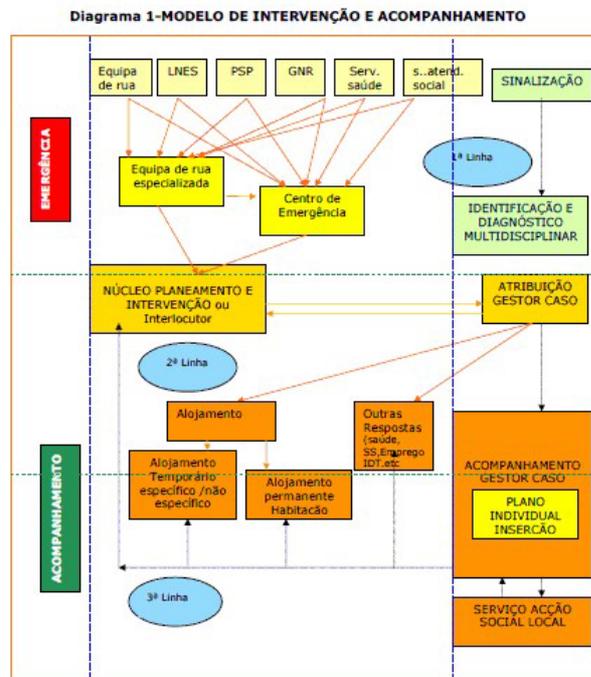
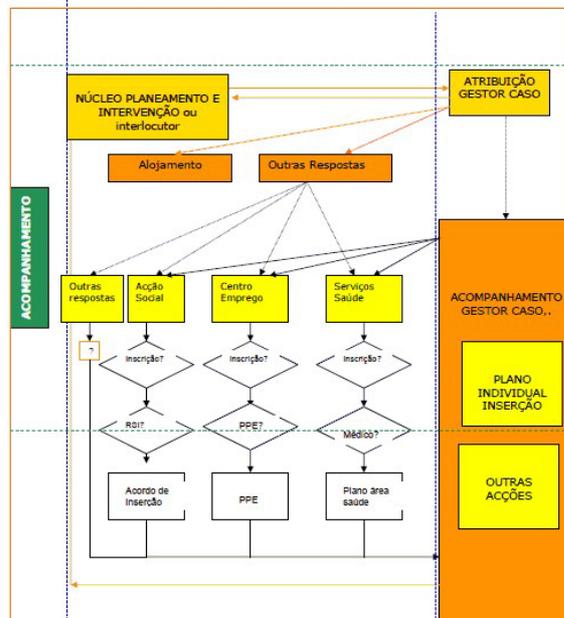


Diagrama 2 MODELO DE INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- articulação gestor de caso com emprego, saúde e acção social e outras respostas



Fonte: ENIPSA (2009:35,36)

Como se verifica, um dos pontos essenciais deste Modelo de Intervenção é o gestor de caso. Esta figura visa personalizar o atendimento e ao mesmo tempo articular as respostas necessárias. Segundo a

ENIPSA (2009:52), o gestor de caso é um técnico, com formação em ciências sociais, que faz parte de uma das entidades parceiras representadas no Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo. Em síntese, o gestor de caso tem como funções:

Funções do Gestor de Caso
Defende os interesses da pessoa Sem-Abrigo em todas as situações (“Advocacy”)
Prepara em conjunto com a própria e contratualiza os planos individuais de inserção
Articula com todas as entidades envolvidas nos planos individuais de inserção
É um facilitador e mediador no processo de inserção e autonomização
Actualiza o diagnóstico e avalia as necessidades e o processo de inserção
Partilha informação pertinente com o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, com vista ao controlo dos processos
Acompanha a situação até que estejam criadas condições ao nível de inserção e autonomia relativamente às medidas específicas para pessoas Sem-Abrigo
Encaminha as situações, no final do seu processo de acompanhamento para o serviço de atendimento social local
Faz o <i>follow-up</i> das situações durante 3 anos

Fonte: ENIPSA (2009:52)

Estas funções enquadram-se no perfil do profissional de Serviço Social, “Os Assistentes Sociais orientam a sua intervenção para a satisfação das necessidades humanas específicas e para a garantia dos direitos humanos e efectivação da protecção social, trabalhando para o bem-estar e realização pessoal dos seres humanos” (Serafim, 2004:28).

Atendendo à última das funções referidas do gestor de caso – follow-up da situação durante 3 anos – tal é, por várias razões, muito importante. Dito de outra forma, o acompanhamento dos casos permite actuar em tempo útil ao detectar algum constrangimento que surja, evitando assim que pessoas que estiveram numa situação de Sem-Abrigo voltem a estar nessa mesma situação. Este problema foi referido por Walsh et al (2009:311), no estudo original, feito no Canadá:

Traditional service delivery is based on a framework in which clients are ultimately responsible for their re-entry into the population of housed and employed. This framework assumes that employment is fundamental to becoming housed; once an individual is integrated in the labour market there should be little need for further intervention. While some cases may reveal these assumptions to be accurate, in reality traditional approaches deny the complex experience of homelessness, leaving little room for the recognition of clients’ experiences. In turn, this limits the effectiveness of service delivery.

E por Ravenhill (2008:215), no estudo feito no Reino Unido:

Most rehoused roofless people appeared to be ill-prepared. They did not know what to expect on terms of the type or condition of the property they were likely to receive. Most had no plans or saving for removal costs, furniture or basic supplies, such as cleaning or cooking utensilies. Permanent or secure tenures were almost always unfurnished, thus such preparation was vital. Few roofless people received even the

most basic advice when moving in, for instances about existing projects in their area (for example furniture schemes), getting utilities connected or the different payment methods. Interviews with accommodation providers indicated that some projects and hostels felt that it was not their duty to assist in this way and so offered no guidance or information. In terms of the projects, they felt that clients could not take in that amount of information. Just getting the keys and benefits sorted out was stressful enough. This appears to be illogical. People so vulnerable that they could not cope with information about the moving-in process were moved in without any information or assistance and expected to cope.

Subjacente à filosofia do gestor de caso, de uma personalização do apoio, o profissional de Serviço Social que interage com pessoas em situação de Sem-Abrigo, deverá promover a capacitação e resiliência destas pessoas, procurando:

Enaltecer as capacidades, ao invés das incapacidades, ou as potencialidades ao invés dos problemas, para que os indivíduos possam participar activamente no delineamento do seu próprio projecto de vida. De acordo com os Sem-Abrigo, um indivíduo desmotivado não deve ser rejeitado, mas antes incentivado. Dito de outro modo, que seja compreendido o contexto social, os inputs dos indivíduos e os seus outputs sociais. Poderão ser encontradas potencialidades no contexto social de cada indivíduo, nomeadamente investindo em acções ao nível preventivo e trabalhando em conjunto com redes sociais de apoio como a família, mediadores, comunidades, figuras de referência. As metas alcançadas poderão ser vistas como incentivos para que objectivos seguintes sejam atingidos, não se centrando a postura nos fracassos pessoais. (Menezes, 2009: pág. 249)

Ou seja, os profissionais que interagem com pessoas em situação de Sem-Abrigo devem estimular a sua auto-estima. Na mesma linha de pensamento, de uma personalização do apoio, a Declaração Internacional dos Princípios Éticos no Serviço Social, refere que todo o profissional de Serviço Social deve “Procurar entender cada utente, individualmente, o sistema social em que está envolvido, as condicionantes que afectam o seu comportamento e acompanhamento, assim como os serviços que lhe deveriam ser prestados”.⁶

3.3.2 Exemplos de Boas Práticas

Segundo Menezes (2009:249):

De acordo com a análise das trajetórias dos entrevistados, revela-se essencial trabalhar, de forma negociada e participativa, os vários tipos de capitais que se entrecruzam. A este respeito, constituem exemplos de boas práticas os programas que se têm vindo a desenvolver segundo esta abordagem ajudando a: encontrar aquilo que se procura alcançar conjuntamente com a população assistida; definir acções que estabeleçam objectivos concretos em várias esferas sociais (emprego, participação, etc.) e a seleccionar os instrumentos de trabalho adequados às acções planeadas. Outras medidas trabalham ainda a perspectiva de “clustered” services trabalhando em simultâneo as várias necessidades. O trabalho de rede e a cooperação entre instituições e técnicos é um meio essencial para que estes objectivos possam ser atingidos. Refere-se, ainda, como exemplo de boa prática o caso holandês do “8-Step-Model” em que

⁶ Site International Federation of Social Workers (IFSW)

constituem domínios essenciais de intervenção: as finanças, habitação, comportamento social, condição mental, condição física, motivação, competências práticas e actividades quotidianas. Estas oito esferas são colaborativamente definidas para os vários domínios de necessidades, entre estes, emprego, habitação, saúde. Visa-se, acima de tudo, a sustentabilidade do plano de reinserção.

A autora destaca assim uma perspectiva de serviços integrados, perspectiva esta que já foi referida anteriormente por Casey (2001:80).⁷

Na Alemanha têm sido desenvolvidos modelos de boas práticas para mulheres em situação de Sem-Abrigo, combinando apoio pessoal com uma equipa exclusivamente feminina. Os principais modelos variam desde centros de dia a soluções de realojamento permanente:

Exemplos de Boas Práticas desenvolvidas junto de Mulheres Sem-Abrigo

1. Day shelters for women only with sanitary facilities, a kitchen, washing, ironing and sewing facilities, perhaps additional computer, combined with counselling and personal support from female social workers, possibly with emergency night shelter
2. Temporary housing in a women's hostel with flats for not more than two women, each equipped with two individual rooms, and a living-room, kitchen and bathroom for shared use, combined with temporary personal support from female social workers, linked to a day shelter with a counselling service
3. Short-term assessment service leading to permanent rehousing. The first and very successful model service operates in Munich ("Karla 51"). This service can accommodate about 40 women. The women have a room of their own for four weeks. During this time the staff assess their situation, try to rehouse them, and start the process of necessary personal support
4. Permanent (re-)housing of women within flats of their own or rooms of their own in flats for two or three women at a maximum, sharing kitchen and sanitary facilities, combined with temporary personal support by female social workers

Fonte: Enders-Dragasser (2001:215)

De acordo com Ravenhill (2008:215), há excelentes exemplos de boas planificações prévias para realojamento de pessoas em situação de Sem-Abrigo, embora a possibilidade que as pessoas na situação de Sem-Abrigo têm para acumular bens seja de certa forma condicionada pela eventualidade que existe, por exemplo nos centros de acolhimento temporário, de terem um quarto onde possam guardar, fechados à chave, os seus pertences: "Keychange in Reigate encouraged those tenants accepted on the housing waiting list to save money, plan colour schemes for their new accommodation, buy in basics such as tea towels, tin-openers, kitchen and bathroom accessories. Ontologically this was very effective as it gave those waiting to be housed something to aim towards, taught them budgeting skills and gave them a sense of pride and self-respected."

⁷ Cf. Capítulo II

Por último, um estudo feito no Reino Unido⁸ procurou investigar a relação entre as potencialidades e a resiliência das pessoas Sem-Abrigo⁹ e a sua capacidade em ultrapassar dificuldades. Segundo Smith et al (2008) as pesquisas têm demonstrado que existem factores comuns que tornam possíveis a resiliência e aumentam as potencialidades das pessoas. Estes factores estão normalmente relacionados com a qualidade das relações humanas e com a qualidade das respostas dadas pelos serviços às pessoas com problemas. Este estudo defende uma abordagem Housing First¹⁰ e realça as seguintes recomendações, relativas tanto aos serviços prestados quanto à forma como os mesmos são prestados:

Recomendações Relacionadas Com os Serviços Prestados e a Maneira Como São Prestados Junto dos Sem-Abrigo

1. Mudar-se para um alojamento de boa qualidade é uma condição necessária, mas não é condição suficiente para que pessoas que estão numa situação de Sem-Abrigo consigam sair dessa situação e prossigam com as suas vidas.
2. Os melhores serviços que se podem prestar a pessoas Sem-Abrigo são aqueles que lhes permitem construir vidas com valor. Uma abordagem dos serviços orientada para o desenvolvimento das capacidades, muitas vezes escondidas, das pessoas em situação de Sem-Abrigo, é uma ajuda nesse sentido.
3. É de importância fulcral que o apoio prestado pelos serviços reflecta respeito pelas experiências passadas das pessoas Sem-Abrigo. Esta atitude implica que se reconheça a forma como estas experiências foram influenciadas pelos seus antecedentes, pelo seu género e país de origem. Os serviços de apoio que não reflectem respeito pelas experiências das pessoas Sem-Abrigo, fazem também parte dos problemas destas pessoas.
4. É necessário garantir a existência de mais espaços e serviços de apoio abrangentes onde os Sem-Abrigo se sintam bem recebidos. Isto envolve 1) A construção de uma relação de confiança entre os funcionários e as pessoas que utilizam os serviços; e 2) a criação de espaços onde seja possível a participação em actividades que envolvam pessoas que partilharam o mesmo tipo de experiências. Os centros de dia desempenham um papel crucial no bem-estar das pessoas Sem-Abrigo, principalmente os centros de dia de livre acesso.
5. Aprendizagens que façam sentido e actividades criativas são fundamentais para que as pessoas Sem-Abrigo consigam superar a situação em que se encontram, tendo um efeito positivo no seu bem-estar geral e na sua capacidade de gerir questões relacionadas com a saúde e com o consumo abusivo de drogas. Neste sentido, deve dar-se mais relevância ao acesso pleno à aprendizagem e à implementação de actividades criativas, devendo as pessoas Sem-Abrigo ser incentivadas a participar neste tipo de actividades e apoiadas sempre que o fazem.

⁸ Smith et al (2008), neste estudo participaram como co-investigadores pessoas que também já tinham passado por situações de Sem-Abrigo e a amostra foi constituída por 64 homens e 23 mulheres Sem-Abrigo

⁹ Para Amartya Sen (1992) capability “reflects the person’s freedom to choose from alternative livings.” “Resilience is an individual’s ability to cope with life’s adverse events, which includes having the ability to overcome his or her difficulties.” (Smith et al, 2008:2)

¹⁰ Smith et al (2010:18)

6. Relações positivas desempenham um papel extremamente importante na saída de uma pessoa de uma situação de Sem-Abrigo, e a evitar que estas pessoas voltem de novo à mesma situação. Mais projectos devem ter como objectivos capacitar as pessoas para estabelecerem, sempre que for possível e apropriado, contactos com as suas famílias, e a estabelecer novas relações positivas.

Fonte: Traduzido e adaptado de Sumário Executivo de Smith et al (2008)

Esta última recomendação também foi referida por Tessler et al (2001:52), “The finding that many clients, and especially women, view homelessness as arising out of breakdowns in interpersonal relations points to family therapy as one option to restore former networks. In other cases, clients need the chance to build new relationships, with support and encouragement from their case manager. It is very challenging to help someone to build or to rebuild a natural support network”.

Smith (2010:15) refere que as mulheres que foram objecto de estudo daquela investigação, revelaram sentir necessidade de um apoio mais personalizado nos centros de dia e de haver mais serviços em áreas relacionadas com artes criativas e formação. As pessoas Sem-Abrigo usam os mesmos serviços de várias maneiras pelo que os prestadores de serviços devem estar conscientes deste aspecto e tentar dar um apoio personalizado às necessidades específicas de cada pessoa (Smith, 2008). Esta recomendação vem de encontro às funções do gestor de caso da ENIPSA.

Em suma, para ajudar as pessoas a reconstruir as suas vidas, os serviços têm que adoptar uma perspectiva holística sobre a totalidade da vida dessas pessoas, “To help people who need to rebuild their lives, services have to take a holistic perspective on the whole of the person’s life, valuing their past contribution to society and working with them to form perspectives on their future lives, and supporting them while they move into new futures” (Smith, 2010:16)

Neste capítulo conhecemos os obstáculos que surgem na intervenção junto de pessoas Sem-Abrigo, a nova metodologia de intervenção proposta pela ENIPSA, a importância da prevenção, e conhecemos exemplos de boas práticas que apontam para um tratamento cada vez mais personalizado e participativo junto de pessoas Sem-Abrigo.

PARTE II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

IV. METODOLOGIA

Neste capítulo pretendemos apresentar a problemática e o objecto de estudo, e também o trabalho canadiano que serviu de fonte à presente investigação, mostrando de que forma foi constituída e como se caracteriza a amostra, e também apresentar as associações que colaboraram nessa tarefa. Por fim, explicamos as técnicas de pesquisa utilizadas e a forma como foram aplicadas no presente estudo e respectiva análise de conteúdo.

4.1 Problemática e Objecto de Estudo

O estudo segue uma abordagem qualitativa baseada em estudos de caso. Não se procurou averiguar a representatividade dos respectivos perfis no universo real das mulheres Sem-Abrigo, mas antes contribuir para explorar as trajectórias e percursos de casos individualizados, que nas instituições contactadas se destacam. Procurámos investigar as representações simbólicas acerca de *casa* de mulheres em situação de Sem-Abrigo, podendo assim contribuir para o desenvolvimento de respostas habitacionais mais adequadas e, a partir das mesmas, reconstruir estratégias de reinserção social que permitam, a estas mulheres, uma passagem para uma vida autónoma. Neste sentido, como foi referido no capítulo da introdução, o presente estudo procurou conhecer:

1. As histórias de vida destas mulheres Sem-Abrigo, segundo dimensões que se cruzam, como sejam a família, a inserção escolar, o emprego, rupturas e mudanças habitacionais, traçando desta forma as suas trajectórias habitacionais.
2. Partindo da sua experiência como utentes de algumas respostas de alojamento, conhecer alguns aspectos que deveriam ser alvo de reformulações, quer no sentido do design, quer no sentido do apoio social.
3. Investigar as representações simbólicas acerca de *casa* destas mulheres Sem-Abrigo.
4. Identificar as suas preferências em termos habitacionais e serviços de apoio.

Esta investigação segue uma linha comparativa internacional, seguindo como fonte um estudo realizado em Calgary, Canadá (2009).

4.2 Promoção de Uma Perspectiva Comparada: Apresentação do Estudo Original

Como a presente investigação teve como fonte o estudo “Characteristics of Home: Perspectives of Women Who Are Homeless” (Walsh, C.A., Rutherford, G.E., & Kuzmak, N., 2009), foi enviado um pedido de autorização prévio, dirigido à autora que no estudo figurava como pessoa a ser contactada, Prof. Christine Walsh. Este pedido foi realizado via correio electrónico, no dia 11 de Março de 2010, sendo aceite no mesmo dia.

O estudo original foi realizado em Calgary, Canadá, entre Maio e Agosto de 2007, sob os auspícios

do Centro de Iniciativa Comunitária, uma parceria entre o Exército de Salvação e as Faculdades de Enfermagem e Serviço Social da Universidade de Calgary. O centro de Iniciativa Comunitária é um projecto em curso com o objectivo de construir uma base de aprendizagem mútua entre a população do centro da cidade e técnicos que trabalham no Exército de Salvação com estudantes e professores da Universidade, com a finalidade de melhorar a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos.

O estudo original teve a participação de 20 mulheres, entre os 22 e os 64 anos, que estavam ou estiveram em risco de se encontrar numa situação de Sem-Abrigo e o objectivo foi:

This study attempts to fill a gap in current research by focusing on women's experience of homelessness and, in particular, what they perceive to be necessary for "home". The primary goal of the research project was to better understand the nature of home according to women who are homeless. A secondary objective was to document and use innovative community-based participatory research methods to enable and empower participants to share their concerns and advocate their needs. (...) By understanding how this target group perceives home and the qualities they deem necessary for home, we can begin to construct home from both a service and design perspective that meets women's needs for stable and safe housing (Walsh et al, 2009:300).

Segundo os autores deste estudo, "Many of the characteristics women deem necessary for home are also applicable to transitional shelters, such as privacy, autonomy, reliability, and cleanliness" (Walsh et al, 2009:311).

4.3 Processo da Constituição e Caracterização da Amostra

Nesta investigação, a amostra foi conseguida através de contactos feitos com técnicos que trabalham directamente com mulheres Sem-Abrigo, num dos Centros Porta Amiga da Assistência Médica Internacional (AMI), no Centro de Apoio à Mulher (CAM) da Associação Humanidades (HUMANUS) e no Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (C.A.S.A). As participantes neste estudo foram previamente contactadas por técnicos destas associações que lhes explicaram os objectivos da investigação. Só depois de terem aceitado participar no estudo é que houve um contacto com a investigadora, que, no início de cada encontro, voltou a explicar os objectivos da investigação, procurando esclarecer qualquer dúvida que houvesse. Todas as mulheres participaram no estudo de forma voluntária e foram informadas que, em qualquer altura, podiam deixar de participar no estudo ou não responder a alguma questão, não sendo de forma nenhuma penalizadas por isso.

São utilizados pseudónimos de modo a proteger a identidade das entrevistadas, respeitando a confidencialidade da informação, e, pela mesma razão, na descrição dos percursos de vida destas mulheres, não foi revelado o nome das instituições por onde passaram. Os pseudónimos Mafalda, Mariana, Marta, Matilde e Mónica foram escolhidas pela investigadora por serem nomes começados pela letra M, de Mulher. De seguida apresentamos as associações contactadas:

Associações contactadas no sentido de obter a amostra ¹

Os Centros Porta Amiga da AMI, Organização Não Governamental (ONG), estão localizados em várias cidades do país e se, no início, eram mais direccionados para os Sem-Abrigo, actualmente englobam outras situações de exclusão social e têm duas grandes áreas de intervenção: Suprir necessidades básicas (Refeitório, Balneário, Vestiário, Lavandaria e Géneros Alimentares) e suprir necessidades sociais (Apoio Psicológico, Apoio Médico/Enfermagem e distribuição de medicamentos, Apoio Jurídico, Clube de Emprego/UNIVA e um Espaço de Prevenção da Exclusão Social (EPES).

A HUMANUS é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), da qual faz parte um projecto, HUMANUS-CAM, dirigido a jovens, em situação de desfavorecimento e gravidez precoce, bem como aos seus filhos ou filhas. O objectivo da intervenção é a promoção do seu desenvolvimento pessoal, social e profissional, e o exercício de Direitos/deveres de cidadania. Na estrutura de atendimento criada existe uma resposta integrada de apoio: Formação, Creche, Residência temporária para situações de emergência.

A C.A.S.A é uma IPSS que tem como público-alvo a população Sem-Abrigo. Distribui, todas as noites, refeições quentes e embaladas, em várias cidades do país, incluindo Lisboa. Também faz distribuição de vestuário e calçado e, articulando com Juntas de freguesia, tenta providenciar instalações para banhos e higiene para os Sem-Abrigo. Também pretende suprir necessidades sociais (Apoio médico, medicamentoso, psicológico e jurídico; Apoiar as pessoas Sem-Abrigo de forma a proporcionar-lhes condições de reintegração na sociedade; Providenciar alojamento temporário).

Quanto à Caracterização da Amostra, esta foi constituída por 5 mulheres, com idades entre os 17 e os 41 anos. Todas tinham em comum o facto de, no momento da recolha de dados, viverem em Lisboa e, segundo a definição ETHOS, estarem numa situação de exclusão habitacional (Sem Casa e Habitação Inadequada). Trata-se de uma amostra pequena, mas que incluiu uma relativa diversidade de situações, nomeadamente, toxicodependência, violência doméstica, problemas de saúde mental e gravidez na adolescência, terem filhos/não terem filhos. De seguida descrevemos as principais características sociodemográficas da amostra, em termos de idade, escolaridade, naturalidade, origem, situação marital e número de filhos; e a caracterização da situação habitacional actual.

Quadro 4.1. Caracterização sócio-demográfica da amostra

Sujeitos	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Origem	Estado Civil	Filhos
Mariana	41	7ºano incompleto	Lisboa	Portuguesa	União de facto	2
Matilde	31	6ºano	São Miguel, Açores	Portuguesa	Divorciada	0
Mónica	38	Não sabe ler nem escrever	Lisboa	Portuguesa	Separada	4
Marta	34	Escolaridade básica (referente ao Brasil)	Brasil	Brasileira	Em processo de divórcio	2
Mafalda	17	9ºano	Cascais	Portuguesa	Solteira	1

¹ Informação retirada dos Sites: AMI <http://www.ami.org.pt/>, Associação Humanidades (HUMANUS) <http://www.humanus.pt/>, C.A.S.A <http://www.casa-apoioaossemabrigo.org/>

Quadro 4.2 Caracterização da Situação Habitacional Actual

Sujeitos	Situação Habitacional Actual	Definição ETHOS (Anexo A)
Mariana	Num quarto de uma pensão (Alojamento apoiado)	Sem Casa
Matilde	Centro de acolhimento para pessoas Sem-Abrigo	Sem Casa
Mónica	Num prédio abandonado (Okupa)	Habitação Inadequada
Marta	Num quarto alugado, com os dois filhos	Habitação Inadequada
Mafalda	Associação para jovens mães	Sem Casa

4.4 Técnicas de Pesquisa Empírica

Na escolha das Técnicas de Pesquisa Empírica, houve a preocupação de promover uma participação proactiva e promoção do empowerment das mulheres que participaram no estudo. As técnicas utilizadas foram, por ordem cronológica, entrevistas, exercício de escrita criativa e exercício Photovoice.

4.4.1 Entrevista

Estas entrevistas foram semi-estruturadas e tiveram dois momentos chave. Num primeiro momento procurou-se conhecer a idade das participantes, local de nascimento, estado civil, escolaridade, local onde vivem actualmente, ocupação actual, e a existência ou não de filhos e, se sim, o número, idades e onde viviam. Este primeiro momento da entrevista foi o ponto de partida para uma conversa mais pessoal em que as entrevistadas foram contando em traços gerais as suas histórias de vida, segundo dimensões que se cruzam, como sejam a família, a inserção escolar, o emprego, rupturas, problemas específicos e mudanças habitacionais. Num segundo momento da entrevista, houve a preocupação de tentar responder aos objectivos específicos deste estudo, nesse sentido, usou-se um guião, com nove questões, inspirado e adaptado da entrevista do estudo original. Do guião da entrevista constavam as seguintes questões:²

1. O que significa para si habitação?
2. O que significa para si lar?
3. Como gostaria que fosse a sua habitação?
4. Como gostaria que fosse o seu lar?
5. Como é que uma mulher que está a viver a situação de Sem-Abrigo sente essa realidade?
6. O que gostaria que as pessoas soubessem sobre as suas experiências como Sem-Abrigo?
7. Que respostas têm dado os serviços de apoio em relação ao seu problema de falta de emprego?
8. Que respostas têm dado os serviços de apoio em relação ao seu problema de falta de habitação?

² A tradução que se usou neste estudo para Home foi *Casa*, sendo que se decidiu investigar este conceito, optando por o desdobrar em dois “subconceitos”: Habitação e Lar. Habitação mais relacionada com a dimensão física da *Casa* e Lar, mais relacionada com a dimensão afectiva da *Casa* (cf. Capítulo I).

9. Pensando nos serviços de apoio habitacional que utilizou ou ouviu falar (centros de acolhimento temporário, habitação da CML...) que sugestões daria a arquitectos, decoradores, construtores?

As entrevistas tiveram a duração média de uma hora e meia e foram conduzidas de acordo com as questões referidas anteriormente. Foi pedida autorização às participantes para gravar as entrevistas mas, ao mesmo tempo, foram sendo tomadas algumas notas. As cinco entrevistas foram realizadas em dias diferentes, quatro durante o mês de Junho e uma no início do mês de Julho de 2010. Três delas foram realizadas numa sala, num ambiente tranquilo e com privacidade, de um dos Centros Porta Amiga da AMI, uma outra foi realizada numa sala do CAM da associação HUMANUS, também num ambiente tranquilo e com privacidade, e outra, durante a noite, numa rua da cidade de Lisboa.

Após as entrevistas, num primeiro nível, fez-se uma caracterização dos percursos de vida das entrevistadas, segundo as dimensões referidas anteriormente, como sejam a família, a inserção escolar, o emprego, rupturas, problemas específicos e mudanças habitacionais, sintetizando em curtos textos estas trajetórias. Como utentes de algumas respostas habitacionais, também se procurou sintetizar, com excertos das entrevistas, alguns aspectos que as entrevistadas acham que poderiam ser alvo de reformulações quer no sentido do design quer no sentido do apoio social.

Num segundo nível, para tentar chegar às representações simbólicas acerca de *casa* destas mulheres Sem-Abrigo e das suas preferências em termos habitacionais e serviços de apoio, as entrevistas foram analisadas levando em linha de conta as categorias de análise do estudo original. Assim sendo, a análise de conteúdo incidiu sobre três dimensões: Os atributos físicos de uma *casa*, o contexto externo de uma *casa* e os atributos afectivos que estão relacionados com a *casa*. Na dimensão que corresponde aos atributos físicos de uma *casa* foram levados em linha de conta as seguintes categorias de análise: Acessibilidade e necessidades especiais, necessidades básicas, estrutura e ambiente. Na dimensão que corresponde ao contexto externo de uma *casa* foram levadas em linha de conta as seguintes categorias de análise: Acessibilidade e necessidades especiais e Comunidade. Na dimensão que corresponde aos atributos afectivos que estão relacionados com *casa* foram levadas em linha de conta as seguintes categorias de análise: privacidade, sensações associadas com *casa*, identidades e sentimentos de bem-estar relacionados com *casa*.

4.4.2 Exercício de Escrita Criativa

Ainda há discussão sobre a validade deste método (exercício de escrita criativa) quando utilizado enquanto recolha de dados de informação. No entanto, Campo (2003) considera que de facto a poesia pode ser uma investigação com significado por permitir uma compreensão mais profunda sobre experiências subjectivas, que são um dos focos das pesquisas qualitativas. A vantagem de utilizar a poesia enquanto dados de informação é que o pesquisador considera explicitamente o quadro de referência do participante (Ventres & Frankel, 1996). Este é um aspecto importante quando se está a considerar pesquisa subjectiva (Traduzido de Walsh et al, 2009:303).

Este exercício foi proposto depois de terminada a entrevista. No caso de aceitarem, as participantes ouviram, através do computador portátil da investigadora, a letra da música “Casa no campo”³, cantada pela Elis Regina. Em seguida, cada participante foi convidada a escrever, numa folha A4 em branco, o seu “poema”, partindo das suas próprias experiências como Sem-Abrigo. Para tentar chegar às representações simbólicas acerca de *casa* destas mulheres Sem-Abrigo e das suas preferências em termos habitacionais e serviços de apoio, os “poemas” também foram analisadas levando em linha de conta as categorias de análise do estudo original. Assim, a análise de conteúdo deste exercício de escrita criativa também incidu sobre as categorias de análise usadas no estudo de conteúdo da entrevista.

4.4.3 Photovoice

A metodologia Photovoice foi criada por Carolina Wang e Mary Ann Burris, na década de 90. Através de uma câmara fotográfica⁴, as pessoas recolhem imagens da sua realidade diária e reflectem sobre ela para, posteriormente, dar a conhecê-la a agentes influentes da sua comunidade. Os principais objectivos do Photovoice são:

1. Capacitar as pessoas para identificar e reflectir sobre aspectos da sua própria identidade e experiência pessoal e comunitária (potencialidades e problemas da sua comunidade);
2. Promover o diálogo crítico e o conhecimento sobre aspectos importantes da sua comunidade através de grupos de discussão acerca das fotografias;
3. Projectar a visão acerca das suas vidas a outros, especialmente poderosos agentes políticos e financeiros (audiência)

Esta metodologia vai ao encontro da ENIPSA, quando esta foca a importância de promover uma participação proactiva e promoção do empowerment da pessoa Sem-Abrigo em todos os níveis do processo de inserção social.⁵ “O Photovoice tem vindo a revelar um forte impacto na intervenção com populações muito desfavorecidas/marginalizadas, nomeadamente Sem-Abrigo, ajudando a desenvolver uma maior consciência crítica, a introduzir visões alternativas sobre os problemas da comunidade, a desenvolver e mobilizar a rede social”⁶.

Depois de finalizado o exercício de escrita criativa, explicou-se a metodologia do exercício Photovoice às participantes. Foi explicado, como foi referido anteriormente, que o objectivo era tirarem algumas fotografias sobre aquilo que mais gostavam e menos gostavam no espaço onde viviam. Foi também proposto que fotografassem espaços ou situações que elas idealizavam como a habitação que gostariam de ter, ou pelo contrário, espaços e situações relacionados com habitações que não gostariam de ter. No caso de quererem participar, foi entregue uma máquina fotográfica

³ Rodrix e Tavito (1972)

⁴ Boletim Vozes do Centro, REAPN (2008:3)

⁵ ENIPSA (2009:13)

⁶ Boletim Vozes do Centro, REAPN (2008:2)

descartável. Num espaço curto de tempo (2 a 5 dias), as participantes responderam à questão formulada com recurso à fotografia e ao seu testemunho, e entregaram as máquinas para a revelação das fotografias.⁷ No final, houve um novo encontro com as participantes em que cada uma apresentou as suas fotografias e explicou o motivo que as levou às suas escolhas.

Para tentar chegar às representações simbólicas acerca de *casa* destas mulheres Sem-Abrigo e das suas preferências em termos habitacionais e serviços de apoio, os comentários feitos às fotografias tiradas também foram analisadas levando em linha de conta as categorias de análise do estudo original. Assim, o estudo de conteúdo deste exercício de Photovoice também incidiu sobre as categorias de análise usadas no exame de conteúdo da entrevista e escrita criativa. Este exercício também teve, como objectivo, poder contribuir para conhecer alguns aspectos que poderiam ser alvo de reformulações, quer no sentido do design quer no sentido do apoio social, de algumas respostas habitacionais vivenciadas presentemente por algumas das entrevistadas.

4.4.4 Aplicação Articulada das Técnicas de Pesquisa

As técnicas foram aplicadas, conforme referido anteriormente, segundo a ordem acima apresentada. Não se propôs, a nenhuma das mulheres vítimas de violência doméstica, o exercício de Photovoice, por ainda estar muito presente nelas o medo de serem “descobertas” e a própria investigadora ter receio de que, alguma fotografia, pudesse de alguma forma, revelar o seu paradeiro. A uma das participantes, que não sabia ler nem escrever, também não foi proposto o exercício de escrita criativa, para não causar constrangimentos. Uma das participantes, num primeiro momento, quis participar no exercício de escrita criativa e Photovoice, mas no dia seguinte alterou a sua decisão, sendo a sua decisão respeitada. O quadro seguinte ilustra a aplicação das técnicas:

Quadro 4.3 Aplicação das diferentes técnicas

Sujeitos	Entrevista	Exercício Escrita Criativa	Exercício Photovoice
Mariana	X	X	X
Matilde	X	Desistiu	Desistiu
Mónica	X	Não foi proposto	Não foi proposto
Marta	X	X	Não foi proposto
Mafalda	X	X	X

Neste capítulo, ficamos a conhecer o estudo original, como foi constituída a amostra de 5 mulheres, em exclusão habitacional, entre os 17 e os 41 anos, as associações que colaboraram – AMI, HUMANUS e C.A.S.A, e as técnicas utilizadas – Entrevistas semi-estruturadas, Exercício de escrita criativa e Exercício Photovoice.

⁷ Foi proposto que, em alternativa, podiam ser elas a mandar fazer a revelação, mediante a entrega prévia de uma quantia para o efeito, mas todas preferiram que fosse a investigadora a fazer a revelação fotográfica

PARTE III

RESULTADOS DO ESTUDO “CONTRIBUTOS DE MULHERES SEM-ABRIGO PARA A CONSTRUÇÃO DE RESPOSTAS HABITACIONAIS/SERVIÇOS DE APOIO”

V. RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os resultados obtidos. Esta apresentação centra-se, e são individualizados quando pertinente, nomeadamente no caso da escrita criativa e Photovoice em que são integrados os elementos criados pelas participantes, nas respostas às várias dimensões de pesquisa deste estudo.

5.1 Histórias de Vida das Entrevistadas

De seguida apresentam-se, resumidamente, as histórias de vida das participantes. Estas histórias de vida puderam ajudar a compreender algumas das necessidades específicas, em termos habitacionais e de serviços de apoio, por elas posteriormente referidas, e permitiram destacar os diferentes percursos habitacionais.

Mariana tem 41 anos, nasceu em Lisboa, tem dois filhos, o 7º ano incompleto, foi toxicodependente e vive actualmente, com o companheiro, num quarto de uma pensão, com o apoio dos serviços sociais

“Estou limpa desde 2000 (...) agora a minha droga são os meus filhos”. Morou, desde que nasceu, com a avó, a quem sempre tratou por mãe, quando a mãe aparecia chamava à mãe, mãe-mãe e à avó, mãe-avó. Abandonou a escola por volta dos 14 anos por limite de faltas, ficou com o 7ºano incompleto, *“nesta altura já fumava charros”*. Por volta dos 15, 16 anos iniciou o seu percurso com drogas mais duras. Entre os 15 e os 19 anos teve alguns trabalhos precários em pastelarias, restaurantes.

Aos 19 anos sai de casa para viver na rua com o namorado, que também consumia drogas. Vivem assim durante 10 anos. Em carros abandonados, num destes carros viveram 3 meses, na rua embrulhados em cartões, num parque de estacionamento, onde arrumavam carros durante o dia, dentro de caixas multibanco, *“aqui tínhamos que acordar muito cedo, antes de os clientes chegarem”*. Durante este tempo, nasceu o seu primeiro filho, a sua mãe faleceu e esteve presa, *“mas só até aguardar julgamento, serviu também de aprendizagem, não quero lá voltar”*. O seu primeiro filho, desde o nascimento, foi entregue aos cuidados da avó. Mas sempre o viu e ainda hoje mantêm o contacto.

Aos 29 anos, *“farta daquela vida”*, inicia, com o seu namorado, através da associação A, um programa de metadona. Neste período de tempo, o namorado começou a beber e cansada das atitudes dele, acaba a relação e começa uma outra, aos 33 anos, com um homem que também fazia tratamentos no mesmo centro de acolhimento, relação esta que se mantêm até hoje.

Aos 35 anos foi expulsa do centro de acolhimento devido a uma discussão com uma

funcionária e aluga, com o namorado, um quarto. Aos 38 anos nasce o segundo filho, que frequenta uma creche da SCML desde os 10 meses. O ano passado, devido ao facto de terem várias rendas em atraso, a renda era de 250 euros por mês, e de *“a assistente social ficou grávida e não conseguiu resolver o problema a tempo, a senhoria arranjou outras pessoas e tivemos que sair do quarto alugado”*. Através de uma outra assistente social conseguiram arranjar um quarto numa pensão (Alojamento apoiado), viveram nesse quarto, com o filho, até Maio deste ano, pagando 350 euros por mês. Em Maio deste ano, o filho teve que ser entregue aos cuidados do tio, por um ano, pois a pensão não tinha condições para acolher uma criança. Neste momento, está numa lista de espera para conseguir, através da Câmara Municipal, uma casa. Continua a viver com o companheiro no mesmo quarto da mesma pensão.

Desde que iniciou o processo de recuperação das drogas tem estado em cursos de formação, trabalhos precários que arranja, por intermédio de familiares, como por exemplo, limpezas de escadas e fazer bainhas. Actualmente, Mariana frequenta um curso de formação do projecto SER MAIS da SCML mas *“como tenho o rendimento mínimo garantido, não tenho direito à bolsa”*, no entanto, diz que mesmo assim, *“gosto de ir ao curso, porque se estou parada, só penso em asneiras e quero muito ter o meu filho de volta”*.

Marta tem 34 anos, a escolaridade básica e foi vítima de violência doméstica, vive actualmente com os dois filhos num quarto alugado, pago com o dinheiro que aufera do seu trabalho (limpezas)

Marta foi vítima de violência doméstica durante o casamento, estando actualmente num processo de divórcio. Esteve a viver durante um ano com os dois filhos numa casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Neste momento vive com os filhos num quarto alugado, pago com o ordenado que aufera da actividade de limpezas (área em que sempre trabalhou). Quis sair de casa mais cedo, mas não conseguia, o ex-marido fazia chantagem emocional, dizendo que *“seus filhos vão passar fome”*, que não teria para onde ir. E de facto Marta não tinha ninguém a quem recorrer, porque não mantém contacto com a família e *“ir viver para debaixo da ponte com os meus filhos”* estava fora de questão. Mas para Marta, como ela referiu, *“só uma casa também não resolveria a situação”*, pois naquela altura, tinha muito medo de viver sozinha com os filhos, com medo que o ex-marido os descobrisse. Entretanto engordou muito, começou com pensamentos destrutivos em relação a ela (suicídio) e aos filhos *“Estive no fundo do poço, deixei de gostar de mim própria e dos meus filhos, tinha planos na minha cabeça de dar cabo da minha vida e da vida deles”*, teve que ter consultas com um psiquiatra e, através destas consultas, teve contacto com uma assistente social. Começaram a preparar, em conjunto, a sua saída de casa, entrou numa lista de espera para entrar numa casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, mas só passado um ano conseguiu entrar numa. Durante este tempo de espera, teve muitos altos e baixos, esteve quase a desistir, *“a única coisa que fez com que não desistisse foram os meus filhos”*. Neste momento sente que, aos poucos, a sua auto-estima melhorou, os seus filhos estão mais felizes, tem um emprego, e, apesar de alguns medos que ainda tem, que o ex-marido, por exemplo, descubra onde vive, tem esperança numa vida melhor.

Mónica tem 38 anos, nasceu em Lisboa, tem quatro filhos, não sabe ler nem escrever e foi vítima de violência doméstica, vive actualmente num prédio abandonado (Okupa)

Mónica vive, neste momento, num prédio abandonado, sem água, nem luz, “*estou numa casa de Okupa*”, com o companheiro actual “*só tenho eu e o meu companheiro*”. Do passado não quis falar muito, apenas “*vivi no mundo do silêncio durante 17 anos*”. Vítima de violência doméstica, saiu da casa onde vivia com o marido. Tem 4 filhos, que na altura ficaram com o pai “*os meninos ficaram em casa*”. Fugida, foi viver numa espécie de dispensa abandonada, situada num bairro antigo de Lisboa, “*já vivi em piores condições, estava num género de dispensa abandonada e ninguém sabia*”. Entretanto ficou doente e resolveu pedir ajuda. Nessa altura esteve com os filhos, durante dois meses, numa casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, mas entretanto o ex-marido descobriu onde ela estava e teve que sair “*fui descoberta pelo agressor, sendo descobertas, temos que sair*”. Os filhos foram para uma instituição e Mónica, com o dinheiro que arranhou através de um trabalho numa junta de freguesia (trabalho ocupacional), conseguiu alugar um quarto. Entretanto o trabalho na junta de freguesia terminou, não consegue arranjar novo emprego, prejudicada pelo facto de não ter a escolaridade obrigatória, “*eu sou discriminada por não saber ler nem escrever, uma colega minha, na junta, chamou-me analfabeta*”, e como deixou de ter dinheiro para pagar a renda, “*pagava 200 euros pelo quarto*”, teve que ir viver de novo para um prédio abandonado, está nesta situação fez agora um mês. Neste momento, apesar da descrença que sente “*eu já falei tanta coisa e ninguém me ajudou nada, nem o próprio tribunal ajudou, não conseguem fazer nada*”, o seu caso está a ser acompanhado por uma assistente social “*arranjar trabalho acho que é a única saída...mesmo não sabendo ler nem escrever, trabalhei num lar*”.

Matilde tem 31 anos, nasceu em São Miguel, Açores, não tem filhos, tem o 6º ano de escolaridade e um problema de saúde mental, vive actualmente num centro de acolhimento para pessoas Sem-Abrigo

Quando nasceu, devido a problemas durante o parto, Matilde esteve algum tempo em coma, “*numa incubadora*”, refere que desde essa altura sempre teve problemas de saúde mental, “*tenho que tomar muitos medicamentos*”. Sempre viveu com a avó, mãe do pai, porque os pais faleceram, no entanto aos 18 anos, devido a conflitos familiares com a avó, “*a minha avó batiame muito, vestia-me como uma mulher velha*”, esta expulsa-a de casa. Nesta altura vai viver para uma instituição religiosa “*senti um vazio, era um boneco nas mãos delas, tinham regras mas não acreditavam na minha força de vontade*”. Entretanto casa-se, mas o casamento corre mal, o marido era agressivo “*fui uma vítima nas mãos dele, mesmo no namoro dava-me chapadas*” e o divórcio acontece “*foi um divórcio litigioso, tive que ir à polícia, senti-me desiludida, uma mágoa muito grande*”. Volta de novo a viver numa outra instituição religiosa “*nesta instituição já me sentia alegre, não me sentia um boneco, mas continuava a sofrer*”. Entretanto, zanga-se com uma das funcionárias da instituição religiosa, entra em contacto com “*uma meio-irmã*” e resolve vir “*para o continente, procurar emprego*”, onde fica durante algum tempo em casa de uns

familiares. As coisas não correram bem e acaba a viver, durante uma semana, na rua, em Lisboa. Aconselhada, numa noite, por um voluntário que percorria a Rua Almirante Reis, contacta o centro de acolhimento A, onde é aceite e onde vive actualmente. Neste momento tem um namorado que também vive no centro de acolhimento A, não mantém contacto com a família, nem tem uma rede de amigos. Neste momento procura emprego, diz que *“o meu sonho era ser educadora de infância e cantar. Já estive no centro de emprego, mas não me disseram nada”*.

Mafalda tem 17 anos, nasceu em Cascais, tem um filho com 2 meses de idade e o 9º ano de escolaridade, vive actualmente numa associação que acolhe jovens mães

Mafalda viveu, até aos 16 anos, sempre com os tios, evita falar sobre os pais, mas deixa escapar que a sua mãe faleceu quando ela tinha três anos. Durante a adolescência fugiu muitas vezes de casa, mas era só por uma noite, porque a encontravam sempre, no dia seguinte, na escola. Nessas escapadelas passava a noite na rua *“mas não dormia”* ou em casa de amigos, disse que fazia isto para *“chamar a atenção porque a minha tia era muito antiquada”* e não lhe davam a liberdade que ela precisava. Fugiu tantas vezes de casa que *“a protecção de menores pôs-me numa instituição”*. O ano passado foi viver para uma instituição que acolhe raparigas jovens, não gostou do ambiente, horários muito rígidos e raparigas com problemas muito diferentes juntas, *“eu estava lá porque faltava á escola, mas havia raparigas que estavam lá que se cortavam...”* e fugiu algumas vezes, mas depois voltava para a instituição. Numa dessas fugidas conheceu o pai do filho, que vivia num centro de acolhimento. Também numa dessas fugidas, deu um outro nome, fingiu que era maior de idade, *“disse que tinha 18 anos”* e consegue ser aceite num centro de acolhimento para adultos, *“viviam lá homens e mulheres, (...), e às vezes tinham crianças”*, diz que neste sítio, onde *“estava num quarto com outras mulheres, mas não falava muito com elas”*, já se sentiu melhor, porque tinha mais liberdade *“só queria um bocado de espaço”*. Entretanto, descobre que está grávida. No centro de acolhimento descobrem que ela é menor e volta a fugir, vive de novo na rua, desta vez com o namorado, que também sai de outro centro de acolhimento onde estava a viver. Esteve na rua no máximo um mês *“Começa por ser um dia, depois dois dias, até que vemos e já passou uma semana”*, entretanto, ele começa a ser agressivo com ela e Mafalda acaba o relacionamento e volta para a instituição para onde tinha ido no início. Como aquela instituição não podia acolher jovens mães, em Janeiro, ainda grávida, muda-se para uma outra associação, onde vive neste momento com o filho, mas ainda mantêm o contacto com a tia. Neste momento, planeia começar em Setembro um curso Técnico Profissional numa área que gosta muito *“Gosto muito de animais, gostava muito de trabalhar no zoomarine”*.

5.2 Percursos de Vida e Trajectórias Habitacionais¹

Ao analisarmos as histórias de vida das entrevistadas, foi notória a baixa escolaridade das participantes e a falta de estabilidade profissional. Atendendo aos seus percursos profissionais:

Quadro 5.1 Caracterização da ocupação actual e percursos profissionais

Sujeito	Ocupação actual	Percorso Profissional
Mariana	Projecto SER MAIS	Cafês, pastelarias, limpezas de escadas, passar a ferro, fazer bainhas
Matilde	Desempregada	Tomou conta, nos Açores, de uma senhora idosa
Mónica	Desempregada	Trabalhou num lar e numa junta de freguesia (trabalho ocupacional)
Marta	Faz limpezas	Limpezas
Mafalda	Em Setembro vai iniciar um curso - Técnico Profissional	

E analisando os percursos habitacionais:

Quadro 5.2 Percursos habitacionais (do mais antigo para o mais recente)

Sujeito	Percorso habitacional
Mariana (desde o nascimento)	Casa dos avós/Rua/Centro de Acolhimento Temporário A/Quarto alugado /Quarto alugado numa pensão (Alojamento apoiado)
Marta (desde o casamento)	Casa onde vivia com o marido/Casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica/Quarto alugado
Mónica (desde o casamento)	Casa onde vivia com o marido/Rua/Casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica/Quarto alugado/Prédio abandonado (OKUPA)
Matilde (desde o nascimento)	Casa da avó/Instituição Religiosa A/Casa onde vivia com o marido/Instituição Religiosa B/Casa de familiares/Rua/Centro de acolhimento Temporário A
Mafalda (desde o nascimento)	Casa dos tios (às vezes fugia durante uma noite) /Instituição C/Rua/Centro de acolhimento B/Rua/Instituição C/Associação para jovens mães

Verificamos que a fraca escolaridade e falta de estabilidade profissional tem impacto no percurso habitacional das entrevistadas. Ao acontecerem rupturas devido a conflitos familiares, caso de Matilde, sem um salário que lhe permita o acesso a uma habitação e a uma vida autónoma, estas mulheres, sem a ausência de redes de apoio, amigos ou família, ficam numa maior situação de vulnerabilidade, ou seja, em risco de estar numa situação de Sem-Abrigo, o que de facto aconteceu com Matilde que chegou a viver na rua, durante uma semana, numa situação Sem Tecto. O mesmo

¹ Consultar no Anexo C os resumos das histórias de vida das 5 entrevistadas, levando em linha de conta os seus percursos habitacionais

aconteceu com Marta e Mónica, vítimas de violência doméstica, sem uma rede social de apoio, amigos ou familiares, e um rendimento que lhes permitisse pagar uma habitação, tornaram-se também vulneráveis a vir a estar numa situação de Sem-Abrigo, caso de Mónica, que chegou a viver “*num género de dispensa abandonada e ninguém sabia*”. Este comentário “*ninguém sabia*” aponta para a questão da invisibilidade da situação das mulheres Sem-Abrigo referida por Casey (2002). O caso de Mónica é um exemplo de como a escolaridade e a obtenção de emprego é importante na vida destas mulheres. Depois de sair, por questões de saúde, da dispensa abandonada (Sem Tecto), vive numa casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica (Sem Casa), posteriormente consegue um emprego numa junta de freguesia e com o dinheiro que auferesse desse trabalho consegue alugar um quarto, mas quando fica desempregada, deixa de ter dinheiro para pagar a renda e volta a viver na rua, num prédio abandonado, sem água, nem luz, nem gás (Habitação Inadequada). Para Mónica, actualmente, a baixa escolaridade é um entrave a conseguir um emprego, “*Fui ao centro de emprego, à junta de freguesia, mas falhou a escolaridade, tanta coisa... sinto-me discriminada por não saber ler, nem escrever*”. Verifica-se portanto que o deficit de capital escolar e profissional aumenta a probabilidade de poder vir a estar numa situação de Sem-Abrigo, como foi referido por Enders-Drage (2010) e Novak and Schoibl (2001). O deficit de capital de saúde, no caso de Matilde, também é um entrave, segundo a própria, a arranjar um emprego “*Tenho este problema na cabeça, não funciona a 100%, mas gostava de trabalhar numa cozinha, estou inscrita no centro de emprego, mas não me arranjam nada*”.

Verificamos que as passagens a situações extremas de exclusão habitacional, Sem Tecto, se associam a toxicod dependência (Mariana), rupturas familiares (Mafalda e Matilde), violência doméstica (Mónica). Estas causas foram referidas anteriormente na revisão de literatura por Walsh et al (2009), Styron et al (2000), Tessler (2001), Enders-Drage (2010), Krishnar and Hilbert (1998), Ravenhill (2008) e Marpsat (1999). O caso de Mariana, que depois de viver quase 10 anos na rua (Sem Tecto), ao sair de um centro de acolhimento (Sem Casa), para ir viver num quarto alugado com o companheiro e com o filho (Habitação Inadequada), mas que, novamente por ter ficado sem emprego e sem dinheiro para pagar as rendas, acabou por ter que mudar para um quarto de uma pensão, pago pelos serviços sociais (Sem Casa), mostra a vulnerabilidade destes percursos habitacionais, a presença quase constante de apoios, mas a não resolução do problema, nunca existindo de facto a estabilidade de um alojamento numa *casa*, nem a tão desejada autonomia como referido por Costa e Baptista (2001) e Martins (2007).

Constatou-se, na caracterização dos percursos de vida das entrevistadas, como vimos no ponto anterior, uma ruptura com os pais ainda na infância (casos da Mafalda, Mariana e Matilde, Marta e Mónica evitaram falar da infância). Por outro lado, e como referido por Cowal et al (2002), metade das mulheres da amostra que tinham filhos, os filhos ou tinham sido entregues a familiares ou a instituições:

Quadro 5.3. Caracterização da situação habitacional dos filhos

Sujeito	Nº de filhos	Onde vivem actualmente os filhos
Mariana	2	O mais velho vive com a avó de Mariana, o mais novo vive com um irmão de Mariana
Matilde	0	-
Mónica	4	Numa instituição
Marta	2	Com a mãe
Mafalda	1	Com a mãe

O que parece mostrar um percurso semelhante entre as duas gerações, dito de outra forma, uma institucionalização partilhada, o que mostra, na mesma linha de pensamento de Ravenhill (2008), a importância da prevenção desde a infância.

Os sinais dados por Mafalda, que às vezes fugia de casa, por uma noite, para “*chamar a atenção porque a minha tia era muito antiquada*”, as faltas às aulas e posterior institucionalização, foram indicadores referidos por Ravenhill (2008) de uma possível situação de Sem-Abrigo no futuro, o que de facto aconteceu pois Mafalda chegou a estar, no seu percurso habitacional, por duas vezes numa situação Sem Tecto.

5.3 Exercício Escrita Criativa²

Quadro 5.4 Exercício Escrita Criativa Mariana

*“Eu queria realizar o meu sonho
Ter o meu lar
P’ra ter os meus filhos
De volta
P’ra poder vê-los crescer e
Lhes dar muito amor e carinho
E eles me amar.”*

² Estes textos foram copiados integralmente tal como as participantes os escreveram

Quadro 5.5 Exercício Escrita Criativa Marta³

“Sou Marta, tenho 34 anos, 2 filhos, que são a minha força de viver, mas num passado não muito longínquo, tive uma depressão muito forte e estive no fundo do poço, deixei de gostar de mim própria, dos meus filhos, e quando achei que já não havia mais esperança, tinha planos na minha cabeça de dar cabo da minha vida e da vida deles, mas tive força, procurei ajuda, estive numa casa de acolhimento, passei lá um ano, cresci, fortaleci, hoje sou uma nova mãe, aprendi a amar os meus filhos, a gostar de mim própria e sou uma nova mulher, sem medo da vida”.

Quadro 5.6 Exercício Escrita Criativa Mafalda

“Daqui a alguns anos

Imagino-me

Assim:

- Numa Casa com o meu filho

- Com um ambiente sossegado, alguns animais

-perto de um jardim onde eu possa

tar com o meu filho e nada mais.”

No exercício de escrita criativa o que mais sobressaiu foi a relação destas mães com os seus filhos e a vontade que têm de usufruir de uma casa onde possam viver com eles. As mães que estavam separadas dos filhos, nas entrevistas, expressaram a dor que sentem pela separação, o que está na mesma linha das conclusões de Enders-Drageassers (2010). No estudo original, apesar do poema que serviu de inspiração não ter sido o mesmo e ter havido apenas uma mulher que participou neste exercício, esse poema estava “filled with pain and loneliness for her children”, mas ao mesmo “the poem was hopeful” (Walsh et al., 2009:307), ou seja, existem semelhanças nos resultados encontrados em Lisboa e em Calgary.

³ Quando Marta começou a escrever, a caligrafia não estava a sair muito bem, então Marta pediu à investigadora para ser ela a escrever enquanto ela ditava. Enquanto ouvia a música de Elis Regina, “Casa no campo”, Marta comentou, com um ar amargo, “ah, uma casa no campo”, deixando transparecer alguma mágoa. Este desabafo revela que, este tipo de instrumento de recolha de dados, pode ser uma outra forma de aceder a informação que poderia não conseguir ser acedido por outras vias, como é o caso das entrevistas.

5.4 Exercício Photovoice

Photovoice Mariana

Aspectos positivos do seu quarto: A vista, a localização no centro de Lisboa, bons acessos de transportes públicos.



Figura 5.1



Figura 5.2

Gosto muito da vista que tenho do meu quarto, na pensão, quando era nova, a minha mãe dizia-me “Quando casares e tiveres uma casa, tem que ter muitas janelas”, porque passava muito tempo a olhar pelas janelas, “ver os miúdos a brincar”.

Aspectos a melhorar: A cozinha, casas de banho e segurança do corredor



Figura 5.3

É a cozinha, na cozinha também só temos água fria



Figura 5.4

A máquina de lavar é só para enfeitar, não funciona, está na marquise, quando o meu filho estava lá, tinha que lavar a roupa à mão e depois não tinha onde a pendurar

16



Figura 5.5

Esta é a casa de banho pequenina, só tem lavatório e a sanita



Figura 5.6

Não gosto desta casa de banho... está sempre suja, as outras pessoas que a usam deixam-na sempre suja, é só porcaria, eu limpo, mas não adianta nada... só tem água quente na banheira, para lavar a cara só há água fria



Figura 5.7

Este é o corredor da pensão, com a porta ao fundo, e a dispensa. O meu filho bateu com a cabeça no extintor porque o extintor está muito baixo. Só os donos da pensão podem guardar alimentos na dispensa, nós só podemos guardar no frigorífico ou no quarto

Sonhos para uma Casa futura



Figura 5.8

Gostei deste mobília, na loja devia haver mais bonitas, mas esta era boa para mim



Figura 5.9

Também gostei muito desta Mobília



Figura 5.10

Tirei esta fotografia porque gostei do boneco, achei que ficava bem naquele quarto



Figura 5.11

Foi o meu marido que tirou hoje de manhã, quando vinha para cá, era um quarto que gostávamos para o nosso filho



Figura 5.12

Gosto daquele prédio, a varanda em cima é envidraçada, sempre gostei de paisagens bonitas e de Casas com muitas janelas para conseguir olhar para fora, admiro essas coisas

Pareceu-nos desajustado, ao ver os resultados do exercício de Photovoice, a relação preço/qualidade do quarto da pensão onde Mariana vive. Este quarto é pago pelos serviços sociais (Alojamento Apoiado) e o valor é muito superior á qualidade, dados os sinais de falta de conforto e higiene evidenciados. Esta questão também já tinha sido abordada no Estudo dos Sem-Abrigo (ISS, 2005).

Por outro lado, Mariana que está numa lista de espera para conseguir aceder a uma habitação social demonstrou vontade de pensar em objectos, mobílias, para decorar a sua possível nova casa, o que nos remete para um dos exemplos referidos anteriormente como exemplo de uma boa prática: o projecto Keychange (Ravenhill, 2008), ao qual Mariana poderia aderir.

Exercício Photovoice Mafalda



Figura 5.13



Figura 5.14

Gostava de morar numa casa perto de espaços verdes, no campo, gosto muito de árvores e de jardins



Figura 5.15

Tirei esta fotografia como um exemplo de uma casa que não gosto... Não gostei desta casa, parece abandonada, faz-me lembrar um orfanato, não gostava de morar numa casa com este aspecto, é muito grande

O exercício de Photovoice demonstrou no caso de Mafalda, o estigma que existe em relação a edifícios grandes que fazem lembrar “instituições”, as pessoas são “catalogadas” por viverem em determinado sítio, daí a importância do aspecto “exterior” dos centros de acolhimento e o contexto urbano onde estes se inserem.⁴

Neste exercício, a Mariana pediu ao companheiro que tirasse uma fotografia dela própria e a Mafalda também tirou uma fotografia ao filho, mas por questões que se prendem com o preservar do anonimato, essas fotografias não constam no estudo. No entanto existiu uma ambivalência entre querer aparecer no estudo e não querer aparecer. Em relação à Mariana, apesar de a investigadora ter explicado os objectivos do estudo, ficou uma sensação, não confirmada, que talvez a Mariana tivesse esperança que, aparecendo no estudo, esta fosse mais uma forma de tentar chegar a mais pessoas e ver assim realizar-se o seu sonho de ter uma casa, o que demonstra uma vez mais o desejo de poder aceder a uma habitação e infelizmente a falta de respostas que existem para que tal possa acontecer.

5.5 Dando voz: Concepção de Serviços de Alojamento Dirigidos a Mulheres Sem-Abrigo

Para além das habitações que as entrevistadas projectam como ideais, as mulheres que participaram neste estudo e que estiveram em algum período das suas vidas numa situação de Sem-Abrigo, partindo da sua experiência como utentes de algumas respostas de alojamento, referiram situações que deveriam ser alvo de reformulações. Apresentam-se, de seguida, excertos das entrevistas, que ilustram, estas sugestões.

Centros de Acolhimento Temporário:

Rigidez de horários:

“Os centros de acolhimento deviam estar abertos durante o dia, principalmente no Inverno, temos que andar todo o dia na rua, ao frio, à chuva” (Mafalda)

Ao mesmo tempo referiram que, nos centros de acolhimento, poderia haver ocupação dos tempos livres durante o dia e ser também servido o almoço. Falaram da falta de privacidade:

“Não se consegue ter uma conversa sem que ninguém ouça” (Matilde)

No entanto é de referir que, apesar de a situação ainda estar longe da ideal, tanto a Mariana como a Matilde que estiverem a viver no centro de acolhimento A, em tempos diferentes, já vivenciaram realidades distintas:

“Na altura, eram 14 pessoas numa camarata, agora acho que já é diferente, um quarto para 2 ou 3 pessoas, de qualquer maneira nunca existe privacidade, às vezes desaparecia uma par de calças

(Mariana)

“No meu quarto vivem mais quatro raparigas” (Matilde)

A decoração também é importante para o bem-estar destas mulheres e é referida a falta de

⁴ Sobre este assunto, ler Revista Homeless in Europe, “Homeless and the Art’s: Creativity, empowerment and social changes”, Spring 2009, pp.16

“cor” nestes centros de acolhimento:

“Os centros de acolhimento deviam ser mais espaçosos, mais alegres (...) deviam ter uma cozinha fechada, só para as cozinheiras, e um refeitório só para os jovens, não gosto de ver a cozinha aberta, fica feio ver as panelas, há pouco espaço, é uma confusão, gostava de poder comprar alimentos e guardar, a sala onde podemos ver televisão devia ser maior, é muita confusão” (Matilde)

Também falaram no constrangimento que existe nos centros de acolhimento temporário em relação ao tempo em que se pode permanecer neles, um ano, se bem que no caso das duas entrevistadas o tempo de permanência no centro de acolhimento excedeu em muito o prazo de um ano, o que é indicador de que não foi possível arranjar uma habitação autónoma no tempo adequado. Também foi focado o problema do mesmo centro de acolhimento receber pessoas com problemáticas diferentes:

“Queria que me ouvissem mais, me respeitassem mais, os centros de acolhimento de mulheres deveriam estar separados dos centros de acolhimento de homens, deviam ser só para mulheres, onde estou só tem homens, tem poucas mulheres e pessoas que não são toxicodependentes deviam estar noutros sítios, devia haver sítios diferentes” (Matilde)

Também foi sugerido que os centros de acolhimento destinados a toxicodependentes deviam estar longe de zonas onde circula droga:

“Nessa altura, houve a hipótese de ir viver para o centro de acolhimento Y, mas era uma tentação, pedi para ir viver para o centro de acolhimento A, em A estava mais longe do casal ventoso. Os centros de acolhimento deviam ser afastados das zonas da droga para não haver tentação” (Mariana)

Casas Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

Duas das mulheres que participaram neste estudo e foram vítimas de violência doméstica queixaram-se da falta de respostas a este problema:

“As mulheres não deviam ter medo de dar um passo mais a frente...mas a resposta deveria ter aparecido mais cedo, é um arrastar muito grande do problema, as pessoas vão à procura de ajuda, mas como demora muito tempo, é uma espera interminável, as pessoas desistem...há poucas casas abrigo, devia haver muito mais... devia falar-se mais do problema de violência doméstica, onde pedir ajuda, a lei devia mudar” (Marta)

“Já falei com muita gente e ninguém me ajudou, incluindo o tribunal” (Mónica)

Marta contou que o prazo máximo para estar na casa abrigo onde esteve é um ano, mas às vezes há mulheres que ficam mais tempo, mas como as psicólogas que acompanhavam Marta, sentiram que ela já estava preparada para sair, saiu. Na casa abrigo onde viveu, viviam, no máximo 12 mulheres, umas com filhos, outras sem filhos, umas muito novas, ainda adolescentes vítimas de violência por parte dos progenitores, outras mais velhas. Marta tinha um quarto só para ela e para os seus filhos, o que referiu ser muito importante para poderem ter um espaço só para eles, pois o próprio filho dizia que *“não gostava que houvesse tanta confusão na casa, gostava que houvesse menos conflito entre as mães”*, mas também acrescentou que apesar de tudo *“Quando se sai de um inferno, não é importante dividir o quarto ou não, estar numa casa com 10 ou mais mulheres, o que queremos é sair”*. Marta também referiu que tinham apoio psicológico, reuniões todos os dias, *“foi muito importante para fortalecer-me”*, alimentação, e só disse bem da associação onde esteve, lamentando que não existam mais.

Marta também acrescentou que não se sentiu bem quando foi à polícia apresentar queixa, não lhe deram muita atenção, não houve nenhuma mulher polícia para a ouvir, as únicas coisas que lhe disseram foi para procurar a família, amigos, mas não lhe disseram onde dirigir-se e depois de apresentar queixa, ainda ficou com mais medo do ex-marido, com medo que ele descobrisse que ela tinha apresentado queixa. *“As pessoas não são bem vistas quando vão à esquadra, não dão muita atenção, nem muito apoio, não há uma mulher que nos ouça.”*

Também falaram da amargura que sentem por ter que deixar tudo:

“Foi difícil deixar as mobílias, todas as coisas que tinha... muitas coisas foram também compradas com o meu dinheiro” (Marta)

“Eu tenho uma casa, mas é a mesma coisa que não ter, eu tenho uma casa, mas neste momento estou sem ela” (Mónica)

Alojamento Apoiado

Mariana, que neste momento está a viver num quarto alugado numa pensão no centro de Lisboa, manifestou o seu desagrado em relação a alguns aspectos, alguns destes aspectos foram reforçados, como vimos, no exercício de Photovoice.

“A pensão tem alcoólicos, está degradada, não tem condições para estar ali uma criança” (...). “A máquina de lavar é só para enfeitar, não funciona, está na marquise” (...) “Quando o meu filho estava lá, tinha que lavar a roupa à mão e depois não tinha onde a pendurar” (...) “No 4º andar da pensão, onde moro, só há 2 casais, o resto são homens, 10 pessoas, não limpam a casa de banho (...), dentro da casa de banho acendo a luz e só vejo porcaria no chão... sujam e não limpam... os outros não se incomodam em estar na porcaria. No 2º andar já vivem crianças, há mais asseio, os móveis são diferentes” (...) “Preferia uma casa dentro de Lisboa, do que fora de Lisboa, para assim estar mais perto do meu filho mais velho, mas se tivesse que sair de Lisboa para ter a minha casa, preferia isso, a viver no quarto da pensão” “para ir à casa de banho tenho que estar à espera, chegava tarde ao curso por causa disso” (Mariana)

Instituições para Jovens

Mafalda, a jovem desta amostra, com 17 anos, falou na vergonha que sentiu por dizer que vivia em determinada instituição, que acolhia raparigas entre os 12 e os 18 anos, nos horários rígidos que tinha que cumprir, comentou que os jovens deviam poder escolher as instituições para onde iam e também referiu que não é bom ter raparigas com problemáticas muito diferentes a viverem no mesmo sítio. Também referiu que as instituições deviam estar localizadas perto das famílias e que, muitas vezes, as pessoas que decidiam para onde as levavam, não tinham isso em consideração:

“Antes de ir para uma instituição gostava de me informar sobre ela, ver o espaço, gostava de ter opção de escolha, e devia haver instituições que dessem um bocadinho de liberdade, nem que fosse uma hora, íamos todas ao Colombo com 3 funcionárias atrás”, “A instituição devia estar perto dos familiares, para nos poderem vir visitar”, “Sentia-me discriminada por dizer que vivia numa determinada instituição, por as raparigas desta instituição terem má fama, mas não é verdade”, “Gostava que houvesse intercâmbio entre as várias instituições, na instituição onde estive não havia ocupação de tempos livres, não havia nada, não havia sítios para ir de

férias”, “Não acho bem misturarem na mesma instituição raparigas com problemas muito diferentes”

Também foi referido por Mafalda, a importância da decoração nas instituições:

“As portas eram verdes, o chão preto e branco e as paredes brancas, as cores eram horríveis, as decorações das instituições deviam ser alegres, se as pessoas já vão tristes, as casas deviam ser alegres”.

E novamente, como Matilde, foram referidos os refeitórios:

“ Os refeitórios não eram agradáveis porque tínhamos horas certas para comer, quando tínhamos fome e não era no horário não podíamos comer”

Rede Social/Suporte Social

Um dos aspectos que também foi muito focado e está intimamente relacionado com a concepção de lar e afectividade, foi a falta de laços, ou seja uma fraca rede social, que se reflecte por sua vez, num menor suporte social:

“Perdi os amigos quando souberam que andava nas drogas, já não era a mesma convivência, olham para mim e dizem que é uma pena, dizem isto à minha avó”

(Mariana)

As entrevistadas salientam ainda que a falta que sentem de um lar restringe a rede de contactos e sociabilidades, aumentando a sua sensação de exclusão:

“Sinto-me excluída, gostava que as pessoas sentissem que eu era a pessoa certa para conviver com os filhos delas, poder viver na sociedade” (Matilde)

“Gostava de ter uma casa e os meus filhos terem um quatinho para levarem os amigos”

(Mariana)

“Lar significa muito, ter uma casa, ter a amizade das pessoas, gostava de ir ao cinema, ao teatro, nunca ninguém me convida para nada” (Matilde)

Relação com os Objectos Pessoais

Também foi referido a sensação de ter que “deixar” tudo e não ter “nada” nos sítios onde vivem:

“Quando sai do quarto, a estante e a aparelhagem foram para a casa da minha cunhada, só levei comigo a televisão, durante este tempo todo só conservei comigo a roupa, uma loiça ou outra, o resto era tudo do quarto alugado” (Mariana)

No que respeita aos serviços para além das suas concepções de alojamento, foram referidos os seguintes aspectos:

Balneários Públicos

As mulheres que participaram neste estudo e estiveram em algum período das suas vidas numa situação Sem Tecto referiram a falta de balneários públicos em Lisboa específicos para mulheres:

“Não poder tomar banho é uma coisa chata para mim, por ser mulher, não tenho como me limpar, tenho que ir a cafés, isto torna-me uma pessoa ainda mais revoltada” (Mónica)

“Devia haver mais balneários públicos para mulheres” (Mariana, Mafalda)

E o medo que sentiam por estar na rua:

“Quando estive na rua senti medo, eram só homens, eles respeitavam-me, mas diziam-me que não era bom para uma mulher estar ali” (Matilde)

“Sinto medo, só tenho o meu companheiro...” (Mónica)

Apoio Social -Filhos

Todas as mulheres que tem filhos e que estão separadas deles, ou em casa de familiares ou em instituições, revelaram a grande amargura que sentiam por esse facto:

“Lar neste momento não significa nada, no passado significou a presença dos filhos” (Mónica)

“Agora estou a lutar para voltar a tê-lo comigo, porque já não vi sempre o mais velho e agora queria que fosse diferente”, “estou a sofrer muito com a separação”

(Mariana)

E frisaram a importância dos centros de acolhimento terem espaço para elas e para os seus filhos, os seus filhos terem espaço para brincar, haver creches e escolas perto dos locais onde vivem para que assim possam deixar os filhos enquanto vão trabalhar. Esta ligação aos filhos foi reforçada, como vimos, no exercício de escrita criativa.

Apoio Social -Emprego

Tirando o caso de Marta, que neste momento tem um emprego, e de Mafalda, que por ser muito jovem, ainda está a estudar, todas as mulheres que participaram neste estudo mostraram a sua desilusão por não conseguirem arranjar um emprego estável que lhes permitisse alugar um quarto e ter uma vida “normal”:

“Fui ao centro de emprego, à junta de freguesia, mas falhou a escolaridade, tanta coisa... sinto-me discriminada por não saber ler, nem escrever” (Mónica)

“Tenho este problema na cabeça, não funciona a 100%, mas gostava de trabalhar numa cozinha, estou inscrita no centro de emprego, mas não me arranjam nada” (Matilde)

“Estive muito tempo parada quando sai dos consumos, tenho andado sempre em cursos de formação, o primeiro foi na associação A, um curso de cerâmica, durante 6 meses, mas trabalho não, não havia lugares para estágios, depois estive num de corte e costura, aí já tive estágio durante um mês, mas depois parou o curso e parei de novo, fiquei com o certificado, mas não fiz mais nada, só conseguia de vez em quando passar a ferro, fazer bainhas, e a minha cunhada arranjou-me um prédio onde fazia a limpeza das escadas de 15 em 15 dias”, “Com a boca estragada só me via a fazer limpezas, antes de ter a boca estragada, trabalhei em pastelarias, 6 meses num café, queria muito arranjar um emprego”

(Mariana)

Apoio Social – Saúde

Falta de dentistas, que se reflecte na auto-estima:

“Tenho pena de ter a boca estragada, com este aspecto é difícil arranjar emprego” (Mariana)

“Há nove anos que não tenho dentes” (Mónica)

“Preciso de muitos medicamentos, são pagos pela SCML, na AMI, além da roupa e de refeições

também consigo medicamentos” (Matilde)

Apoio Social – Relação com os Profissionais de Serviço Social e as Instituições

Houve uma ambivalência em relação aos profissionais de Serviço Social e às instituições, se por um lado algumas das mulheres desta amostra reconheceram o seu trabalho:

“Quando vim para o centro de acolhimento A, falei com os doutores X e Y e acolheram-me bem, falei com um psiquiatra, uma psicóloga e também tenho uma assistente social que me ajuda nas minhas dificuldades” (Matilde)

“Não se metam na droga! Gostava que soubessem que aquilo porque que passei não desejo a ninguém, tudo...uma pessoa nesta vida não é feliz...as equipas de rua falavam, mas eu não dava ouvidos... tive que ser eu a decidir... respondia sempre que sim, mas depois não fazia... às vezes queria acabar com tudo, mas depois pensava no meu filho e arranjava forças e a associação A deu-me a mão, estou muito agradecida ao Dr. X e Dra. Y” (Mariana)

“Foi através da minha assistente social que consegui ir para a casa abrigo” (...) A casa abrigo tinha 3 psicólogas, alimentação, tínhamos reuniões diárias, foi um grande apoio, devia haver mais casas abrigo” (Marta)

Noutras situações houve algumas críticas:

“Consegui vir para o centro de acolhimento A, mas de resto...” (Matilde)

“Estou farta de pedir ajuda para encontrar uma casa e ainda não consegui. A única resposta que consegui durante este tempo foi este quarto nesta pensão e o centro de acolhimento A “ (Mariana)

“A minha assistente social fez um acordo comigo e não cumpriu, não me ligou, e eu tenho que ir tratar do bilhete de identidade” (Mónica)

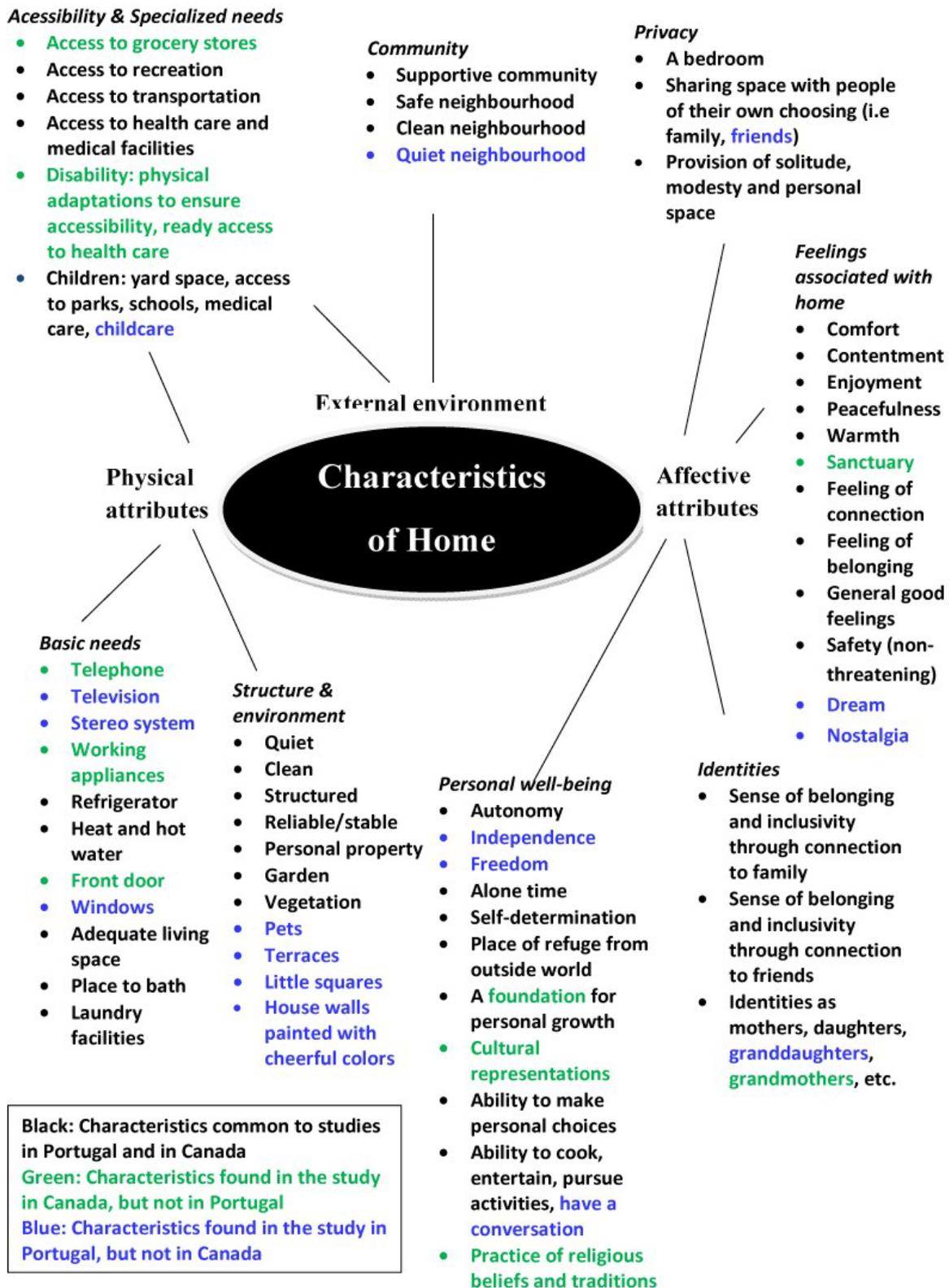
5.6 Uma Perspectiva Comparada Acerca das Percepções de Home/Casa

De seguida será apresentado um resultado global que leva em linha de conta os resultados da análise de conteúdo dos dados recolhidos através da aplicação das diferentes técnicas (triangulação dos métodos de recolha de dados), usando uma síntese conclusiva sistematizada baseada no mesmo esquema que o estudo original, conduzido no Canadá.

Uma vez que o estudo segue uma linha comparativa com o contexto do estudo original foi fundamental obter da parte da autora a sua avaliação acerca dos resultados obtidos em Lisboa, Portugal. Tal foi feito, durante o mês de Agosto, através de trocas de emails. Procurou-se, ao mesmo tempo, fazer uma comparação entre os resultados obtidos em Lisboa, Portugal, com os resultados obtidos em Calgary, Canadá. Depois de algumas trocas de emails, onde Christine Walsh enviou um novo estudo, (Walsh et al, 2010, no prelo), realizado no Canadá, que consiste num estudo alargado que incluiu os seguintes centros urbanos: Vancouver, Toronto, Ottawa, Montreal e Calgary e que envolveu uma amostra de 67 mulheres, chegou-se à conclusão que os resultados dos estudos feitos em Lisboa, Portugal e em Calgary, Canadá, são muito semelhantes e, conseqüentemente, houve uma harmonização dos resultados.

As únicas diferenças encontradas e que se mantiveram, após debate acerca dessas mesmas diferenças com Christine Walsh, têm a ver com preocupações reveladas pelas entrevistadas com questões relacionadas com o acesso nas habitações a pessoas de mobilidade reduzida (exemplo rampas), com práticas religiosas/espirituais e diversidade étnica, para o caso do Canadá. No estudo realizado em Lisboa essas questões não foram levantadas por nenhuma das participantes. Quanto ao primeiro aspecto pode estar relacionado com o facto de amostra ser constituída por mulheres mais jovens ou, como Christine Walsh sugeriu, que no Canadá haja uma maior sensibilidade para as questões relacionadas com pessoas com deficiências e mobilidade reduzida. Para a questão da religião, segundo Christine Walsh o Canadá é secular com diversas práticas religiosas/espirituais, o que talvez não aconteça em Portugal. Uma outra diferença, a questão da importância das representações culturais não ter sido referida por nenhuma das participantes no estudo em Lisboa, pode ter a ver com o facto de não haver nenhuma mulher de etnia diferente da dominante em Portugal na amostra de Lisboa, o que não aconteceu no caso do estudo feito no Canadá. De seguida apresentamos o esquema com os resultados obtidos:⁵

⁵ Características comuns aos estudos feitos em Portugal e no Canadá (preto); características encontradas no Canadá, mas não em Portugal (verde); Características encontradas em Portugal, mas não no Canadá (azul)



Fonte: Esquema Adaptado de (Walsh, C. A., Rutherford, G. E., & Kuzmak, N., 2009:306)

Figura 6.16 Preferências Habitacionais: Síntese Conclusiva Sistematizada

Em Portugal, como podemos ver no esquema anterior, as entrevistadas manifestaram o desejo de possuírem uma casa que permitisse ter um animal doméstico. Esta especificidade não foi encontrada no estudo feito no Canadá. No entanto, no estudo alargado enviado por Christine Walsh (Walsh et al, no prelo) e no estudo *“Homeless Women's Voices on Incorporating Companion Animals into Shelter Services”* (Walsh e Labrecque, no prelo), também enviado por Christine Walsh, esta questão dos animais domésticos já foi referida, o mesmo acontecendo com outras especificidades encontradas no estudo feito em Portugal (exemplo: a necessidade de televisão). Encontrámos algumas especificidades no estudo realizado em Portugal, que foram fruto da própria linguagem (exemplo: nostalgia), e outras que tinham a ver com o facto de a amostra ser constituída por mulheres mais jovens (exemplo: avós/netas), mas que após a troca de ideias com Christine Walsh não revelaram diferenças, ou seja, como foi referido anteriormente, entendemos que os resultados encontrados em Lisboa, Portugal e em Calgary, Canadá, são muito semelhantes e, conseqüentemente, houve uma harmonização dos resultados.

Neste capítulo conhecemos as histórias de vida das entrevistadas, cruzando dimensões que se cruzam, como sejam a família, a escolaridade, o emprego, rupturas e mudanças habitacionais, traçando desta forma as suas trajectórias habitacionais. Também procuramos fazer uma síntese das sugestões dadas pelas entrevistadas em relação às respostas habitacionais e serviços de apoio por elas utilizados, dando-lhes assim voz neste estudo. Apresentamos os resultados do exercício de escrita criativa e Photovoice e uma síntese conclusiva sistematizada, usando o mesmo esquema que o estudo original, conduzido no Canadá, para mostrar as características que as participantes neste estudo mostraram querer numa *casa*. Comparamos estes resultados com os resultados do Canadá, procurando o feedback da autora.

PARTE IV

CONCLUSÕES: CONCEPÇÕES DE CASA APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO DE RESPOSTAS HABITACIONAIS NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL

VI. RESULTADOS FINAIS E DISCUSSÃO

Neste capítulo pretendemos partilhar as limitações sentidas no fim do estudo, mas que ao mesmo tempo não deixam de ser possíveis linhas de investigação futura, para investigadores que se interessem por esta problemática. Também procuramos sintetizar os resultados obtidos, fazendo uma ponte com o quadro teórico.

6.1 Linhas de Investigação Futuras

Por constrangimento de falta de tempo disponível, não foi possível:

- Alargar a amostra, de forma a incluir outras situações, como por exemplo, minorias étnicas, mulheres em situação de prostituição e mulheres adultas numa outra faixa etária (as entrevistadas tinham entre 17 e 41 anos).
- Não foram aplicadas neste estudo duas técnicas que foram usadas no estudo original, Digital Story Telling e Design Charrette. Esta última técnica implicava fazer interagir directamente as participantes do estudo com estudantes de arquitectura ou engenharia civil, de forma a obter, em termos de design das habitações, diferentes perspectivas. Uma colaboração entre estudantes de diferentes ramos teria sido uma mais-valia.
- Teria sido interessante aplicar o exercício Photovoice numa perspectiva mais alargada, colocando em interacção os diferentes actores, neste caso, as mulheres que fotografaram, os profissionais de Serviço Social que com elas trabalham e os donos das pensões, não para apurar verdades, mas para tentar perceber os processos que levam às várias situações.
- Também teria sido interessante ouvir o lado dos profissionais de Serviço Social, de novo, não para apurar verdades, mas no sentido de ter uma perspectiva mais alargada de situações referidas pelas entrevistadas. Tal permitiria avaliar, como vimos na revisão de literatura, os obstáculos referidos ao nível da intervenção com os utentes (ausência de parcerias e escassez de respostas). Neste sentido, uma abordagem interessante seria fazer esta investigação no sentido inverso, analisar as percepções dos profissionais de Serviço Social que trabalham com mulheres Sem-Abrigo e analisar as dificuldades com que deparam, bem como compreender o porquê de determinadas situações acontecerem.
- Outra ideia que poderia ter complementado este estudo, teria sido usar um grupo de controle constituído por cinco mulheres, com a mesma idade, que nunca passaram por situações de Sem-Abrigo, e comparar os resultados. Será que as percepções simbólicas de *casa*, seriam as mesmas? Na mesma linha de pensamento, também seria interessante aplicar o mesmo estudo numa amostra

constituída por homens, e depois analisar os resultados: Há distinção nas percepções simbólicas de *casa* entre homens e mulheres?

- A título de possível linha de investigação futura, talvez fosse interessante investigar o percurso de Mafalda e do seu filho, ou jovens que estão numa mesma situação do que ela, durante 5 anos, e poder avaliar, no tempo, o seu percurso, tendo sempre em perspectiva, as suas percepções, as percepções dos profissionais que com elas interagem, as percepções dos outros familiares que também estão envolvidos na situação e poder analisar o que acontece neste tempo, o que muda, ou o que não muda, no caminho tão desejado da autonomização e as razões porque isso acontece, ou não.

6.2 Resultados Finais

Neste capítulo pretendemos responder às questões colocadas no início deste estudo. Como referimos anteriormente, o estudo seguiu uma abordagem qualitativa baseada em estudos de caso, não se tendo procurado averiguar a representatividade dos respectivos perfis no universo real das mulheres Sem-Abrigo, mas antes contribuir para explorar as trajetórias e percursos de casos individualizados, que nas instituições contactadas se destacam. Procurou-se investigar as representações simbólicas de *casa* destas mulheres Sem-Abrigo e identificar as suas preferências em termos habitacionais e serviços de apoio.

Constatou-se que a maioria das entrevistadas sofreu rupturas e perdas familiares muito cedo nas suas vidas. Na caracterização dos percursos de vida das entrevistadas verificou-se, nalgumas delas, uma ruptura com os pais ainda na infância, por outro lado, e de acordo com Cowal (2002), metade das mulheres da amostra que tinham filhos, os filhos ou tinham sido entregues a familiares ou a instituições, o que parece mostrar, nestes casos, um percurso semelhante entre as duas gerações. Na mesma linha de Enders-Dragasser (2010) as mulheres que participaram neste estudo referiram a vontade de ter um emprego e os seus filhos de volta. Associados a estes percursos de vida, e comuns a todas as mulheres da amostra, estão presentes factores como: baixa escolaridade e falta de estabilidade profissional, que prolongam a vulnerabilidade destas mulheres aos riscos de virem a estar numa situação de Sem-Abrigo, como foi mencionado por Enders-Dragasser (2010) e Novak and Schoibl (2001). Verificamos também que, relacionados com estes percursos de vida, estão associadas várias mudanças habitacionais, que tem como causas vários factores: Falecimento de um dos pais ou ausência dos pais, durante a infância; problemas de saúde mental; toxicod dependência; conflitos entre os próprios e funcionários das instituições; rendas em atraso; absentismo escolar; gravidez; violência doméstica; desemprego; ruptura de relações familiares. Estes factores foram referidos na revisão de literatura por Walsh et al (2009), Styron et al (2000), Tessler (2001), Enders-Dragasser (2010), Krishnar and Hilbert (1998), Ravenhill (2008) e Marpsat (1999).

Partindo da sua experiência, como utentes de algumas respostas de alojamento, podemos verificar, a dificuldade que algumas participantes sentem, após anos de institucionalizações, em integrarem-se

na sociedade, quer em termos de realização profissional, quer em termos de relações sociais. São mulheres que tendem a manter-se dependentes de instituições de uma forma quase crónica, não conseguindo obter a tão desejada autonomia, como referido por Martins (2007). Um dos exemplos é Mariana que, embora tendo já ultrapassado o seu problema de toxicodependência há 10 anos, ainda não conseguiu encontrar uma vida autónoma. Este aspecto também já tinha sido focado na revisão de literatura (Godinho, 2007). O que nos faz pensar que talvez neste caso, como no caso de Matilde, uma abordagem Housing First, teria sido, como Tsemberis et al (2004), Smith (2010) referiram, mais apropriado. Este projecto permitiria a par da habitação que recebessem, obterem um suporte de apoio que inclui equipas técnicas multidisciplinares, preparadas para ajudá-las a resolverem os seus problemas de saúde mental e outros, e assim se autonomizarem.

A fragilidade e, ao mesmo tempo, a importância dada aos laços afectivos, quer da família, quer da (falta) de amigos, também foi referida por uma das participantes. Tal constitui um grave problema que afecta, não só as mulheres Sem-Abrigo, mas toda a população dos Sem-Abrigo em geral e que deveria, também, ser uma área presente na intervenção: criar redes sociais para pessoas que se encontram nesta situação, para que assim consigam criar laços afectivos e possam, de certa forma, combater a solidão que sentem, o que está de acordo com Casey (2002) e Smith (2010).

Apesar do objectivo último ser ter uma *casa*, foi referida por todas as mulheres que participaram no estudo a necessidade de mais centros de acolhimento específicos para mulheres, onde haja mais privacidade, se possível quartos individuais, ocupação de tempos livres durante o dia, um ambiente mais acolhedor, uma maior flexibilidade de horários, o que vem ao encontro dos modelos referidos por Enders-Dragasser (2001), Casey (2002) e do Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo (2009), que referiu a importância de fomentar a criação de mais ateliês ocupacionais. Em termos de localização geográfica dos centros de acolhimento é feita a sugestão para que estes fiquem localizados longe de zonas onde circulem drogas e que os centros de acolhimento para mulheres estejam em zonas diferentes dos centros de acolhimento para homens e que existam, cada vez mais, um maior número de soluções diferenciadas em termos de alojamento para cada problemática específica. Edifícios muito grandes, que tenham o aspecto de “instituições”, não são do agrado de algumas das mulheres que participaram neste estudo, que desta forma sentem mais o estigma de viverem numa “instituição”, que foi uma questão focada por Walsh et al (2009).

Também foi referido o tempo demasiado longo na lista de espera para acesso a casas abrigo e habitação social. Esta última questão foi abordada por Edgard e Doherty (2001) e Walsh et al (2009). No primeiro caso, o acesso a casas abrigo, segundo as entrevistadas que foram vítimas de violência doméstica, tem que envolver não só respostas básicas ao nível da habitação, alimentação, suporte financeiro, mas também um grande apoio psicológico, na mesma linha defendida por Krishnar and Hilbert (1998). Foi feita uma advertência por ambas as mulheres que passaram pelo problema da violência doméstica: as leis deviam mudar já que não se sentem suficientemente protegidas nos seus

direitos. Um problema percebido, aquando da execução do percurso habitacional de Mafalda, foi a falta de respostas existentes para jovens que possam estar numa situação de Sem-Abrigo, conforme foi referido por Casanova e Menezes (2009).

Para duas das cinco mulheres da amostra a distinção entre lar e habitação, não foi muito clara, sendo que para uma delas, lar seria “*uma casa para pessoas de terceira idade*”, para outra delas, no início, a ideia de ter uma habitação ideal seria “*ter um centro de acolhimento melhor*”. Este resultado está de acordo com Hill (1995), as mulheres que tiveram um percurso muito difícil, muitas vezes vêem o “centro de acolhimento” como a sua “família”. No entanto, e apesar deste caso isolado, este estudo chegou à conclusão de que, para estas mulheres, ter uma *casa* significa terem autonomia, independência, é através da *casa* que as suas relações sociais podem ser construídas, bem como é o meio essencial para poderem vir a sentir estabilidade nas suas vidas. Ter uma *casa*, significa para as entrevistadas poderem ser vistas, através dos olhos dos outros, como pessoas “normais”, pessoas que estão integradas na sociedade.

Os sentimentos associados à ideia de terem uma *casa* foram vários, tais como, conforto, alegria, paz, liberdade, bem-estar, sentimento de pertença, segurança e, para aquelas participantes que já tiveram uma *casa*, nostalgia dos tempos passados. Ter uma casa pode permitir fazer escolhas pessoais, ler, ter uma conversa privada ou convidar um amigo ou familiar.

Gostariam que as suas *casas* fossem limpas e sossegadas, pudessem escolher a decoração e fazer opções, ou seja, sentirem que a *casa* era mesmo *sua*. Mencionaram a necessidade de televisão, frigorífico, máquina de lavar roupa, água quente, casa de banho, janelas, varandas e, mencionado por algumas das participantes, que tivesse uma decoração alegre e a possibilidade de poder ter um animal doméstico. Gostariam de viver num espaço perto de transportes públicos, com acesso a cuidados médicos, jardins, parques infantis, creches e escolas para poderem levar os seus filhos. Gostavam de viver numa comunidade onde se sentissem seguras, onde as ruas e os prédios estivessem limpos e onde não houvessem ruídos. Para todas estas mulheres a possibilidade de ter um quarto só para elas, de forma a assegurar a sua privacidade, revelou-se muito importante.

Estes aspectos são susceptíveis de ser associados ao conceito de *casa* nas duas dimensões propostas: *habitação* (física) e *lar* (afectiva). Seguindo o estudo original assiste-se a uma harmonização dos resultados, persistindo apenas três factores de diferenciação (o acesso nas habitações a pessoas de mobilidade reduzida (exemplo rampas), práticas religiosas/espirituais e diversidade étnica, para o caso do Canadá).

A possibilidade de recolher dados, usando diferentes técnicas, mostrou-se muito produtivo, porque permitiu complementar informação obtida durante a entrevista e abordar as mesmas questões segundo perspectivas diferentes. As mulheres que participaram no exercício de escrita criativa e photovoice reagiram de uma forma muito positiva ao desafio proposto. Mafalda chegou a perguntar à investigadora se podia também responder às questões do exercício do Photovoice, fazendo um

pequeno filme no windows moviemaker, tendo chegado a pensar nas músicas que colocaria no filme. Infelizmente, por limite de tempo da participante e prazos de encerramento deste estudo, não foi possível incluir o filme, mas esta vontade demonstra a força que estas novas formas de recolha de dados têm, no sentido de dar poder e capacitar as pessoas em situação de exclusão.

Ao desenvolver este trabalho, sentimos que a possibilidade dada a estas mulheres, de descreverem as suas *casas* ideais, de conseguirem imaginar um futuro positivo, fez com que estas tivessem vontade de expressar qualidades que possuem, uma delas falou no gosto que tem em desenhar e escrever, mostrando aos seus desenhos e alguns textos à investigadora, o que também dá pistas para a intervenção junto de pessoas em situação de Sem-Abrigo. Defende-se, na mesma linha de Smith (2010), uma intervenção mais positiva e mais criativa, acreditando sempre que é possível trazer à superfície destas pessoas, o lado que, apesar de tudo, ainda vive e sonha, ou seja, mesmo que a autonomia total nunca venha a ser possível, por limitações de doença física ou mental, a capacidade de trazer para fora as capacidades criativas que estas pessoas têm, revela-se de extrema importância.

A par do carácter participativo das técnicas usadas, esta investigação seguiu uma perspectiva de comparação internacional, seguindo o estudo original e obtendo o feedback de uma das autoras, Christine Walsh. A semelhança dos resultados encontradas, entre as mulheres que vivem em Lisboa e as mulheres que vivem em Calgary, quer ao nível dos caminhos que levam uma mulher a vir a estar numa situação de Sem-Abrigo, como à própria percepção de *casa*, leva-nos a pensar que, apesar de haver factores culturais que diferenciam Portugal do Canadá, existe uma “cultura” semelhante entre mulheres que estão numa situação de Sem-Abrigo, independentemente do local onde vivam.

Por fim, gostávamos de dar um enfoque especial à questão da prevenção, desde a infância, e que nos pareceu, ao analisar os percursos habitacionais das entrevistas, um aspecto fundamental no combatente a esta forma extrema de exclusão social – Homelessness. Tomando em consideração as práticas de apoio social, os testemunhos evidenciam a par da importância da prevenção, a personalização do acompanhamento, conforme foi referido por Walsh et al (2009), Ravenhill (2008) e Smith (2010).

Em suma, este estudo, na linha de Baptista e Costa (2001), Menezes (2009), Chityill (2010) aponta para a necessidade de investir em soluções integradas que incluam as várias esferas sociais, habitação, educação, emprego, redes sociais, saúde.

6.3 Discussão

A ideia que passou, do testemunho destas mulheres, foi que todas elas, demonstraram, de forma inequívoca, que gostariam de ter uma *casa*, no sentido definida pela FEANTSA, de abranger o elemento físico (uma habitação adequada sobre a qual a pessoa e a sua família podem exercer uma posse exclusiva), o elemento social (poder manter a privacidade, conseguir relacionar-se) e, por fim, o elemento legal (ter um estatuto legal para ocupação). Nenhuma participante referiu preferir as ruas a

uma habitação nas condições referidas anteriormente e questionadas perante a possibilidade imaginária de uma eventual mudança para uma habitação de carácter permanente, por comparação com a permanência num centro de acolhimento temporário ou pensão, todas as participantes manifestaram vontade de mudar. Sendo referido por quase todas elas, literalmente, que o seu sonho é ter uma *casa*, representando esta o ponto de partida para se sentirem integradas na sociedade. Embora ter um emprego seja fundamental na vida destas mulheres, e todas expressaram essa vontade, se paralelamente a essa oferta de trabalho, não existirem respostas habitacionais de baixo custo, isso por si só poderá não resolver o problema das mulheres Sem-Abrigo. Muitas vezes, um ordenado muito baixo ou, no caso das idosas, uma pensão de reforma muito baixa, não é suficiente para fazer face às despesas de arrendamento de uma habitação, alimentação e outras despesas correntes, por isso, a importância de envolver as pessoas em situação de Sem-Abrigo nas políticas de habitação. A aposta em boas creches para crianças, que possibilite tanto a um nível de prevenção um crescimento saudável destas crianças, futuros adultos, como a possibilidade destas mães puderem conciliar a maternidade com a vida profissional, bons acessos a tratamentos de saúde, são talvez o caminho a seguir.

Embora o objectivo destas mulheres, seja uma vida autónoma nas suas *casas*, nalgumas situações ainda terão que existir soluções intermediárias. Nesse sentido, um maior número de centros de acolhimento específicos para mulheres Sem-Abrigo foi a ideia que mais sobressaiu, integrando actividades que permitam ocupar o dia de uma forma criativa, desenvolvendo as potencialidades e as redes sociais destas pessoas.

FONTES

Documentos

Constituição Portuguesa (1976)

Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

Caracterização das Respostas Sociais e Serviços dirigidos aos Sem-Abrigo (2005), em Estudo dos Sem-Abrigo, ISS, I.P

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Disponível em: <http://www.mtss.gov.pt/docs/DeclaracaoUniversaldosDireitosHumanos.pdf>

Declaração Internacional dos Princípios Éticos no Serviço Social

Disponível em: http://www.ifsw.org/cm_data/Portugal_Etica.pdf

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, 2009, ISS, IP

Disponível em: http://www1.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=28146&m=PDF

Estudo dos Sem-Abrigo, 2005, ISS, IP

Disponível em: <http://www1.seg-social.pt/left.asp?05.18.08.03#etiqueta%204>

Estudo sobre a população de Rua da Cidade de Lisboa, 2004, CML

Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/index2.php?idc=42&idi=33587>

ETHOS, FEANTSA (2005)

Disponível em: <http://www.feantsa.org/code/EN/pg.asp?Page=484>

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966)

Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh>

Plano Cidade de Lisboa para a Pessoa Sem-Abrigo, 2009, CML

Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt>

Plano Estratégico de Habitação-2008/2013 (Estratégia e Modelo de Intervenção)

Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt>

Plano Nacional de Saúde 2004/2010

Disponível em: http://www.dgsaude.min-saude.pt/pns/media/pns_vol2.pdf

PNAI 2008/2010

Disponível em: http://www1.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=23694&m=PDF008/2010

“Quartos, pensões e hospedarias, a realidade do alojamento apoiado em Lisboa e no Porto” (2005), em Estudo dos Sem-Abrigo, ISS, IP

Relatório “O Direito à Saúde é um Direito Humano: Assegurar o Acesso à Saúde para os Sem-Abrigo”, 2006, FEANTSA

Disponível em: http://www.feantsa.org/files/Health_Annual_Theme/Annual_theme_documents

Publicações

Boletim vozes do centro, 2008, “Estratégias de participação”, REAPN, nº6

Disponível em: <http://www.reapn.org>

Calgary Herald (19/10/2007), Notícia publicada no site Calgary Herald

Disponível em:

<http://communities.canada.com/calgaryherald/blogs/urbanscraw/archives/2007/10/19/housing-first- calgary-is-just-the-2nd-canadian-city-to-adopt-this-successful-model.aspx>

JN (01/02/2010), Notícia publicada no Jornal de Notícias, no site AEIPS

Disponível em: http://www.aeips.pt/wp-content/uploads/2010/02/Casas_primeiro_JN.pdf

Revista Homeless in Europe, Spring 2009

Disponível: <http://www.feantsa.org>

Sites

Site AEIPS <http://www.aeips.pt/>

Site AMI <http://www.ami.org.pt/>

Site APAV <http://www.apav.pt/portal/>

Site Associação Humanidades (HUMANUS) <http://www.humanus.pt/>

Site da Associação de Profissionais de Serviço Social <http://www.apross.pt/>

Site C.A.S.A <http://www.casa-apoioaosemabrigo.org/>

Site FEANTSA <http://www.feantsa.org>

Site International Federation of Social Workers (IFSW) <http://www.ifsw.org/>

Site Observatório das Desigualdades <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>

Site do Parlamento Europeu http://www.europarl.europa.eu/news/public/default_pt.htm

Site Pathways to Housing <http://www.pathwaystohousing.org>

BIBLIOGRAFIA

- Bang, H., P.H. Jensen e B. Pfau-Effinger (2000), “Gender and European Welfare states”, em S.Duncan and B.Pfau-Effinger (orgs) *Gender, economy and culture in the European Union*, London, Routledge, citado por Doherty, Joe (2001), “Gendering homelessness”, em Edgar, Bill e Joe Doherty (orgs), *Women and homelessness in Europe: Pathways, services and experiences*. Bristol, The Policy Press.
- Baptista, Isabel (2000), “O fenómeno dos Sem-Abrigo em Portugal”, *Revista Rediteia*, (Online), 36, pp.25,26.
Disponível em: <http://www.reapn.org/recursos/Rediteia36.pdf>
- Batty, Elaine, Rionach Casey e Kesia Reeve (2010), ““On the Streets”: Sex Workers and Homelessness”, *Revista Homeless in Europe*, (Online), Spring 2010, pp. 26-28.
Disponível em: <http://www.feantsa.org>
- Bento, António e Elias Barreto (2002), *Sem-Abrigo Sem-Amor*, Lisboa, Climepsi.
- Campo, R. (2003), *The healing art: A doctor's black bag of poetry*, Cambridge, MA: Harvard University Press
citado por Walsh, C. A., G. E. Rutherford e N. Kuzmak (2009), “Characteristics of home: Perspectives of women who are homeless”, *The Qualitative Report*, 14(2), pp. 299-317.
- Casanova, J.L., J.Lucas, N.Alves, J. Mata e N.Bettencourt (1998), *Dar voz aos utentes*, Lisboa, SCML citado por Costa, Alfredo Bruto da e Isabel Baptista (2001), “Women and Homelessness in Portugal”, em Edgar, Bill e Joe Doherty (orgs), *Women and Homelessness in Europe*, Bristol, The Policy Press.
- Casanova, J.L e Filipa Menezes (2009), *National Report on Youth Homelessness and Youth at Risk of Homelessness in Portugal*, (Online), Lisboa, CIES-ISCTE.
Disponível em: http://www.movisie.nl/onderwerpen/internationaal/docs/PT_national_report_2009.pdf
- Casey, Sue (2002), “Snakes and ladders: women’s pathways into and out of homelessness”, em T.Eardley and B.Bradbury (orgs), *Competing Visions: Refereed Proceedings of the National Social Policy Conference 2001*, SPRC Report 1/02, Social Policy Research Centre, University of New South Wales, Sydney.
- Chityil, Bea (2010), “Homelessness in Europe: The Role of Gender Equality Policies”, *Revista Homeless in Europe*, (Online), Spring 2010, pp.4, 5.
Disponível em: <http://www.feantsa.org>
- Costa, Alfredo Bruto da e Isabel Baptista (2001), “Women and Homelessness in Portugal”, em Edgar, Bill e Joe Doherty (orgs), *Women and Homelessness in Europe*, Bristol, The Policy Press.
- Cowal, Kirsten, Marybeth Shinn, Beth C. Weitzman, Daniela Stojanovic, and Larissa Labay (2002), “Mother–Child Separations Among Homeless and Housed Families Receiving Public Assistance in New York City”, *American Journal of Community Psychology*, 30 (5)
- Doherty, Joe (2001), “Gendering homelessness”, em Edgar, Bill e Joe Doherty (orgs), *Women and homelessness in Europe: Pathways, services and experiences*, Bristol, The Policy Press.
- Dovey, Kimberley (1985), “Home and homelessness”, em Altman, Irwin and Caro Werner, *Home Environments*, New York, Plenum Press em Wardhaugh, J. (1999), “The Unaccommodated Woman: Home, Homelessness and Identity”, *The Sociological Review*, 47, pp. 91–109
- Edgar, Bill e Joe Doherty (2001), (orgs), *Women and homelessness in Europe: Pathways, services and experiences*. Bristol, The Policy Press.
- Enders-Dragasser, Uta (2010), “Women and homelessness in Germany”, *Revista Homeless in Europe*, (Online), Spring 2010, pp: 12-14.
Disponível em: <http://www.feantsa.org>

- Enders-Dragasser, Uta (2001), “Women, exclusion and homelessness in Germany” em Edgar, Bill e Joe Doherty (orgs), *Women and homelessness in Europe: Pathways, services and experiences*, Bristol, The Policy Press.
- Ferreira, Jorge (2009), “Pensar a formação em Serviço Social no quadro da globalização e do espaço único Europeu”, *Revista Intervenção Social*, 35, pp. 353-366.
- Godinho, José, Rui Marques, Nuno Gonçalves e Joaquim dos Vultos (2007), “Avaliação de uma população sem abrigo a residir num centro de acolhimento, e integrada em programa de manutenção com metadona”, *Revista Toxicodependências*, (Online), edição IDT, 13 (1), pp. 3-10.
Disponível em: <http://www.idt.pt>
- Greenhalgh, E. and J. Minnery (2007), “Approaches to Homelessness Policy in Europe, the United States, and Australia”, *Journal of Social Issues*, 63(3), pp: 641–655
- Gulcur, L., A.Stefanic, M.Shinn, S.Tsemberis e S.Fischer (2003), “Housing, Hospitalization, and Cost Outcomes for Homeless for Homeless Individuals with Psychiatric Disabilities Participating in Continuum of Care and Housing First Programmes”, *Journal of Community and Applied Social Psychology*, (Online), Vol 13.
Disponível em: <http://www.pathwaystohousing.org/Articles/PTHPublications/housingcostoutcomes.pdf>
- Hill, Ronald (1991), "Homeless Women, Special Possessions, and the Meaning of 'Home': An Ethnographic Case Study," *Journal of Consumer Research*, 18 (December), pp. 298-310.
- Krishnan, SP e JC Hilbert (1998), “In search of sanctuary: addressing issues of domestic violence and homelessness at shelters”, *Women's Health Issues*, 8 (5), pp. 310-316.
- Kitzman, Renate (2008), “Having a home or being homeless? How to switch from one system to the other”, *Revista Homeless in Europe*, (Online), Winter 2008, pp.19, 20.
Disponível em: <http://www.feantsa.org>
- Lopez, M; Valverde, C. e Rodriguez, J. (1995), *Personas Sin Hogar en Madrid*, Informe Psicosocial y Epidemiológico, Ministério de Assuntos Sociais, Dirección General de Acción Social citado por Bento, António; Elias Barreto, 2002, «*Sem-Abrigo, Sem-Amor*» Lisboa, 1ª edição Climepsi, Lisboa.
- Marpsat, Maryse (1999), “Un avantage sous contrainte : le risque moindre pour les femmes de se trouver sans abri”, *Population*, (Online), 54e année, n°6, pp. 885-932
Disponível em: <http://www.persee.fr>
- Martins, Ana (2007), “*As Sem Abrigo de Lisboa*”, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta.
- Menezes, Filipa (2009), “*Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos Sem-Abrigo em Paris, Lisboa e Londres*”, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Moore, B. (1984) *Privacy* (Armonk, NY, Sharpe) em Tomas, Annabel and Helga Dittmar (1995) “The experience of homeless women: An exploration of housing histories and the meaning of home”, *Housing Studies*, 10(4), pp.493-515.
- Novak, Klaudia and Heinz Schoibl (2001), “Poverty, social exclusion and homelessness among women in Austria”, em Edgar, Bill e Joe Doherty (orgs), *Women and homelessness in Europe: Pathways, services and experiences*, Bristol, The Policy Press.
- Padgett, Deborah and Ben Henwood (2008), “New Approaches in the Third Decade of the Homelessness “Crisis” in America: Innovation Inspired by Practice and Supported by Research”, *New York University-Silver School of Social Work*, (Online), Issue 3.
Disponível em: <http://www.nyu.edu/socialwork/pdf/IssuesandAction3Web.pdf>

- Padgett, D., L. Gulcur e S.Tsemberis (2006), “Housing First Services for People who are Homeless”, *Research on Social Work Practice*, (Online), 16(1).
Disponível em: <http://www.pathwaystohousing.org>
- Pels, M. (2000), *Women, social exclusion and homelessness in Luxembourg, National Report*, Brussels, FEANTSA citado por Edgar, Bill e Joe Doherty (2001) (orgs), *Women and Homelessness in Europe*, Bristol, The Policy Press.
- Ravenhill, Megan (2008), *The culture of homelessness*, Aldershot, Ashgate,
- Rodrix, Zé e Tavito (1972), letra da música “Casa no campo”.
Disponível em: <http://www.lettras.com.br/elis-regina/casa-no-campo>
- Rossi, P.H. (1990), “The old homeless and the new homeless in historical perspective”, *American Psychologist*, vol.45, pp.954-959 citado por Bento, António e Elias Barreto (2002), *Sem-Abrigo Sem-Amor*, Lisboa, Climepsi.
- Sahlin, I. and C. Thorn (2000), *Women, exclusion and homelessness in Sweden, National Report 1999 for the European Observatory on Homelessness*, Brussels, FEANTSA citado por Edgar, Bill e Joe Doherty (2001) (orgs), *Women and Homelessness in Europe*, Bristol, The Policy Press.
- Spinnewijn, Freek (2005), «Sem Abrigo: apelo à acção Europeia», *Revista Rediteia*, (Online), 36, pp.22-24.
Disponível em: <http://www.reapn.org/recursos/Rediteia36.pdf>
- Tsemberis, Sam, Leyla Gulcur and Maria Nakae (2004), “Housing First, Consumer Choice, and Harm Reduction for Homeless Individuals With a Dual Diagnosis”, *American Journal of Public Health*, (Online), 94 (4).
Disponível em: <http://www.pathwaystohousing.org>
- Santos, Isabel (2005), «Porto Escondido», *Revista Rediteia*, (Online), 36, pp.25,26.
Disponível em: <http://www.reapn.org/recursos/Rediteia36.pdf>
- Sen, Amartya (1992), *Inequality Reexamined*, Oxford, University Press em Smith, J. (2010), “Capabilites and resilience among people using homeless services”, *Housing, Care and Support*, 13(1).
- Serafim, M. Rosário (2004), “O reconhecimento da condição ética dos cidadãos – um imperativo ético para o serviço social”, *Revista Intervenção Social*, 29, pp.25-52.
- Smith, Joan (2010), “Capabilites and resilience among people using homeless services”, *Housing, Care and Support*, 13(1).
- Smith, Joan, Hussein Bushnaq, Andrew Campbell, Luma Hassan, Sanjay Pal e Sam Akpadio (2008), *Valuable lives Capabilities and resilience amongst single homeless people*, (Online), London Metropolitan University, Crisis.
Disponível em: <http://www.crisis.org.uk>
- Styron, T.H., R Janoff-Bulman e L. Davidson (2000), “Please Ask Me How I Am”: Experiences of Family Homelessness in the Context of Single Mothers’ Lives, *Journal of Social Distress and the Homeless*, 9(2).
- Tessler, Richard, Robert Rosenheck e Gail Gamache (2001), “Gender Differences in Self-Reported Reasons for Homelessness”, *Journal of Social Distress and the Homeless*, 10 (3).
- Tomas, Annabel and Helga Dittmar (1995), “The experience of homeless women: An exploration of housing histories and the meaning of home”, *Housing Studies*, 10(4), pp.493-515.
- Toohy, Siobhan M., Marybeth Shinn e Beth C.Weitzman (2004), “Social Networks and Homelessness Among Women Heads of Household”, *American Journal of Community Psychology*, Vol. 33, Nos. 1/2

- Ventres, W. B., & Frankel, R. M. (1996). Ethnography: A stepwise approach for primary care researchers. *Family Medicine*, 28, 52-56 citado por Walsh, C. A., Rutherford, G. E., & Kuzmak, N. (2009). Characteristics of home: Perspectives of women who are homeless. *The Qualitative Report*, 14(2), 299-317.
- Walsh, C.A, Beamer, K., Alexander, C., Shier, Micheal, Loates, M., Graham, J., (no prelo), “*Listening to the silenced: Informing homeless shelter design for women through investigation of site, situation, and service*”.
- Walsh, C. A. e Jennifer Labrecque (no prelo), “*Homeless Women's Voices on Incorporating Companion Animals into Shelter Services*”.
- Walsh, C. A., Rutherford, G. E., and Kuzmak, N. (2009), “Characteristics of home: Perspectives of women who are homeless”, *The Qualitative Report*, (Online), 14(2), pp. 299-317.
- Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR14-2/walsh.pdf>
- Wardhaugh, J. (1999), “The Unaccommodated Woman: Home, Homelessness and Identity”, *The Sociological Review*, 47, pp. 91–109

ANEXOS

Anexo A – ETHOS – Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional¹

Anexo 2 – ETHOS- Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional

CATEGORIA CONCEPTUAL		CATEGORIA OPERACIONAL	SUB-CATEGORIA	DEFINIÇÃO
SEM TECTO	1	A viver em espaço público	1.1. 1.2.	A dormir na rua Contactado por equipas de rua
	2	Alojado em abrigo de emergência nocturno e/ou forçado a passar várias horas por dia num espaço público	2.1. 2.2. 2.3.	Abrigo nocturno de acesso directo Alojamento precário Centro de acolhimento temporário (< 3 meses)
SEM CASA	3	Pessoas alojadas em centro de acolhimento temporário / Acomodação temporária	3.1. 3.2.	Centro de acolhimento temporário para sem-abrigo Alojamento temporário (tempo de permanência indefinida, definida e longa)
	4	Pessoas em casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica	4.1. 4.2.	Casas abrigo /centros acolhimento Alojamento apoiado
	5	Pessoa em centros de acolhimento para imigrantes e refugiados/requerentes asilo	5.1. 5.2. 5.3.	Centros de acolhimento Alojamento para repatriados Centros para trabalhadores imigrantes
	6	Pessoas sujeitas a desinstitucionalização	6.1. 6.2.	Instituições penais (período definido a nível nacional) Instituições hospitalares (hospitais psiquiátricos e unidades de prestação de cuidados saúde)
	7	Pessoas em alojamento apoiado (devido a carência/ausência de habitação)	7.1. 7.2. 7.3. 7.4.	Habitação assistida (grupo) Habitação assistida (individual) “Foyers” Alojamento para mães/pais adolescentes
	8	Sem contrato de arrendamento ou aquisição	8.1. 8.2.	A viver temporariamente com família ou amigos (não por opção) A viver em domicílio sem arrendamento legal (exclui squatters)
	9	Pessoas sujeitas a ameaça de despejo	9.1. 9.2.	Com ordem legal de despejo (arrendamento) Com direito de resolução (propriedade)
HABITAÇÃO INSEGURA	10	Pessoas a viver sob ameaça de violência por parte do/a companheiro/a ou família	10.1.	Incidentes registados na polícia
	11	A viver em estruturas temporárias não comuns	11.1. 11.2.	Casa móvel / caravana ou carrinhas Ocupação ilegal de terreno (ex. Roma, ciganos)
	12	A viver em habitação sem condições	11.3.	Ocupação ilegal de prédio
HABITAÇÃO INADEQUADA	13	Situações de sobrelotação habitacional extrema	12.1. 13.1.	Alojamentos não adequados à legislação nacional Padrão nacional relativo ao índice de sobreocupação ¹⁶

¹⁶ Em Portugal, o INE define um índice de lotação do alojamento, mediante o qual determina a situação de sub ou sobre ocupação do mesmo: Os cálculos são feitos com base nos seguintes parâmetros considerados normais: 1 Divisão-sala de estar; 1 Divisão - para casa; 1 Divisão - para outra pessoa não solteira; 1 Divisão - para pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos ; 1 Divisão - para duas pessoas com menos de 7 anos. (INE)

¹ Fonte: ENIPSA (2009:48)

Anexo B – Funções de uma casa

Table 3.1 The function of a home

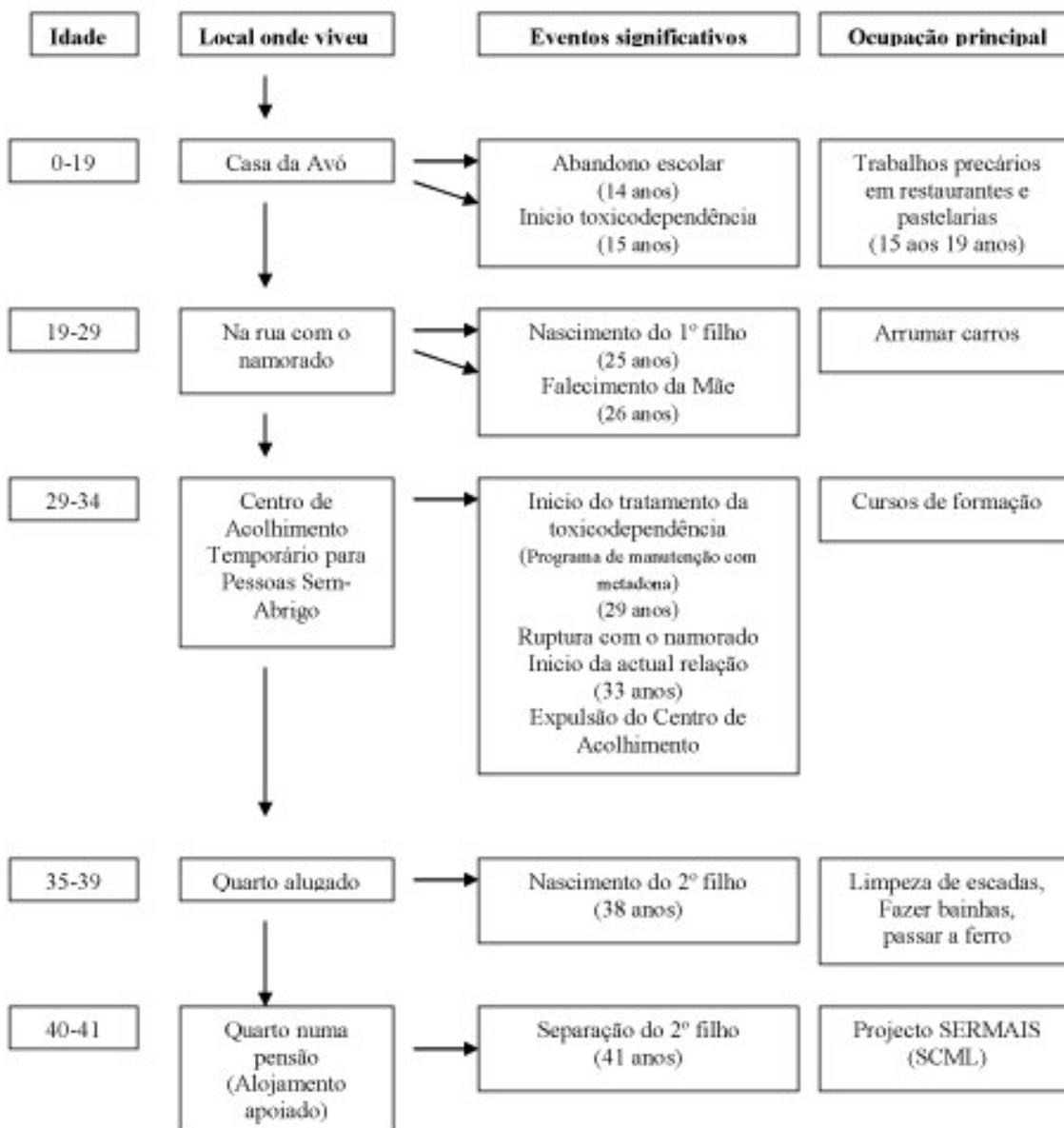
	Function	Hazard(s) when the function is lost
1	Protection from the elements	1 Dehydration, heat stroke, hypothermia, exposure, discomfort
2	Protection from crime	2 Increased risk of robbery, beating, rape or murder
3	A place to rest, sleep, recuperate from stress, wash, toilet, clean one's clothes	3 Stress, fatigue, lack of sleep, poor judgement, irritability, slow reactions, poor hygiene, dirty clothing, so-called 'homeless appearance', dependent oedema peripheral vascular disease
4	A place to keep one's possessions	4 Need to carry one's remaining possessions
5	A place to be alone; one's 'personal space'	5 Stress and tension, demoralisation, exposure to respiratory infections, etc
6	Control of entry; a place to be with friends	6 Intrusion of people who may be disruptive, exploitative, or abusive; lack of ordinary social life
7	One's own place; a place that reflects one's personality, taste and creativity; a place to prepare one's meals	7 Anonymity, demoralisation, increased exposure to alcohol and drugs
8	A place where one lives with and raises one's family; which provides role models for children, where children do homework	8 Interference with family life; emotional stress and demoralisation; poor role models and bad influences for children; poor progress of children in school; sometimes, separation of parents from children
9	An address; a place where one can be reached by mail or phone; a place near work or recreation	9 Interference with searching for a job or receiving benefits
10	A symbol of one's belonging to a community; facilitation of political action	10 Decreased ability to participate in mainstream politics; inability to vote
11	A place that confers social status	11 Low social status and consequent risk of lowered self-esteem or self-image
12	Economic value of the home; home as investment; home as a place to engage in gainful work	12 Low economic status; decreased ability to improve one's economic status

Source: Taken from: Jahiel (1992), *Homelessness: A Prevention-Oriented Approach*.

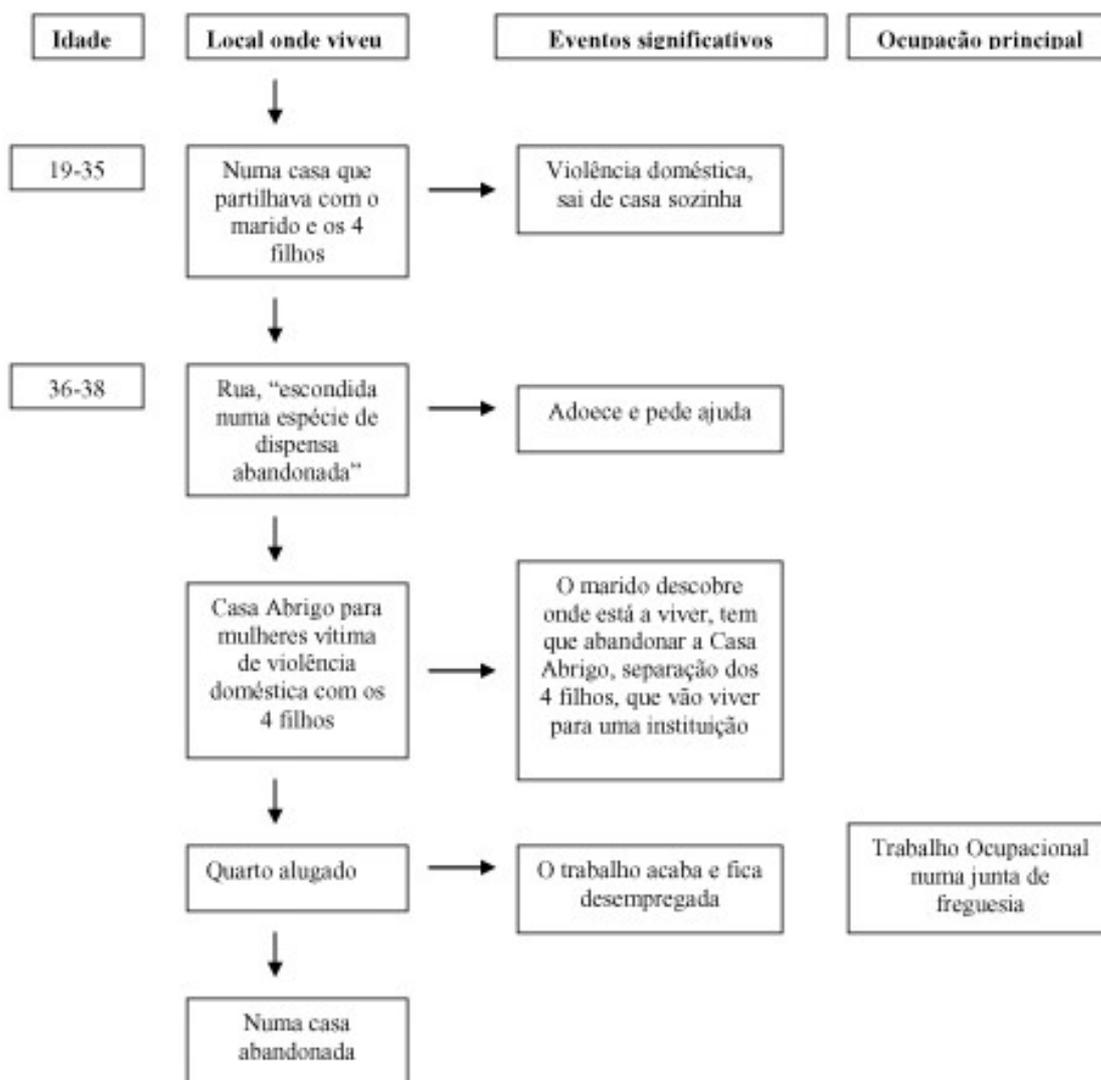
Fonte: Ravenhill (2008:28)

Anexo C – Percursos Habitacionais

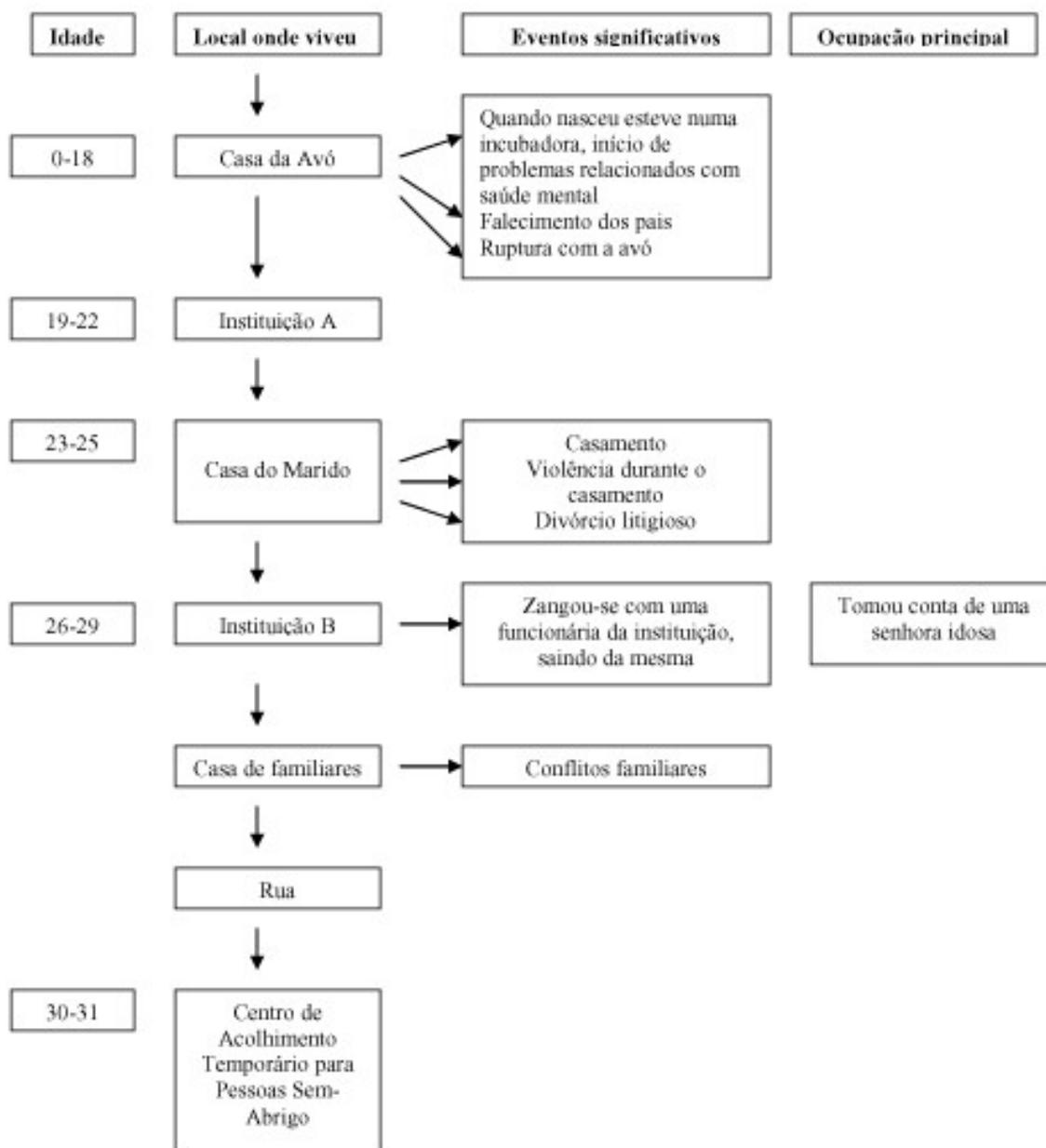
Mariana, 41 anos, nasceu em 1969



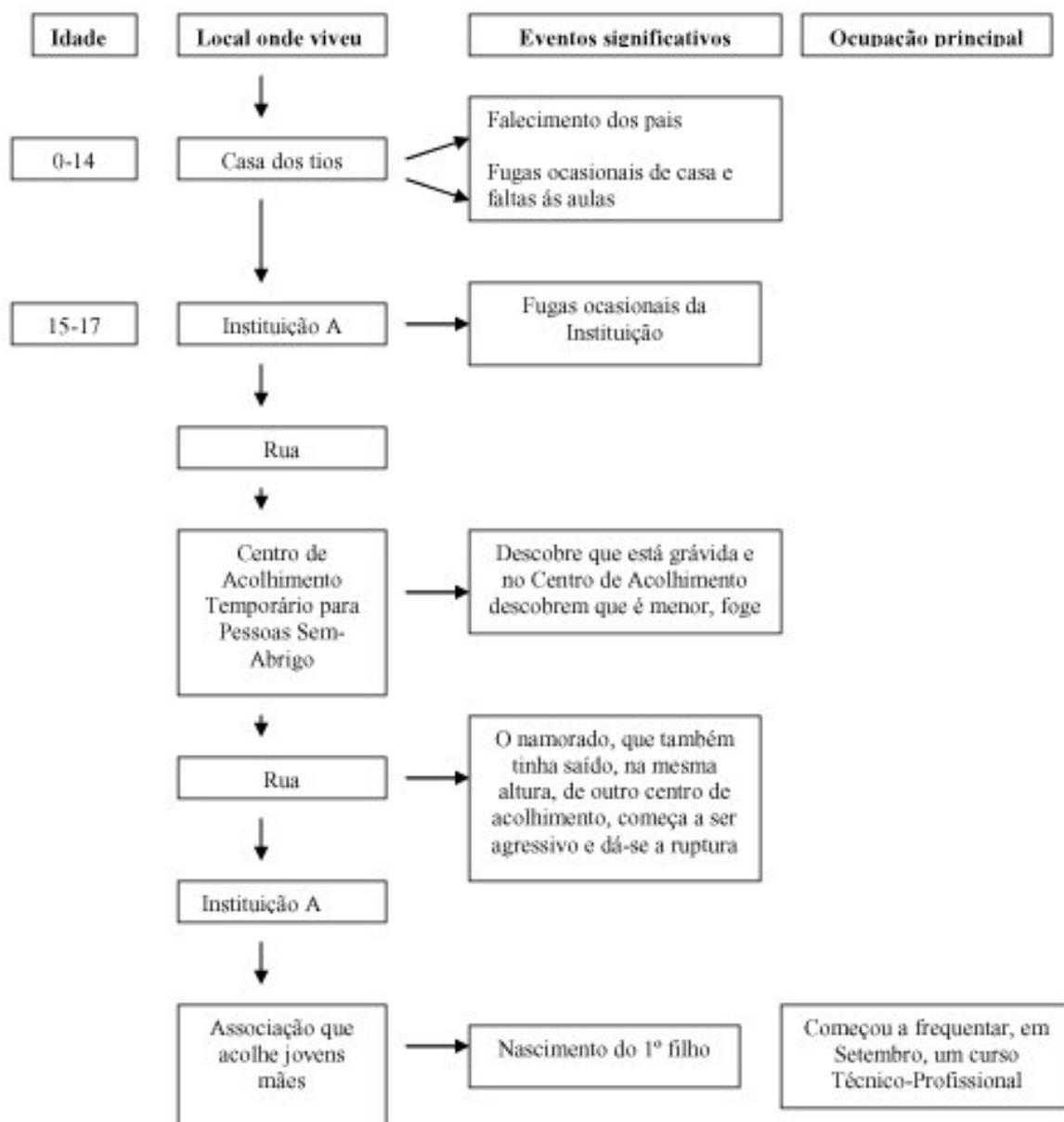
Mónica, 38 anos, nasceu em 1972



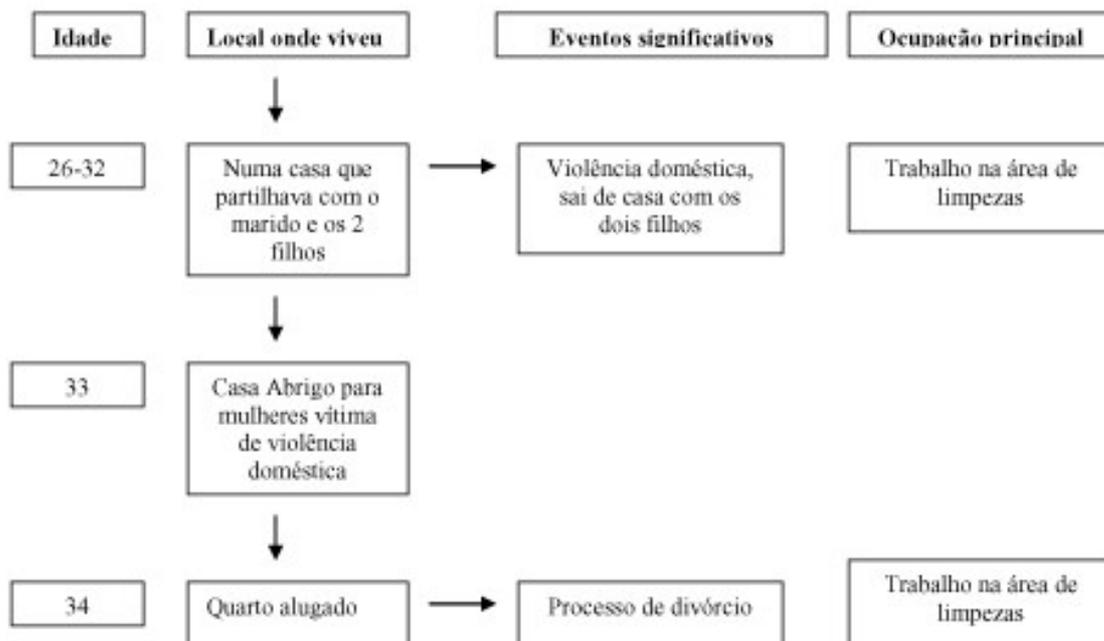
Matilde, 31 anos, nasceu em 1979



Mafalda, 17 anos, nasceu em 1993



Marta, 34 anos, nasceu em 1976



Anexo D – Excertos das entrevistas

1) O que significa para si habitação?

- *“Habitação significa muito porque o Centro de Acolhimento não tem condições para mim... é tudo, é o meu sonho, poder ter mais amigos, pessoas com quem eu possa conviver, ser mais feliz”* (Matilde)
- *“Segurança, estabilidade”* (Mónica)
- *“Habitação significa tudo, conforto, uma vida melhor, habitação é tudo”* (Marta)
- *“Habitação significa muito porque é o que mais quero, é o meu sonho (...) significa a minha independência”* (Mariana)
- *“Liberdade, um espaço para mim, para o meu filho, para ter alguns animais”* (Mafalda)

2- O que significa para si lar?

- *“Neste momento não significa nada, no passado significou a presença dos filhos”* (Mónica)
- *“Lar significa muito, ter uma casa, ter a amizade das pessoas, gostava de ir ao cinema, ao teatro, nunca ninguém me convida para nada”* (Matilde)
- *“Muita harmonia, muita educação, muita paz e harmonia”* (Marta)
- *“Lar significa ter o meu espaço, a minha independência, onde estou, quero estar á vontade e não posso, queria ter as minhas coisas, para ir á casa de banho tenho que estar á espera, chegava tarde ao curso por causa disso... gostava de ter uma casa e os meus filhos terem um quatinho para levarem os amigos, o mais velho ir passar os fins-de-semana”* (Mariana)
- *“Um sítio para ocupar os tempos livres”* (Mafalda primeiro confunde lar com “lar de terceira idade”)

3- Como gostaria que fosse a sua habitação?

- *“Como ela é, eu tenho uma casa, mas é a mesma coisa que não ter, eu tenho uma casa, mas neste momento estou sem ela”* (Mónica)
- *“Gostava que fosse bonita, arranjada, mais alegre e que a minha vida fosse um sonho, conquistasse os meus sonhos”* Matilde
- *“Nem quero que seja grande, desde que tenha espaço para nós os três, dois quatinhos”* (Mariana)
- *“Confortável, tenho duas crianças, queria uma vida melhor...Dois quartos, uma sala, uma cozinha, uma casa de banho, uma varanda”* (Marta)
- *“Se fosse para uma pessoa sozinha seria um T0, se fosse para mim e para o meu filho, seria um T1”* (Mafalda)
- *“Janelas, vistas, bonita, arranjada, limpa, um prédio com muita gente”* (Mariana)
- *“Prédio, tenho medo de viver sozinha”* (Marta)

4- Como gostaria que fosse o seu lar?

- *“Com os meus filhos, sem eles não vale a pena”* (Mónica)
- *“fosse com amigos e amigas e com pessoas normais como eu, me dessem mais amor e carinho, mais respeito”* (Matilde)
- *“Seguro”* (Marta)
- *“Acolhedor, uma família unida, amor, compreensão, tanta coisa...”* (Mariana)
- *“O meu sonho é viver sozinha com o meu filho e alguns animais”* (Mafalda)

Nas duas perguntas seguintes, Mariana tem dificuldade em descrever a situação de Sem-Abrigo isolada, foi

como se a situação de estar numa situação de Sem-Abrigo fosse uma consequência da toxicodependência e não houvesse distinção entre ambas. O mesmo aconteceu com Marta e Mónica, com a problemática da violência doméstica.

5-Como é que uma mulher que está a viver a situação de Sem-Abrigo sente essa realidade?

- *“Só me sentia realizada e feliz se tivesse o meu lar, é o que mais queria, só isso é que me falta, ter o meu espaço”. “Quando dormia na rua, ninguém me obrigou”, “Queria ter mais condições para dar mais coisas aos meus filhos”. (Mariana)*
- *“Sinto medo, só tenho o meu companheiro...” (Mónica)*
- *“Não poder tomar banho é uma coisa chata para mim, por ser mulher, não tenho como me limpar, isto torna-me uma pessoa ainda mais revoltada” (Mónica)*
- *“Gostava que as pessoas sentissem dó e tristeza por mim e que achassem que eu era a pessoa certa para conviver com os filhos delas, viver na sociedade” (Matilde)*
- *“Quando estive na rua senti medo, eram só homens, eles respeitavam-me, mas diziam-me que não era bom para uma mulher estar ali, sentia carinho pelas equipas de rua, é bom existirem e ajudarem”. (Matilde)*
- *“Não sabia o que fazer durante o dia, no Inverno, com o frio e a chuva, ter que andar todo o dia na rua” (Mafalda)*

6- O que é que gostaria que as pessoas soubessem sobre as suas experiências como Sem-Abrigo?

- *“Não se metam na droga! Gostava que soubessem que aquilo porque que passei não desejo a ninguém, tudo...uma pessoa nesta vida não é feliz...as equipas de rua falavam, mas eu não dava ouvidos... tive que ser eu a decidir... respondia sempre que sim, mas depois não fazia... às vezes queria acabar com tudo, mas depois pensava no meu filho e arranjava forças e a instituição A deu-me a mão” (Mariana)*
- *“As mulheres não deviam ter medo de dar um passo mais a frente...mas a resposta deveria ter aparecido mais cedo, é um arrastar muito grande do problema, as pessoas vão à procura de ajuda, mas como demora muito tempo, é uma espera interminável, as pessoas desistem...há poucas casas abrigo, devia haver muito mais... devia falar-se mais do problema de violência doméstica, onde pedir ajuda, a lei devia mudar... as pessoas não são bem vistas quando vão à esquadra, não dão muita atenção, nem muito apoio, não há uma mulher que nos ouça.” (Marta)*
- *“Foi difícil deixar as mobílias, todas as coisas que tinha... muitas coisas foram também compradas com o meu dinheiro” (Marta)*
- *“Queria que me ouvissem mais, me respeitassem mais, os centros de acolhimento de mulheres deveriam estar separados, em zonas diferentes, dos centros de acolhimento de homens, e pessoas que não são toxicodependentes deviam estar noutros sítios, devia haver sítios diferentes” (Matilde)*
- *“Não acho bem misturarem na mesma instituição raparigas com problemas muito diferentes” (Mafalda)*

7-Que respostas tem dado os serviços de apoio em relação ao seu problema de falta de emprego?

- *“Frequento cursos de formação, mas depois não consigo arranjar emprego”. (Mariana)*
- *“O centro de emprego, a junta de freguesia, mas falhou a escolaridade, tanta coisa... sinto-me discriminada por não saber ler, nem escrever” (Mónica)*
- *“Estou inscrita no centro de emprego desde que cheguei, mandam cartas, mas não arranjam nada”, “Tenho este problema na cabeça, não funciona a 100%, mas gostava de trabalhar numa cozinha”, “O meu sonho era ser educadora de infância e cantar. Já estive no centro de emprego, mas não me*

disseram nada.” (Matilde)

- *“Eu sempre trabalhei, só tive que deixar de trabalhar enquanto estive na casa abrigo, mas quando sai estava preparada para ter um trabalho e neste momento estou a trabalhar”* (Marta)

8-Que respostas tem dado os serviços de apoio em relação ao seu problema de falta de habitação?

- *“Estou farta de pedir ajuda para encontrar uma casa e ainda não consegui. A única resposta que consegui durante este tempo foi este quarto nesta pensão e o centro de acolhimento em Z.”* (Mariana)
- *“Já falei com muita gente e ninguém me ajudou, incluindo o tribunal”* (Mónica)
- *“Consegui vir para o centro de acolhimento, mas de resto...”* (Matilde)
- *“Comecei a ter consultas de psiquiatria e com a ajuda da assistente social começamos a planear a minha saída para uma casa abrigo, mas demorou um ano”* (Marta)

9- Pensando nos serviços de apoio habitacional que utilizou ou ouviu falar (centros de acolhimento temporário, habitações da CML, ...) que sugestões daria a arquitectos, decoradores, construtores?

- *“Preferia uma casa dentro de Lisboa, do que fora de Lisboa, para assim estar mais perto do meu filho mais velho, mas se tivesse que sair de Lisboa para ter a minha casa, preferia isso, a viver no quarto da pensão”* (Mariana)
- *“Casa com cores alegres”* (Mafalda)
- *“A minha cunhada está no bairro Y, antes viviam numa barraca, gostava de viver no bairro Y.”* (Mariana)
- *“Perto de espaços grandes onde as crianças possam brincar”* (Marta)
- *“Pracetas, parque infantil, janelas, vistas, sitio onde pudesse cozinhar á vontade, tivesse higiene, privacidade, um sitio para lavar a roupa”* (Mariana)
- *“Numa zona sem drogas”* (Mariana)
- *“Num ambiente tranquilo, sem barulho fora de horas, um sitio onde pudesse ter animais”* (Mafalda)
- *“Perto de escolas e creches”* (Marta, Mariana, Mafalda)
- *“Onde possamos ter um pouco de privacidade, poder ter uma conversa sem que ninguém ouça”* (Matilde)
- *“A sala de visitas é tudo à vista, gostava que a sala fosse mais fechada, uma sala só para jovens, uma sala de cinema”, “o refeitório devia ser mais espaçoso, há pouco espaço, é uma confusão”, “podemos receber visitas, se pedirmos autorização, mas nunca temos privacidade porque os outros estão sempre a ouvir, não podemos ter nada no quarto, gostava de ter um quarto só para mim”* Matilde